

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH

KAROLINE GONÇALVES

**ENTRE O VIR, O CHEGAR E O PARTIR:
PRODUÇÃO DE ALTERNATIVAS ENTRE O CAMPO E A CIDADE – FINAL DO
SÉCULO XX E INÍCIO DO SÉCULO XXI**

Marechal Cândido Rondon

2021

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH

KAROLINE GONÇALVES

ENTRE O VIR, O CHEGAR E O PARTIR:
PRODUÇÃO DE ALTERNATIVAS ENTRE O CAMPO E A CIDADE – FINAL DO
SÉCULO XX E INÍCIO DO SÉCULO XXI

Texto apresentado à banca avaliadora como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em História, no Programa de Pós-Graduação em História, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon.

Área de concentração: História, Poder e Práticas Sociais

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Sheille Soares de Freitas

Marechal Cândido Rondon

2021

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas daUnioeste.

Gonçalves, Karoline

Entre o vir, o chegar e o partir: produção de alternativas entre o campo e a cidade - final do século XX e início do século XXI / Karoline Gonçalves; orientadora Sheille Soares de Freitas. -- Marechal Cândido Rondon, 2021.

110 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Marechal Cândido Rondon) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2021.

1. . I. Freitas, Sheille Soares de, orient. II. Título.

Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE KAROLINE GONÇALVES, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ao(s) 22 dia(s) do mês de setembro de 2021 às 14h00min, na modalidade remota síncrona, por meio de chamada de videoconferência, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação do(a) candidato(a) Karoline Gonçalves, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em História - nível de Mestrado, na área de concentração em História, Poder e Práticas Sociais. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Carlos Meneses de Sousa Santos, Geovanna de Lourdes Alves Ramos, Sheille Soares de Freitas, Claudia Monteiro. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Sheille Soares de Freitas. Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) aluno(a) foi admitido(a) à Defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, intitulada: "Entre o vir, o chegar e o partir: Produção de alternativas entre o campo e a cidade - final do século XX e início do século XXI.". O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Dissertação. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Carlos Meneses de Sousa Santos, Geovanna de Lourdes Alves Ramos, Claudia Monteiro. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Dissertação. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado(a)**. A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. De acordo com o que está previsto nos § 8 e § 9 do Artigo 81 do Regulamento do Programa de Pós-graduação em História da Unioeste, a banca de Defesa de **Dissertação** foi realizada contando com a participação de membros via utilização de tecnologia de Webconferência. Diante desta circunstância, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História assina esta Ata e atesta a conformidade da Comissão Examinadora em relação ao resultado da Defesa de Dissertação e ao conteúdo dos pareceres descritivos

Orientador(a) - Sheille Soares de Freitas

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

Claudia Monteiro

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE Mestrado DE KAROLINE GONÇALVES, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Carlos Meneses de Sousa Santos

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

Geovanna de Lourdes Alves Ramos

Karoline Gonçalves
Aluno(a)



Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História

Profª. Dra. Carla Luciana Souza da Silva
Coordenadora Especial do Programa de
Pós-Graduação em História Mestrado e Doutorado
Portaria nº 4107/2020 - GRE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DEFESA
DE Mestrado REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR
VIDEOCONFERÊNCIA**

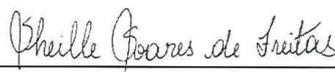
Eu, Prof^a. Dr^a. Sheille Soares de Freitas, declaro, como **ORIENTADOR(A)**, que presidi os trabalhos à **distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de Defesa de Mestrado do(a) candidato(a) Karoline Gonçalves deste Programa de Pós- Graduação.

Considerando o trabalho entregue, a apresentação e a arguição dos membros da banca examinadora, **formalizo como orientador**, para fins de registro, por meio desta declaração, a decisão da banca examinadora de que o(a) candidato(a) foi considerado(a): **APROVADO(A)** na banca realizada na data de 22 de setembro de 2021.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Destaque para a pertinência da pesquisa na formação da pesquisadora e o exercício teórico-metodológico promovido no campo historiográfico em debate.

Atenciosamente,



Sheille Soares de Freitas
Programa de Pós-Graduação em História
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DA DEFESA
DE MESTRADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR
VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, Prof.(a) Dr.(a) **Cláudia Monteiro**, declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de Defesa de Mestrado em História do(a) candidato(a) Karoline Gonçalves, deste Programa de Pós-Graduação em História.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro externo**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que o candidato(a) pode ser considerado(a) APROVADO(A), na banca realizada na data de 22 de setembro de 2021.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

O trabalho apresentado atende todos os requisitos para uma dissertação de mestrado, está muito bem escrito e a autora com competência e sensibilidade articulou de modo satisfatório a discussão teórica com a análise das fontes. As fontes coletadas (entrevistas com trabalhadores rurais) trouxeram uma série de dados muito ricos e detalhados sobre os modo de viver desigual no campo no Oeste do Paraná: pequenos produtores com capacidade limitada de investimento, endividamentos, necessidade de procurar trabalho na cidade, mudanças de estratégias de produção, a questão das gerações, dificuldades dos filhos se manterem nas propriedades rurais, etc. A principal contribuição da pesquisa ao meu ver é a reflexão acerca do contexto da vida no campo no período delimitado para a pesquisa, especialmente no que se refere as dificuldades e as escolhas sobre permanecer ou não no campo .

Atenciosamente,

Cláudia Monteiro

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DA DEFESA
DE Mestrado REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR
VIDEOCONFERÊNCIA**

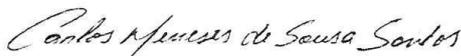
Eu, Prof.(a) Dr.(a) **Carlos Meneses de Sousa Santos**, declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de Defesa de Mestrado em História do(a) candidato(a) Karoline Gonçalves, deste Programa de Pós-Graduação em História.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro externo**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que o candidato(a) pode ser considerado(a) APROVADO(A), na banca realizada na data de 22 de setembro de 2021.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

O trabalho cumpre com as exigências de uma dissertação, apresentando debate bibliográfico e análise de fontes enquanto elementos que fundamentaram a problemática privilegiada na pesquisa e os posicionamentos da autora.

Atenciosamente,



Carlos Meneses de Sousa Santos



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DA DEFESA
DE Mestrado REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR
VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, Prof.(a) Dr.(a) **Geovanna de Lourdes Alves Ramos**, declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de Defesa de Mestrado em História do(a) candidato(a) **Karoline Gonçalves**, deste Programa de Pós-Graduação em História.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro externo**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que o candidato (a) pode ser considerado (a) **APROVADO (A)**, na banca realizada na data de 22 de setembro de 2021.

Atenciosamente,

Geovanna Alves de Lourdes Ramos
Universidade Federal de Uberlândia



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**DECLARAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE DEFESA DE MESTRADO PARA
BANCA EXAMINADORA REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA
SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, discente Karoline Gonçalves, declaro que realizei a minha DEFESA DE MESTRADO à distância, de forma síncrona e por videoconferência do trabalho intitulado: Entre o vir, o chegar e o partir: produção de alternativas entre o campo e a cidade – final do século XX e início do século XXI, para banca examinadora realizada na data de 22 de setembro de 2021.

Atenciosamente,

Karoline Gonçalves

Karoline Gonçalves

Programa de Pós-Graduação em História Universidade
Estadual do Oeste do Paraná

AGRADECIMENTOS

“Sonho que se sonha só, é só um sonho que se sonha só. Mas sonho que se sonha junto é realidade” já se passaram alguns anos desde que ouvi essa citação de Raul Seixas pela primeira vez, e desde então sempre a apreciei muito. Chegando nessa reta final do mestrado, ela se fazia cada vez mais presente em meus pensamentos, e creio que caiba citá-la nessa sessão dedicada aos agradecimentos para todos aqueles que, de diferentes maneiras, sonharam junto comigo com esse momento, tornando-o realidade.

Dessa forma, inicio agradecendo imensamente todo o apoio, compreensão e paciência oferecidos pela minha orientadora, Prof. Dra. Sheille Soares de Freitas nesse período que vai para além do mestrado, iniciado ainda no primeiro ano da graduação. Você é minha principal inspiração enquanto historiadora. Muita gratidão por todas as trocas, provocações e auxílios oferecidos até aqui. Espero que ainda compartilhem muitas reflexões e discussões.

Ao meu esposo, Alesi, que sempre esteve ao meu lado, acreditando na minha capacidade e me incentivando a permanecer firme em meio a todas as dificuldades que apareceram desde a seleção para o mestrado. Te amo de mais, obrigado por todo o companheirismo e parceria oferecidos.

E ao Miguel, meu raio de sol, agradeço por todo o carinho e aos beijinhos recebidos quando o que eu mais precisava era do seu abraço para me acalmar. Você ilumina a minha vida, meu amor. Também agradeço à toda a minha família, principalmente meus pais e minhas irmãs, que sempre me deram todo apoio e amor do mundo. Devo a vocês grande parte dessa conquista.

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós Graduação em História da Unioeste por todo o enriquecimento intelectual oferecido por vocês nesse período, em especial os professores Antônio Bosi, Aparecida Darc, Moisés Antiqueira, Sheille Soares de Freitas, Paulo Kolling, Rodrigo Pazziani e Carla Silva. Meu muito obrigada também à Prof. Dra. Carla Cristina Nacke Conradi pelo apoio com o estágio docência.

Aos meus colegas de mestrado Isabel, Mayara, Guilherme Nardi, Guilherme Paslauski, João e Dyener pelo companheirismo e pelo auxílio oferecido nesses anos. E àqueles que auxiliaram no processo de construção do projeto e de enriquecimento da pesquisa, Patrícia, Daiana, Daniela e Ernesto, muito obrigada.

Dedico meu agradecimento aos membros das bancas de qualificação e defesa dessa dissertação, Prof. Dr. Carlos Santos, Prof. Dra. Cláudia Monteiro e Prof. Dra. Geovanna Ramos. Seus apontamentos e provocações foram essenciais para a finalização e amadurecimento desse trabalho.

Também agradeço a todos aqueles que disponibilizaram um tempo entre seus afazeres para me concederem as entrevistas realizadas e analisadas ao longo da dissertação, sem vocês esse trabalho não se realizaria.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pela concessão do financiamento para a realização dessa pesquisa.

RESUMO

GONÇALVES, Karoline. **Entre o vir, o chegar e o partir: produção de alternativas entre o campo e a cidade – final do século XX e início do século XXI**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2021.

Este trabalho tem como objetivo discutir as alternativas visualizadas por sujeitos que experimentam/experimentaram o viver no campo, especialmente no Oeste do Paraná, entre o final do século XX e início do século XXI. Busco analisar o modo como essas pessoas, que têm como ponto em comum uma baixa possibilidade de capitalização, avaliam suas próprias trajetórias e, ao fazerem isso, elaboram reordenações e reorganizações nos seus modos de viver. Trato, inclusive, sobre como essas reconsiderações são permeadas por pressões e expectativas e a maneira como a movimentação social, inclusive entre o campo e a cidade, aparece como uma das estratégias adotadas por grande parte desses sujeitos ao longo de suas experiências. Dessa forma, procuro evidenciar, através da análise de entrevistas, atas de associações de moradores e documentos escolares o protagonismo desses sujeitos ao decidirem qual o melhor rumo a ser tomado, de acordo com os anseios e necessidades apresentados a cada momento de suas vidas, levando-os, inclusive, a uma simultaneidade e volatilidade entre diferentes e desiguais inserções no campo, devido às incertezas experimentadas por eles, advindas da sua condição de classe.

Palavras-Chave: Alternativas; Campo; Cidade, Protagonismo

ABSTRACT

GONÇALVES, Karoline. **Between coming, arriving and departing: production of alternatives between the countryside and the city – the end of the 20th century and the beginning of the 21st century.** Dissertation (Masters in History). Postgraduate Program in History, Western Paraná State University, Marechal Cândido Rondon, 2021.

This work aims to discuss alternatives visualized by individuals who experience/experienced living in the countryside, especially in western Paraná, between the end of the 20th century and the beginning of the 21st century. I seek to analyze how these people, who share a low possibility of capitalization, assess their own trajectories and, by doing so, elaborate rearrangements and reorganizations in their ways of living. I also deal with how these reconsiderations are permeated by pressures and expectations and the way in which a social movement, including between the countryside and the city, appears as one of the strategies adopted by most individuals throughout their experiences. Therefore, I try to show, through identification analysis, minutes of residents' associations and school documents, the protagonism of these individuals in deciding the best course to be taken, according to the desires and needs presented at every moment of their lives, leading them, moreover, to the simultaneity and volatility between different and unequal insertions in the countryside, due to the uncertainties experienced by them, arising from their class condition.

Keywords: Alternatives; Countryside; City; Protagonism.

LISTRA DE ILUSTRAÇÕES

IMAGENS

Imagem 1: Foto do Colégio Estadual do Campo do Reassentamento São Francisco. 9

Imagem 2: Foto do Recanto do Lago, um dos espaços de sociabilidade no Reassentamento. 9

MAPAS

Mapa 1: Mapa com a localização do Reassentamento São Francisco de Assis. 8

TABELAS

TABELA 1 - Livro de Transferência Escolar Colégio Est. do Campo do Reassentamento São Francisco. 34

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	6
CAPÍTULO 1	
PARTIDAS PONDERADAS: TRAÇANDO NOVOS CAMINHOS	20
CAPÍTULO 2	
SOBRE MODOS DE VIVER NO CAMPO: LIMITAÇÕES E ESTRATÉGIAS.....	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
FONTES	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

À medida em que nos propomos a refletir acerca do processo de escrita em História, deparamo-nos com todo o caminho de decisões tomadas ao longo do trabalho de pesquisa. Discutir os procedimentos historiográficos significa um olhar mais profundo para o modo como nossas escolhas teóricas e metodológicas direcionam os nossos passos como historiadores, incluindo as escolhas mais básicas.

A presença da subjetividade do pesquisador e o papel de suas decisões no percurso da pesquisa em História foi motivo de grande debate no interior da historiografia. Atualmente é mais fácil encararmos o peso dessas questões no percurso de pesquisa. Afinal, são nossos interesses, questionamentos e aproximações que nos guiam em meio a esse processo tão complexo.

Podemos dizer que o pontapé inicial da pesquisa já carrega grandes marcas dessa subjetividade, quando nos perguntamos: O que eu quero pesquisar? Quais são as questões que buscarei responder ao investigar determinado processo histórico? Qual será a minha problemática de pesquisa? Nossos interesses, nossa experiência e nosso momento presente influenciam de maneira direta as respostas que daremos para essas perguntas.

A fim de evidenciar e problematizar os modos de viver no campo, em especial daqueles sujeitos que possuem possibilidades limitadas de investimento na propriedade, devido a seu baixo capital, ou ainda daqueles que nem mesmo conseguiram adquirir o seu pedaço de terra, permanecendo no campo através de vínculos como o de trabalhador rural ou de arrendatário, é que me propus a escrever esta dissertação.

No caso do trabalho desenvolvido ao longo das páginas seguintes, a motivação para propor tal investigação, está relacionada aos 17 anos em que morei próximo ao Reassentamento São Francisco de Assis (em Cascavel-PR), despertando o interesse em analisar o modo como pequenos produtores, arrendatários, trabalhadores rurais, dentre outros, enfrentaram dificuldades, limitações, elaboraram expectativas e narraram suas experiências, numa construção de memórias durante nossa conversa.¹

¹ O Reassentamento São Francisco de Assis foi constituído como forma de indenização para parte das famílias desapropriadas em função da Usina Hidrelétrica Governador José Richa, localizada na cidade de Capitão Leônidas Marques, no Oeste do Paraná (cerca de 65 Km de Cascavel). Nessa ação, foram desapropriados moradores de dez cidades próximas à região em que se formou o lago da usina, entre elas: Três Barras do Paraná, Boa Vista da Aparecida e Nova Prata do Iguaçu, de onde vieram a maior parte dos reassentados do Reassentamento São Francisco de Assis. Conferir discussões realizadas sobre o processo de desapropriação e ida de parte deles para o Reassentamento em minha monografia (Gonçalves, 2018) e nos trabalhos de Schreiner (2002), Pagliarini Júnior (2009) e Siliprandi (2009).

Nesse processo investigativo, inicialmente abordei questões que perpassaram o ir para o Reassentamento e morar nesse território. Fiz isso, ao longo da monografia (GONÇALVES, 2018), durante a graduação. E, a partir das provocações elaboradas durante a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso decidi me aprofundar mais nesse universo, partindo de novas questões em minha pesquisa de mestrado.

Desse modo, elegi como problemática de pesquisa as alternativas criadas por sujeitos que moram, ou já moraram, no Reassentamento São Francisco de Assis durante sua trajetória, observando o modo como as experiências desses sujeitos me permitiriam perceber nuances dos modos de viver no campo (ou ao deixá-lo), especialmente no Oeste do Paraná, entre o final do século XX e início do século XXI.

Para tanto, analiso as experiências de moradores e ex-moradores do Reassentamento São Francisco de Assis, Cascavel-PR, voltando-me para as diversas alternativas utilizadas por eles, na intenção de alcançarem seus objetivos, seja de melhora nas condições de vida, proximidade com os familiares, a maior praticidade para os estudos, entre outros tantos fatores que podem ter influenciado nas decisões tomadas por esses sujeitos.

Alternativas que dizem respeito ao como morar, o que e como produzir, como preparar a propriedade, o que planejo para o futuro dos meus filhos, o que estes filhos fazem quando começam a caminhar com os próprios passos, como lidar com o adoecimento e, ocasionalmente, a decisão por ficar no Reassentamento ou partir para outros horizontes frente a pressões e expectativas em que se viram envolvidos. Essas Questões são permeadas por diversos outros dilemas que dizem respeito ao morar no campo possuindo baixo poder de capitalização, aspectos presentes nas experiências de tantos sujeitos que habitam o campo no nosso país.

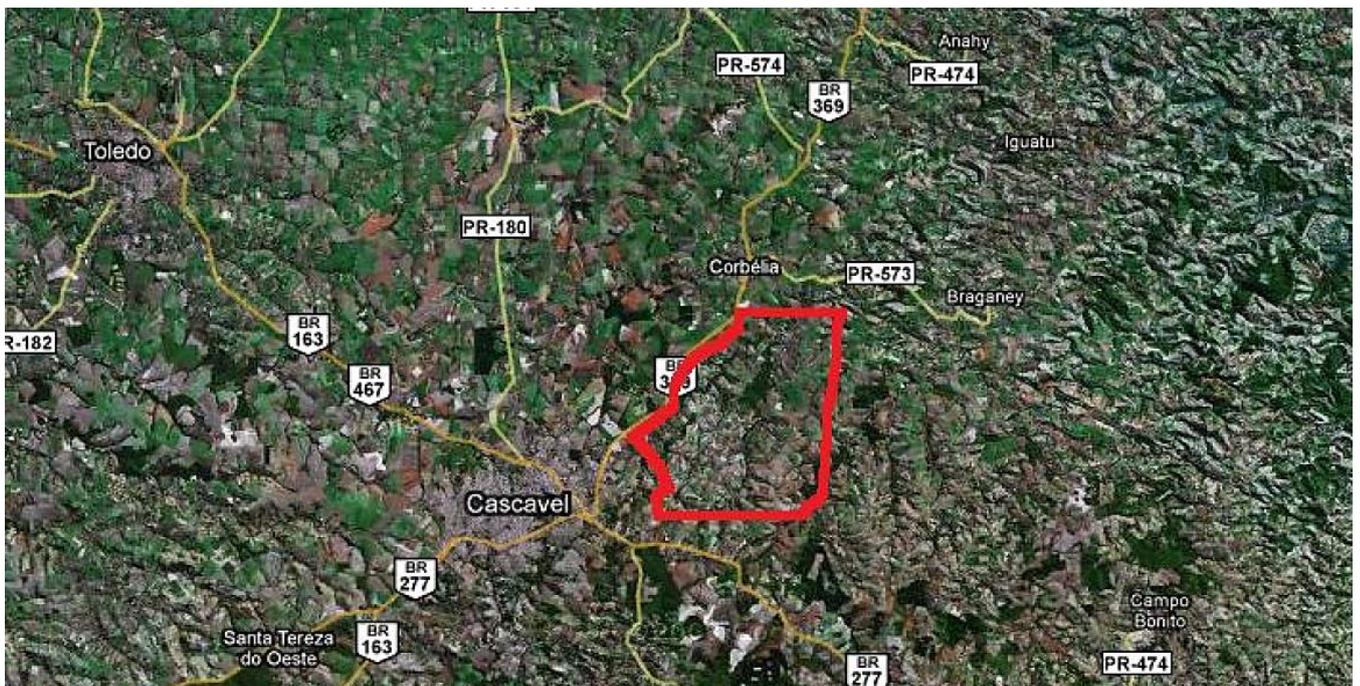
Ao me propor a investigar as experiências de moradores e ex-moradores do Reassentamento São Francisco de Assis, questões que perpassam os seus modos de viver no campo como transporte, manutenção da propriedade, relações familiares e de sociabilidade, limitações e expectativas, vislumbravam-se como um amplo repertório de sujeitos e possibilidades de análise com os quais poderia dialogar ao longo da pesquisa de mestrado.

Pensar os modos de viver no campo na região Oeste do Paraná requer que analisemos com atenção a complexidade social que compõe este território. Grandes, médios e pequenos produtores, arrendatários, agregados, trabalhadores assalariados, aqueles que compartilham o viver no campo e necessidades, como melhores condições das estradas e receio frente à imprevisibilidade da produção diante de intempéries, créditos e problemas familiares. Ao mesmo tempo, porém, esses sujeitos se distanciam quando analisamos a intensidade das adversidades enfrentadas; os projetos (locais, regionais, nacionais) para o campo e as condições

desiguais de investimento e construção do modo de vida, ou mesmo na conquista de alterações na sua condição.

Defini como recorte temporal o final da década de 1990 até os dias atuais, pois a primeira década se refere ao momento em que as primeiras famílias começaram a se mudar para o Reassentamento, enquanto no momento presente esses sujeitos analisam suas trajetórias e as reconstruem em forma de narrativa/entrevistas, sendo constantemente influenciados pelo que estão vivenciando no momento da narrativa, expondo suas tensões e expectativas.

Mapa 1: Mapa com a localização do Reassentamento São Francisco de Assis. Disponível em https://www.google.com/search?q=reassentamento+s%C3%A3o+francisco+cascavel+pr&rlz=1C1GCEA_enBR915BR915&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=2ahUKewjUs8nJ2M7yAhUNq5UCHe_QBNMQ_AUoA3oECAEQBQ&biw=1366&bih=663#imgrc=U2oRQInkQ1OJnM. Acesso em: 10 de setembro de 2021.



Com acesso pela BR 369 (como destacado na imagem do Mapa 1), o Reassentamento São Francisco de Assis se localiza entre os municípios de Cascavel e Corbélia, possuindo cerca de 2.500 alqueires de terra em sua área total. Ele ficou conhecido pela excelente qualidade de suas terras e, também, por uma grande produção leiteira dos produtores que lá residem. Ao seguir pela estrada principal, pavimentada ao longo de seu trecho inicial, chegamos à escola do Reassentamento, ao posto de saúde, aos diversos entroncamentos que levam à oito comunidades existentes no interior do Reassentamento, à pequena mercearia e à área de lazer e turismo rural da localidade – o Recanto do Lago.

Imagem 1: Foto do Colégio Estadual do Campo do Reassentamento São Francisco
Disponível em: <https://www.facebook.com/Col%C3%A9gio-Estadual-do-Campo-do-Reassentamento-%C3%A3o-Francisco-260130177667282/photos/833589810321313> Acesso em: 10 de setembro de 2021.



Imagem 2: Foto do Recanto do Lago, um dos espaços de sociabilidade no Reassentamento
Disponível em: <https://www.facebook.com/recantodolagocascavel/photos/1222748087778718> Acesso em: 10 de setembro de 2021.



A divisão e organização interna do Reassentamento, através do que denominam de “comunidades” se deu basicamente pelo agrupamento de moradores que eram vizinhos na

região onde viviam no momento da desapropriação. Com a vinda para as novas terras, eles se reuniram em torno das comunidades, denominando-as ou com o mesmo nome das comunidades as quais pertenciam anteriormente, ou “celebrando” a junção de grupos diferentes em torno de uma nova comunidade no Reassentamento São Francisco de Assis.

Dessa forma, formaram-se e denominaram-se as comunidades que existem até hoje no Reassentamento: Alto Alegre, São Lucas, Aliança d’Oeste, Nova União, Pinheirinho, Santa Luzia e Vargem Bonita. Essas comunidades serviram e ainda servem tanto como elemento centralizador das discussões realizadas por meio das assembleias das associações de moradores, pautando e organizando o âmbito coletivo desse novo território, assim como servem como ponto de encontro para cultos religiosos, prática de esportes, realização de festas comunitárias e outros eventos visando a sociabilidade dos moradores (inclusive, as festas, bailes e torneios esportivos), ocasiões que até hoje acabam reunindo moradores de todas as comunidades do Reassentamento e, inclusive, atraindo aqueles que vivem nos arredores, ou de outros reassentamentos e, também, remanescentes das regiões de origem dos reassentados.

Seguindo por dentro do Reassentamento, ao sair desta área central (descrita até a região do Lago), creio que ele não se diferencie demasiadamente das demais localidades rurais da região; com as estradas de terras, muitas vezes se tornando em locais de atoladouro nos dias chuvosos, com as plantações de soja e milho, na sua maioria, as vacas no pasto, algumas casas mais próximas à estrada principal e outras estradas menores que levam às demais propriedades, centros comunitários, igreja, salão de festas, centro catequético e campo de futebol.

O Reassentamento São Francisco de Assis ao se localizar em meio às cidades de Cascavel e Corbélia, possibilita fácil acesso aos centros urbanos (ao menos para aqueles que possuem veículo próprio e em dias que as condições das estradas colaboram) através da BR 369, demorando menos de meia hora para chegarem em uma ou noutra cidade, onde têm acesso mais amplo a mercados, faculdades, postos de gasolina, hospitais e diversos outros recursos advindos de cidades de pequeno e médio porte como as que lhes são próximas.

Digo isso em relação à proximidade dos centros urbanos que, de certa forma, possuem boa estrutura para seus habitantes e visitantes do entorno. Pois, ao pensar como descreveria o Reassentamento São Francisco de Assis, lembrei-me de minha ida à cidade de Três Barras do Paraná, de onde viera parte significativa dos moradores do Reassentamento, momento em que fui realizar uma entrevista durante a pesquisa.

Cidade na qual ao chegar na rodoviária (uma construção extremamente simples com um guichê onde é realizada a compra das passagens, com um computador que possui mais de uma década de vida), deparei-me com a seguinte questão, não havia levado dinheiro em espécie

junto comigo. Então, vi-me em apuros para comprar a passagem de volta para casa, tendo em vista que as condições precárias e, como diriam alguns, atrasadas da rodoviária da cidade, não possibilitavam o pagamento com cartão de crédito/débito, não havendo nenhuma agência do Banco do Brasil próximo ao local.

Essas memórias podem parecer bobas, e estarem fazendo você pensar onde quero chegar com elas. Mas elas também me levam a rememorar as paisagens que formam o território de Três Barras (e que segundo alguns moradores do Reassentamento é comum às outras cidades próximas ao rio Iguaçu de onde vieram os primeiros reassentados), uma região repleta de morros, com o terreno aparentemente não preparado para uma atividade agrícola intensiva e com uma infraestrutura urbana também bastante precária.

Acredito que destacar algumas características do Reassentamento, juntamente com algumas de suas diferenças em relação à região de onde veio boa parte de seus moradores, pode ajudar possíveis leitores a imaginarem o modo como esse local é composto, assim como quais seriam algumas das principais diferenças sentidas por sujeitos que se movimentam de um lugar para o outro no meio rural, tendo em vista que isso também implica na maneira como lidarão com essa movimentação e quais os impactos iniciais dessas decisões em seus modos de vida e de produção. Elementos importantes para a análise proposta nessa dissertação.

Pensando nisso, retomo a noção de sujeito elaborada por Khoury (2001), considerando que possui grande relevância no caminho de análise aqui proposto. Pois, segundo a autora:

Abordando a história como um processo construído pelos próprios homens, de maneira compartilhada, complexa, ambígua e contraditória, o sujeito histórico não é pensado como uma abstração, ou como um conceito, mas como pessoas vivas, que se fazem histórica e culturalmente, num processo em que as dimensões individual e social são e estão intrinsecamente imbricadas. Esses sujeitos são moradores da cidade, pequenos agricultores do campo, artesãos, pescadores, trabalhadores assalariados, grupos de imigrantes, de mulheres, de jovens, velhos e crianças, membros de movimentos específicos, vivendo experiências de trabalho, construindo modos de viver e de se organizar, ou sobrevivendo em becos e ruas, com bagagens culturais diferentes, com perspectivas futuras diversificadas, enfrentando, ou não, processos de exclusão, marginalização e segregação social. (KHOURY, 2001, p. 80)

Para quem pesquisa, elencar a noção de sujeito como constituinte do seu suposto de análise significa analisar o modo como esses homens e mulheres que muitas vezes não ganham espaço nas páginas de discussão historiográfica (para além da condição de exemplo), como se forjam histórica e socialmente ao longo de sua experiência social. Isso significa dizer que faz diferença reconhecer tais sujeitos como protagonistas de suas trajetórias. Pessoas que

interpretam e agem diante da realidade que experimentam, dando-nos a conhecer seus valores e suas motivações para analisar o seu entorno e tomar decisões.

Ao pensar nessas avaliações dos sujeitos, a noção de movimentação social, elaborada por Santos (2016), auxilia na evidência do protagonismo desses agentes sociais, de modo a perceber a maneira como estão ponderando, tomando decisões e agindo a fim de reorganizarem seus modos de vida:

Para trabalhadores, sair de uma determinada cidade pode ser mais do que mudar de endereço, pode ser mais do que deslocar números nas estatísticas populacionais. A partida pode ser acompanhada de ponderações sobre o que se espera deixar para trás, assim como de indicações sobre o que se avalia como possível de ser encontrado no novo destino.

Essa formulação de recusas e proposições indica um campo de relações marcado pela movimentação de trabalhadores. Essa movimentação, por sua vez, oferece a oportunidade para se discutir sentidos de certas renúncias, assim como a afirmação de determinadas perspectivas. (SANTOS, 2016, p. 119)

Investigar os liames dessa movimentação de trabalhadores permite acessar o campo de ponderações e ações pungentes nas experiências de sujeitos que em sua relação com o meio rural – ou mesmo na decisão de partida para as cidades – buscam alcançar suas expectativas – compra de uma casa, de um carro, acesso à universidades e cursos técnicos, entre outras – e superar as pressões que se apresentam em suas realidades enquanto desprovidos de grande capital – endividamentos, intempéries do tempo, baixa produtividade, adoecimentos, etc.

É por isso que considero que as reflexões apresentadas por Santos me auxiliam a avançar em minha problemática, enquanto provocador de análise das alternativas presentes no campo de possibilidades dos sujeitos com os quais dialogo, atentando-me às estratégias elaboradas por eles frente à sua condição de classe.

Esse encaminhamento, de evidenciar a potencialidade dos sujeitos no processo histórico, dialoga diretamente com o “ressurgimento” de um termo que Thompsson alegava estar ausente em parte da historiografia de tradição marxista:

O que descobrimos (em minha opinião) está num termo que falta: "experiência humana". É esse, exatamente, o termo que Althusser e seus seguidores desejam expulsar, sob injúrias, do clube do pensamento, com o nome de "empirismo". Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, "indivíduos livres", mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida "tratam" essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, "relativamente autônomas") e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre,

através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (THOMPSON, 1981, p. 182)

Informada por essa visão, busquei ao longo do processo de pesquisa e, também de escrita, evidenciar questões que tangenciassem as ações de homens e mulheres diante das diferentes (e desiguais) relações que experimentam (fazendo isso por meio do diálogo com as fontes e a bibliografia). Procuo demonstrar o modo como encaram a realidade, entremeada de tensões, dilemas, expectativas, sonhos e valores em disjunção. Tratar a experiência humana é compreender a maneira como as relações experimentadas por tais pessoas se apresentam repletas de complexidade e ambiguidade, balizando-se não só naquilo que vivem, mas como reconfiguram nas suas práticas o que observam e têm contato socialmente.

Decidi priorizar como sujeitos ao longo da pesquisa pessoas que vivem no campo com uma possibilidade de capitalização e investimento mais limitados e/ou restringidos por definirem certas necessidades, aqueles que lidam diariamente com as limitações advindas de tal condição. Dialogo com pequenos produtores, arrendatários e trabalhadores assalariados que possuem em suas experiências elementos compartilhados, que ajudam a problematizar modos de viver desiguais no campo.

A fim de perseguir vestígios dessa experiência social o trato dado às fontes se apresenta como o nosso meio de acesso às evidências deixadas pelos sujeitos históricos nessa dinâmica social. O procedimento que adotamos no processo de análise e diálogo com as fontes, assim como as perguntas que fazemos a elas foram cruciais para o desenvolvimento da pesquisa.

Na introdução de seu livro *Visões da Liberdade*, Chalhoub (2001) nos apresenta o caso do sábio Zadig, que em um episódio de fuga da cadela de sua rainha, elabora mentalmente a visão de tal cadela, sendo então preso, acusado de ter furtado tal animal. Afinal, como poderia ele saber tanto acerca dela, se não tivesse a visto? O historiador usa o caso de Zadig para traçar apontamentos sobre o trabalho de pesquisa em História e acredito que nos auxilie a pensar sobre as questões que guiam esse trabalho:

Zadig não viu a cadela da rainha; ele observou os rastros deixados por ela, analisou-os à luz de seus conhecimentos, e foi capaz de construir uma imagem objetiva e verdadeira da cadela. Assim como os rastros *não eram* a cadela da rainha, os documentos espalhados no tempo *não podiam* ser o movimento da história. Era preciso articular uma forma de ler as fontes tendo em vista o objetivo de entender as mudanças históricas [...] (CHALHOUB, p. 22, 2001)

Assim como Chalhoub (2001), percebo as fontes como pistas, indícios que auxiliam o historiador na reconstrução da “cadela da rainha”, ou seja, do objeto histórico sobre o qual nos

debruçamos. Sendo estes documentos vestígios do passado, levantados, selecionados e, por vezes, produzidos (como na fonte oral) pelos historiadores, eles não nos permitem acessar o passado de maneira clara e integral, mas nos possibilitam elaborar questões e análises, imagens, afim de compreender um pouco a mais acerca de nosso objeto de estudo.

A fim de desvelar a cadeia da rainha que estamos à procura no presente estudo, ou seja, perceber os modos de vida desses sujeitos e as alternativas criadas para tal propósito, elegi como fontes de pesquisa as entrevistas orais, num total de oito, realizadas com sujeitos que experimentaram o viver no Reassentamento de maneiras diversas, tendo sido selecionados a partir de um pressuposto semelhante ao sugerido por Khoury:

Nessas pesquisas, os entrevistados eram selecionados e as narrativas consideradas representativas por sua capacidade de expressar e delinear possibilidades e limites presentes na realidade social, quer como realidades consumadas, quer como horizontes ambicionados ou perigos temidos. Com essas características, as narrativas traziam subsídios para melhor trabalharmos a dinâmica complexa e rugosa da realidade social, cujas peculiaridades, semelhanças e diferenças nos dispúnhamos a descortinar e problematizar. [...]desenvolvíamos, nesse caminho, uma certa sensibilidade e habilidade no sentido de perceber, nas nuances das conversas, nas fabulações, nos silêncios e omissões, uma pluralidade de perspectivas, temores, diferenças, tensões e limites impostos, expressos como expectativas imaginadas e não escolhidas, sonhos arquitetados e não realizados, e perigos eminentes e, de justiça, contornados. (KHOURY, 2001, p. 82)

Quando me volto a moradores e ex-moradores do Reassentamento, busco alçar um leque de sujeitos que me permitam visualizar a diversidade de dilemas e nuances que perpassam por este local. Para tanto, busco dialogar com sujeitos que possuem características distintas em suas trajetórias, tanto na condição que possuíam no local onde moravam, antes de se mudarem para o Reassentamento, como no modo em que chegaram a ele, sendo desde pequenos proprietários a arrendatários, ou trabalhadores assalariados; vindos de diversas localidades do estado do Paraná, ou mesmo de outros estados e do Paraguai.

Acredito que o diálogo com esses sujeitos me auxiliou a perceber o Reassentamento de uma maneira mais plural e diversificada, assim como é a realidade social deste local. É importante percebermos a diversidade de experiências e relações desiguais que compõem um mesmo território.

O interesse por dialogar com essas pessoas, assim como o contato com as mesmas se deu principalmente através de um conhecimento prévio que eu tinha sobre esses sujeitos devido aos anos em que morei no local, assim como a sugestões feitas pelo meu pai (que tem certa inserção no Reassentamento, trabalhando no colégio local desde 1999) ou mesmo nas conversas

com os próprios entrevistados. O contato se deu através de colegas ou conhecidos, que me forneciam o número de celular, ou mesmo Facebook dessas pessoas.

Alguns dos sujeitos entrevistados e presentes nesta pesquisa já não moram mais no Reassentamento. Ainda assim, considero-os pertinentes para a escrita desta dissertação, até mesmo para buscar entender quais foram as motivações que os fizeram decidir por deixar o local e buscar novas alternativas para além do Reassentamento.

Então, buscando perseguir horizontes compartilhados entre os sujeitos com quem dialoguei e que também estão presentes nas experiências de outras pessoas que experimentam o morar no campo na região Oeste do Paraná, procurei perceber as peculiaridades advindas da condição material e de seus valores, ou seja, o que cada experiência em particular expõe do modo como vivem e do que esperam viver. O processo de se trabalhar com as fontes orais é muito rico em possibilidades de análise, ao mesmo tempo que nos desafia a dialogar com a subjetividade e o universo de produção social de memórias daquele encontro.

Três, de um total de oito entrevistas realizadas ocorreram com a presença de casais durante o diálogo, onde os dois participavam da conversa conjuntamente, “dividindo” as respostas de acordo com a visualização de que determinada pauta estava dentro da “parte” de cada um. Por mais que a realização das entrevistas com esses casais fossem combinadas de ocorrer conjuntamente, geralmente diante de alegações que a presença dos dois permitiria que o cônjuge o ajudasse a narrar “melhor” acerca de suas trajetórias, ainda assim foi uma situação diferente das que eu já havia experimentado em relação à constituição das fontes orais, exigindo uma interação com os dois ao mesmo tempo, e analisando as nuances das falas deles, do que decidiram ser “a parte que cada um saberia narrar melhor”, ou mesmo, as entrelinhas das narrativas acerca do mesmo acontecimento em que disputavam a apresentação interpretativa daquela experiência.

Além dessas três entrevistas, previamente marcadas com casais, ainda percebi durante a realização de outra conversa – com seu Jorge – o modo como sua esposa – dona Sara – por mais que não estivesse participando efetivamente da entrevista – estava apenas sentada no mesmo cômodo, a princípio para ouvir/acompanhar a conversa – fazia questão de expor seus posicionamentos em determinados momentos do diálogo, especialmente quando suas ponderações polemizavam as apresentadas pelo seu esposo, tanto sobre a relação com a vizinhança, como sobre a saída dos filhos da propriedade, a falta que fazem para o auxílio com o trabalho, ou ainda, apresentando sua visão sobre a melhor maneira de investir na propriedade e as expectativas de continuar vivendo no/do campo. Esse posicionamento de dona Sara durante

a realização da entrevista também me auxiliou a ampliar a análise acerca das discussões e ponderações de pequenos produtores em volta da tomada de decisões.

A partir da interpretação das narrativas, elaboradas pelos entrevistados durante nossa conversa, consigo perceber o modo como eles, naquele momento, quiseram ver e narrar sobre o morar no Reassentamento ou fora dele, como analisam as possibilidades e, também, as limitações existentes nesse território, as quais experimentam ao longo de suas vidas, analisando o modo como lidaram (e ainda lidam) com tal realidade no tempo presente.

Como procuraram estruturar suas propriedades? Quais alternativas visualizaram e ainda visualizam para alçarem uma “vida melhor”? O que é considerado em meio às decisões que permeiam o morar no Reassentamento, viver na/da propriedade e/ou, para alguns, buscarem outros horizontes – inclusive viver na cidade? São questões que puderam ser sussitadas a partir da leitura das entrevistas, e com as quais busco dialogar ao longo da produção da dissertação em associação com as demais fontes.

Ao refletir sobre os usos da fonte oral no trabalho do historiador, acredito serem importantes as reflexões de Portelli (1996):

A história oral e as memórias, pois, não nos oferecem um esquema de experiências comuns, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias. A dificuldade para organizar estas possibilidades em esquemas compreensíveis e rigorosos indica que, a todo momento, na mente das pessoas se apresentam diferentes destinos possíveis. Qualquer sujeito percebe estas possibilidades à sua maneira, e se orienta de modo diferente em relação a elas. Mas esta miríade de diferenças individuais nada mais faz do que lembrar-nos que a sociedade não é uma rede geometricamente uniforme como nos é representada nas necessárias abstrações das ciências sociais, parecendo-se mais com um mosaico, um patchwork, em que cada fragmento (cada pessoa) é diferente dos outros, mesmo tendo muitas coisas em comum com eles, buscando tanto a própria semelhança como a própria diferença. (PORTELLI, 1996, p. 8-9)

Portelli nos auxilia a refletir mais profundamente acerca de alguns apontamentos que eu vinha tratando de maneira bem menos articulada, tanto em relação ao viver no Reassentamento São Francisco de Assis e, de maneira mais ampla, na sociedade em geral, é composto por experiências diversas, que ora compartilham de algumas tensões e/ou expectativas, ora se afastam. Compreender esta multiplicidade de sujeitos e experiências auxiliam a perceber o universo social pesquisado de maneira mais profunda.

Produzir entrevistas e analisá-las ao longo de uma pesquisa de mestrado e escrita de dissertação, auxiliam-me a me aproximar destes sujeitos, de suas diferenças e aproximações, a enxergar um pouco mais de perto as nuances deste mosaico e juntamente com elas, o modo

como estes avaliam estes elementos ao longo de suas narrativas, assim como suas próprias trajetórias e decisões tomadas ao longo delas. Me auxiliando a perceber, de maneira mais contundente, o modo como estes criam e recriam constantemente estratégias a fim de alcançarem suas expectativas (verem os filhos formados, aumentarem a casa, aproximarem-se dos familiares, estudarem, adquirirem um carro) e driblarem seus limites (dificuldade de acesso a crédito, más colheitas, dívidas, adoecimento, envelhecimento etc.).

Também levantei como fonte para a pesquisa os livros ata de três associações de moradores do reassentamento, nas quais foram registradas as discussões propostas em assembleia desde 1998 até 2020 – ano em que tive acesso a essa documentação.² A partir dessa documentação consegui perceber a maneira como eram levadas ao debate coletivo questões que permeavam o morar no campo em condições que, aparentemente, permitiram prolongar a permanência no meio rural, lidando com instabilidades mesmo após a desapropriação que os levaram ao Reassentamento São Francisco de Assis. Nos registros encontrei desde debates sobre o melhor modo de gerir os espaços de sociabilidades; como igreja, salão comunitário, campo de futebol; até ao incentivo à adesão a determinado tipo de manejo e produção. Tudo isso, compunha as pautas que estão no centro das discussões presentes nas atas em momentos determinados e que auxiliam a adensar a análise.

De uma maneira diferente, as atas das associações também possibilitaram evidenciar aspectos dos modos de viver no campo e das alternativas criadas pelos sujeitos ao longo de suas trajetórias, mesmo quando sua expectativa perpassava pela saída do Reassentamento. Como no caso do trecho a seguir:

Ata da reunião de edição extraordinária da associação São Lucas aos dois dias do mês de setembro de dois mil e dois (02-09-2002) as quatorze horas (14:00) na sede principal do Reassentamento São Francisco de Assis [,] Cascavel [-] PR. A referida assembleia teve pauta única: aprovação da venda do lote duzentos e seis (206) proprietário Moacir, comprador: Antenor procedente de Corbélia [...] Logo após foi feita a votação. Apuração encerrada deu oitenta por cento (80%) de aprovação sendo assim fica aprovada a saída de uma família e a entrada de outra. [Sem a possibilidade de identificar o número de presentes] (ASSOCIAÇÃO... 2002, p. 05)

Esta pequena ata de uma assembleia, realizada em uma das associações do Reassentamento, me permite perceber e questionar alguns elementos que perpassavam pelos modos de viver dos sujeitos que a compunham, seja analisando alguns aspectos da sua

² Sendo elas: Associação de desenvolvimento dos produtores do Reassentamento Rural Caxias, *Grupo Aliança d'Oeste*; Associação de desenvolvimento dos produtores do Reassentamento Rural Caxias, *Grupo Alto Alegre*; Associação de desenvolvimento dos produtores do Reassentamento Rural Caxias, *Grupo São Lucas*.

sociabilidade, seja percebendo uma das origens dos principais interessados em comprarem as terras daqueles que as vendiam, seja percebendo e questionando as motivações da saída de inúmeras famílias já no início dos anos 2000, cerca de cinco anos após as mudanças para o Reassentamento.

Mais sucintas de detalhes, as atas dificultam um pouco uma análise mais profunda da experiência ali narrada. Não deixa, porém, de ser um documento que permite levantar reflexões acerca das práticas dos sujeitos presentes nestas documentações, e do modo como essas relações podem ser representativas de estratégias e dilemas vivenciados por sujeitos que dividiam o mesmo território de moradia e convivência.

Outra documentação utilizada foi os livros de transferências do Colégio Estadual do Campo do Reassentamento São Francisco e da Escola Municipal do Campo do Reassentamento São Francisco de Assis (1999-2020). Essa evidência permitiu escrutinar os horizontes buscados por parte de ex-moradores do Reassentamento, que se mudaram para outras cidades, estados ou foram para as cidades de Cascavel ou Corbélia (cidades próximas ao Reassentamento), em busca de novas possibilidades. Foi importante perceber a territorialidade presente como campo de possibilidades desses sujeitos, assim como a problematização da existência ou não de “fluxos de deslocamento” para determinadas regiões, em períodos de tempo delimitados.

De toda forma, o conjunto das evidências levantadas ao longo do processo de pesquisa me auxiliaram na construção do texto, de modo a acessar certas evidências a fim de problematizar e abrir questões acerca dos modos de viver no Reassentamento São Francisco de Assis e fora dele.

Procurei elaborar a discussão de maneira que esses vestígios me permitissem ver “mais do que buscar dados e informações nas fontes, [que] nós as observamos como práticas e/ou expressões de práticas sociais através das quais os sujeitos se constituem historicamente.” (KHOURY, 2001, p.81).

Com a intenção de preservar a identidade dos sujeitos com os quais dialoguei ao longo da dissertação, fiz o uso de pseudônimos, mesmo com o consentimento de uso das suas falas e nomes ao final das entrevistas. Desta forma, utilizei nomes fictícios em todas as fontes: entrevistas, atas das associações e documentações do colégio.

Diante desse conjunto de incômodos e percurso investigativo decidi organizar a dissertação em dois capítulos, nos quais busco percorrer um leque de questões que perpassem a problemática/repertório de pautas presente nas experiências dos sujeitos da pesquisa. Esses foram eixos privilegiados conforme meus incômodos e evidências, priorizados ao longo do processo investigativo.

No primeiro capítulo, a discussão gira em torno das questões e decisões que perpassam a movimentação social desses trabalhadores (decisões e ações que engendraram sua presença e saída do campo), a maneira como as ponderações, reconsiderações e ações desses moradores e ex-moradores do Reassentamento, levaram-nos a decidir frente a pressões e tensões os possíveis horizontes de alternativas a serem buscados em uma dinâmica de mudanças e busca por melhorias.

Já no segundo capítulo, busco problematizar questões que perpassam o viver no campo, fazendo isso a partir das seguintes questões: o que produzir? De que modo? O que é levado em consideração ao escolher o processo produtivo? As possibilidades e limites para ser um proprietário de terra (mesmo que pequeno), o que isso altera ou pressiona em relação aos modos de viver no campo desses sujeitos? Quais estratégias empregam a fim de alcançar melhores condições de vida? Quando e como viver no meio rural deixa de ser uma alternativa?

A expectativa é que essas reflexões contribuam para um olhar mais complexo para as relações desiguais firmadas no meio rural em meio à expansão agroindustrial, vendo esses sujeitos como parte de uma dinâmica histórica ainda em movimento.

CAPÍTULO 1

PARTIDAS PONDERADAS: TRAÇANDO NOVOS CAMINHOS

Ao pensar sobre a movimentação social – concebendo essa noção como um processo que envolve reconsiderações, decisões e ações dos sujeitos, incluindo os deslocamentos que eles decidem empregar – vejo essa prática sendo experimentada pelos sujeitos com os quais dialoguei para a constituição dessa dissertação – pequenos produtores, arrendatários trabalhadores rurais etc. Percebo que as motivações e expectativas para tal ação são diversas, podendo ser advindas desde busca por ascensão social/econômica – busca por melhores salários, avanço nos estudos, compra de uma propriedade maior –, até a relação familiar, condição de saúde, ou qualquer outro elemento presente na experiência de cada um que os impulse seja enquanto necessidade, seja como alternativa; que o leve a decidir pela saída do local onde reside e a busca, por vezes insegura e incerta, por novos horizontes.

Frente a isso, creio ser pertinente discutir o modo como sujeitos com trajetórias distintas, incluindo nessa distinção o seu contato com a propriedade em que trabalha – pequeno produtor, arrendatário, trabalhador assalariado sem terra – experimentam este processo de idas e vindas, ponderando: a) acerca de suas expectativas (compra de uma propriedade maior, avanço nos estudos, aquisição de uma casa própria), b) em relação a seus limites (baixa capitalização, dívidas, intempéries do tempo, falta de maquinários) e c) sobre as alternativas visualizadas pelos mesmos ao decidirem se mudar de um local a outro.

Sônia e Robson, casal que conversei em 2019, possuem em sua trajetória indícios dessa imbricada teia de ponderações e reconsiderações que os levaram a saírem do Reassentamento e voltarem para a sua cidade natal. Ambos são naturais da cidade de Três Barras do Paraná e foram morar no Reassentamento São Francisco de Assis, em Cascavel, em 1998³, em função da construção da barragem e do processo de desapropriação das áreas a serem alagadas na região onde moravam.⁴

³ A distância entre as cidades de Cascavel e Três Barras do Paraná é de aproximadamente 92,5 km, com trajeto de aproximadamente 01:25 horas de carro. De ônibus, o trajeto passa para aproximadamente duas horas, com o valor da passagem a R\$34,94 (trinta e quatro reais e noventa e quatro centavos). Esses valores se remetem à consulta no sistema de transporte rodoviário realizada no dia 01 de maio de 2020.

⁴ Há diversas produções que abordam o processo de desapropriação em função da construção da barragem de Salto Caxias e à conquista do direito ao reassentamento. Em meu trabalho de conclusão de curso (Gonçalves, 2018), inclusive abordo algumas questões referentes a esse processo. Ciente de que essa é uma questão decisiva nas experiências de diversos moradores e ex-moradores do Reassentamento São Francisco de Assis, destaco, porém que não pretendo me debruçar de maneira mais detalhada sobre esse processo ao longo da dissertação, levando em consideração o leque de questões e problematizações que foram eleitas para nortear a dissertação. Indico algumas referências de um debate diverso e em aberto sobre esse processo: Derrosso (2013), Gonçalves (2018), Pagliarini Júnior (2009), Parmigiani (2006), Schreiner (2002); Siliprandi (2009).

A construção da entrevista com o casal se deu pela insistência de Sônia em combinarmos uma data na qual o companheiro estivesse junto, diante da justificativa de que ele a ajudaria a rememorar o processo de maneira mais “efetiva”. Ficava nítido durante a nossa conversa o modo como dona Sônia percebia os assuntos sobre os quais cada um deveria falar, como a lavoura sendo “a parte” em que seu Robson deveria se inserir na conversa, e questões sobre a lida com as vacas e o cuidado com a casa e filhos caberiam a ela responder – dinâmica que muitas vezes não acabou se limitando apenas à “parte” de cada um, como veremos adiante.

Conforme me indicaram na entrevista, decidiram regressar à sua cidade natal no ano de 2005. Antes de Sônia ser questionada acerca da decisão de saída do Reassentamento, logo no início da entrevista, enquanto falávamos sobre os anos iniciais do casamento dos dois, no final da década de 1980, Sônia já constrói a sua narrativa acerca dos motivos para o retorno a Três Barras do Paraná.

Sônia: Tipo assim... foi muito bom morá lá né? Nossa, eu gostava na verdade de morá lá, mas daí o que troxe nós de volta pra cá, tipo família né? A nossa família todo... toda a minha família é daqui, pra lá fomos praticamente eu só no Reassentamento São Francisco, eu não tinha nenhuma família próxima lá, minha, e nem ele, era tudo de cá. Então é o que trouxe a gente de volta pra cá né? Na época o meu pai ficô muito doente também ele foi reassentado né? Mas ficô morando em Santo Isidório [distrito de Três Barras do Paraná] né? Então ele ficô muito doente, deu derrame nele e tudo, então praticamente eu vivia mais pra cá né? Então, foi assim que a gente foi vendo e a gente trocô de sítio, quando a gente veio pra cá... deu tão certo, porque também tinha uma mulher que morava aqui, tá morando lá aonde eu morava [no Reassentamento], hoje né? E daí ela queria i pra lá, porque a família dela era de lá, entende? Então deu tão certo, porque a minha família era aqui, a dela foi tudo pra lá né? Então é o que trouxe a gente de volta pra cá, foi isso aí né? (SÔNIA e ROBSON, 2019)

Ao entrar em contato com dona Sônia para consultá-la sobre a possibilidade da entrevista, já havia mencionado que o meu objetivo era conversar com alguém que havia vivido no Reassentamento São Francisco de Assis e voltado para Três Barras do Paraná; uma das cidades onde moravam grande parte dos reassentados que para ali se dirigiram após a desapropriação. Ciente das minhas intenções ao procurá-la para a conversa, Sônia já se adiantou ao propor o modo como lidaria com sua saída do Reassentamento ao longo da narrativa. Procurava, talvez, construir a imagem de alguém que não saiu devido ao enfrentamento de uma má condição econômica e/ou endividamentos, mas sim pela busca da proximidade com a família e a necessidade de cuidados do seu pai, algo que possivelmente considerou mais valoroso e moralmente justificável.

É importante analisar aqui, que a distância entre os dois destinos é acentuada, ainda mais pelo fato de tanto Sônia quanto seus pais morarem na zona rural de tais cidades. Além disso, conforme foi apresentado ao longo de sua narrativa, Sonia, acabou ficando um certo tempo sem a presença de Robson junto à propriedade no Reassentamento, devido ao fato do marido estar em uma nova propriedade, adquirida pelo casal no estado do Mato Grosso. Durante esse período, ela ficou como única responsável pelo cuidado das duas filhas do casal – ainda crianças – e pelo gerenciamento da propriedade no Reassentamento.

Desse modo, com a ausência do marido e sem a posse de carteira de habilitação, ela dependia do transporte rodoviário, ou de carona com vizinhos do Reassentamento para realizar o percurso até Três Barras do Paraná – na companhia de duas crianças –, dificultando a sua visita mais constante aos familiares.

Porém, a busca por novas terras no Mato Grosso acaba tornando mais complexa e contraditória a justificativa da saída do Reassentamento rumo à Três Barras em busca da proximidade familiar. Digo isso, pois ambos mencionaram a intenção de mudança para o Mato Grosso, caso a propriedade “virasse” e Sônia tivesse gostado do lugar em uma visita feita justamente diante das reconsiderações a respeito de tal decisão. Nesse caso, a saída do Reassentamento permaneceria no horizonte da família, mesmo que em condições diferentes – indo para um lugar ainda mais distante, ao invés de voltar para perto dos familiares.

Ao evidenciar elementos da experiência de Sônia, por meio do recorte de entrevista citado, podemos ainda perceber outro elemento no que diz respeito à movimentação de sujeitos; entre o vir, o chegar e o partir do Reassentamento São Francisco de Assis, indicando um processo de idas e vindas integrado às alterações/aspirações frente às condições e modos de viver; em uma dinâmica onde alguns sujeitos visualizam um horizonte de alternativas fora do Reassentamento, outros o percebem indo em direção ao Reassentamento.⁵

Não é à toa que foi possível a realização da permuta por outra propriedade em Três Barras do Paraná, pois enquanto dona Sônia e seu Robson buscavam, segundo a narrativa deles, voltar para perto de seus familiares e atenderem à demanda dos pais doentes, havia outra família decidindo pela saída de Três Barras e ida para o Reassentamento, buscando, possivelmente, a

⁵ Santos (2016) discute em seu trabalho acerca das experiências e protagonismos de trabalhadores na cidade de Marechal Cândido Rondon e arredores, analisando o modo como esses sujeitos visualizam – mesmo imersos em uma condição de classe extremamente desigual e limitada – um certo horizonte de possibilidades, existente em suas experiências e, principalmente, o modo como eles ponderam acerca dessas possibilidades – de onde morar, onde trabalhar, como se manter etc. – analisando como agem e decidem o melhor/mais viável caminho a seguir, de acordo com suas expectativas, necessidades e limitações. Perceber a existência e produção desse horizonte de alternativas na experiência dos sujeitos com os quais lidamos, assim como o modo como ponderam e agem diante dele permite avançar nas reflexões acerca da maneira como eles elaboram seus modos de viver.

proximidade com familiares que haviam sido reassentados. Essa dinâmica evidencia a importância do laço familiar para alguns sujeitos com os quais dialoguei, aspecto observado também em outras entrevistas. Mas, quais as motivações para essa aproximação?

A proximidade com outros familiares – irmãos, pais, cunhados, entre outros – significa em alguns casos, para além do vínculo afetivo, a possibilidade de potencialização das estratégias de permanência no campo e de manutenção da propriedade frente à baixa possibilidade de capitalização individual, ou mesmo da criação/manutenção de redes de solidariedade, especialmente em atividades que necessitam de uma maior gama de trabalhadores envolvidos, como o abate de animais para a alimentação, o feitiço de silagem ou o plantio, por exemplo.

Com essa proximidade familiar, faz-se possível a compra de maquinários em regime de parceria – algo que não isenta conflitos pelo uso/manutenção dessas máquinas depois. Contudo, a existência de um possível fiador para empréstimos bancários, ou mesmo a compra de insumos em maior quantidade a fim de reduzir os custos deles é um elemento importante a ser levado em conta quando esses vínculos são retomados com essa energia. Estratégias que permitem a construção de subsídios para se integrarem à dinâmica atual de ocupação e inserção na pauta de produção e crédito rural firmada no agronegócio recente. Dessa maneira, a construção dessa relação familiar auxilia no enfrentamento das possibilidades desiguais no campo.

Apesar de não termos entrado em detalhes sobre a diferença de qualidade das terras negociadas, é válido ressaltar essa questão, tendo em vista que ambos os casais envolvidos eram pequenos produtores, ou seja, a qualidade da terra influenciava diretamente em seus modos de vida, uma vez com poucas possibilidades de capitalização, especialmente em relação à condição de produção em larga escala, com amplo maquinário, sementes e tratamento de solo de ponta etc.

Em diversas conversas travadas ao longo da pesquisa ficou explícita a superioridade da qualidade das terras na região em Cascavel, em detrimento das que possuíam na região de Três Barras do Paraná, Nova Prata do Iguaçu e outras cidades onde residiam antes da mudança para o Reassentamento São Francisco de Assis, em Cascavel. Pois, desde a estrutura geológica do lugar já é possível notar a distinção de possibilidade de manejo do solo, exigida na antiga morada, composta por morros e uma grande quantidade de pedras no solo.

Por mais que o tamanho das propriedades, em Cascavel e em Três Barras, fosse o mesmo na “troca” realizada pelo casal, totalizando cinco alqueires, as condições de plantio e colheita acabaram, provavelmente, sendo menos favoráveis na propriedade de destino de Sônia e Robson.

Diante dessas condições em que se deu o retorno no casal a Três Barras do Paraná, cabe questionar: quais motivações levam alguém que tira sua renda do campo decidir por reordenar os seus caminhos e rumar para um lugar que apresenta, a princípio, maiores dificuldades para o cultivo agrícola, escoamento da produção, entre outros elementos que poderiam ser vistos como um recuo nas condições de permanência no campo que haviam conquistado até então – onde morar, como e em quais condições se encontram a propriedade? Como essa contradição se coloca quando precisam decidir pela reordenação de suas vidas?

A análise de anúncios de compra e venda nos auxilia a materializar, em termos de valores, alguns entremeios que perpassam tais ponderações em relação à reorganização da vida desses sujeitos. A diferença de valores entre áreas rurais na localidade do Reassentamento e em Três Barras do Paraná nos permite avançar nessas reflexões:

Vejamos o anúncio de um sítio localizado em Três Barras do Paraná:

Sítio em Três Barras do Paraná colônia alto alegre

Publicado em 08/12 às 21:40 - cód. 693914978 - anúncio profissional

R\$ 350.000

Código do anúncio: SI0035

Sítio em Três barras do Paraná

Colônia Alto Alegre Possui uma casa com: 2 quartos, sala, cozinha banheiro azulejada varanda grande com churrasqueira - Galpão de alvenaria 60 MTS - Galinheiro 10x20 - 2 açudes com carpa e tilápia - Possui 4 mil pés de banana -120 pés de maracujá e vários outros pés de frutas. Total de 51 mil metros quadrados. (SÍTIO..., 2020)

Com R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) é possível a compra de uma pequena propriedade, minimamente estruturada em Três Barras do Paraná: com moradia – em alvenaria e com boas condições de uso, pelo que é apresentado na imagem constante no anúncio –, e a possibilidade de investimento em diferentes ramos produtivos, com a existência de uma diversidade de árvores frutíferas, açudes e galinheiro... estrutura essa que poderia oferecer certa estabilidade e possibilidade de rendimento em uma propriedade relativamente pequena – aproximadamente dois alqueires de terra.

Em contrapartida, analisemos o anúncio a seguir, de uma chácara no Reassentamento São Francisco de Assis:

Vende-se chácaras

R\$ 140.000

Venda de imóveis residenciais

Anunciado Há 10 semanas em Cascavel, PR

Local: Reassentamento São Francisco. Valores:

Chácaras: Chácara de 1.500 metros quadrados: 70 reais o metro

Chácara: 1.500 m: 105.000,00
 Chácara: Chácara de 2.000 metros quadrados: 70 reais o metro
 Chácara: 2.000 m: 140.000,00 Obs: Negociamos uma entrada e parcelamos o resto. (VENDE-SE..., 2020)

Fica visível, a partir da análise dos dois anúncios, a diferença de valor de terras nas duas regiões. No Reassentamento, o mais acessível de se comprar com um valor aproximado ao do anúncio em Três Barras do Paraná é uma chácara de aproximadamente 7 mil m² sem nenhuma estrutura em cima da propriedade.

Tenho ciência de que o período em que os anúncios foram publicados – final de 2020 – não é o mesmo da volta de Robson e Sônia para a região de Três Barras do Paraná – 2005. Acredito, porém, que é possível perceber indícios do que significava, já naquele momento, a venda de uma propriedade no Reassentamento e a compra/troca por uma nova em Três Barras do Paraná.

Com a compra de uma área do mesmo tamanho - cinco alqueires – no seu município de origem, levando em consideração a diferença no valor das terras nos dois lugares, faz-se possível a utilização do dinheiro adquirido na troca de propriedades ser utilizado para outros fins; como a quitação de dívidas existentes, investimento na nova área adquirida, ou mesmo a criação de um fundo de reserva, que possibilitaria a ida da filha mais velha à faculdade, tendo em vista que a mesma já estava no fim do ensino médio quando se deu tal rearranjo familiar. Essas possibilidades podem ter sido ponderadas durante a tomada de decisões acerca do futuro quando Sônia e Robson aceitaram a negociação das propriedades.

Ainda pensando na experiência de Sônia e Robson e no constante processo de ponderações, reconsiderações e tomadas de decisões que os levam a traçarem determinadas estratégias ao longo de suas trajetórias, incluindo aí as decisões de se mudarem de um lugar para o outro, deparamo-nos com a aquisição feita pelos dois, de uma propriedade no estado do Mato Grosso – em cidade e de tamanho não mencionados durante a entrevista, mas negociação já mencionada ao longo da discussão aqui elaborada. O que motivou tal investimento? Como se deu a notícia da possibilidade de aquisição de novas terras em um estado cerca de 1000 quilômetros de distância do Reassentamento São Francisco de Assis?

Eles decidiram comprar uma terra em sociedade no Mato Grosso, no início dos anos 2000. Em nossa conversa, eles não apontaram os motivos para tal empreita, nem mesmo o município exato no qual adquiriu uma nova porção de terra. Entretanto, sua experiência se faz na busca por expansão de seus bens e renda, isso nos auxilia a ampliar a análise a respeito das idas para estados com áreas em expansão agrícola no país.

Sônia: [...]E as coisas foram melhorando né? Cada vez mais. Então é aquela coisa né? Trabalhando, né?... Aquela outra parte lá, do Mato Grosso, [olha para o marido e pergunta] “qué falá?”. Tem essa parte aí, também. Daí, nesse tempo que eu tirava leite, eu vô contá minha parte, depois cê [Robson] conta a sua do Mato Grosso. Daí comecei com o leite, né? Com quatro, cinco vaquinha, daí eu passava tranquila, eu e minhas filhas, né? Com o leite, né? Se virava, né? E ele começô a trabalhá mais fora, né?⁶ Então, a gente mais em casa, ajudava as menina e tudo. Daí, depois desse tempo [aproximadamente entre 1999 e 2001] daí parô aquele negócio de trabalhá, ajudá os otros, né? Fora... Ele fez uma sociedade com outra terra no Mato Grosso e aí então ele ficô dois anos fora [aproximadamente entre 2001 e 2003] e eu fiquei sozinha lá [no Reassentamento], trabalhando. Eu me virava, eu, a Viviane [com 13 anos] né? Tinha a pequeninha, praticamente dois anos.

Karoline: O senhor comprô um pedaço de terra em sociedade no Mato Grosso?

Robson: Sim, a gente comprô um pedaço de terra no Mato Grosso e a gente não conhecia, nós fomos pra trabalha, que nem aqui, né? Chegemo lá e destoquemo, paguemo 100 hora-máquina pra derrubá o mato e no inverno, que eles dizem, que é a época de chuva, né? E mês de agosto a gente mandô enlerá né? Pra plantá. Onde foi 100 hora pra derrubá, nós paguemo 300 hora pra enlerá e ficô ainda uma terça parte, né? Sem enlerá. Foi aonde que a gente meio que quebrô, né? Porque nós achemo que onde foi 100 hora pra derrubá, com 50 enlerava⁷, né? Ia 400 hora daí pra enlerá. E foi onde que quebrô a gente né? Senão... se nós tivesse ido lá pra mexê com gado a gente tinha se dado bem. Mas quem sabia?! A gente que se criô mexendo com lavora, né? Fomos lá pra mexê com lavoura. E não virô, daí trabalhemo lá... acho que dois anos, três anos e não conseguimos dá a volta e teve que abandoná. Aí, que... daí, eu vendi [terra do Mato Grosso]... daqui [terra do Reassentamento] eu vendi trator, vendi ceifa, pra pode comprá lá, né? E pensando em melhorá, bem, no fim... não virô, tivemo que abandoná.

Karoline: Daí saíram de lá no prejuízo ou...?

Robson: Saímo no prejuízo.

Sônia: Saímo no prejuízo. Perdeu o que dexô lá, né? (SÔNIA E ROBSON, 2019)

Robson viu na aquisição de novas terras no Mato Grosso uma oportunidade para a melhoria econômica da família. Tendo realizado tal empreita em sociedade e levando em consideração a necessidade de vender todos os seus maquinários para conseguir entrar em tal negócio, é de se inferir que a propriedade no Mato Grosso era maior do que os cinco alqueires que possuía no Reassentamento.

⁶ O “trabalhar fora” significava, no momento anterior a ida de Robson para o Mato Grosso, oferecer serviço com os maquinários que possuía – como colheitadeira ou trator – para os vizinhos que não possuíam tais implementos, necessários à maneira de produção aplicada quando vieram para o Reassentamento – mecanizada –, prática que evidencia, inclusive, desigualdades materiais entre pequenos produtores e arrendatários que compartilhavam o trabalhar no meio rural, uma vez que enquanto alguns possuíam a possibilidade de alcançarem uma “renda a mais”, fornecendo esse tipo de serviço, outros não alcançavam a compra de tais máquinas agrícolas, dependendo, por sua vez, da contratação de terceiros para a realização de atividades rotineiras do cultivo agrícola. Indício também, de uma constante busca por formas alternativas de renda para além da potencializada na propriedade por parte de Robson e Sônia.

⁷ Os termos “enlerar e globear” dizem respeito ao processo de aragem e preparo da terra para o plantio. Realizado, muitas vezes, em áreas onde vai-se iniciar o cultivo de determinado gênero agrícola.

A realidade encontrada por ele e seu sócio nos dois anos em que investiu nessas terras, porém, parecem ter sido muito aquém de suas expectativas. Ao se deparar com um novo território, onde não possuíam conhecimento a respeito do clima e de outras questões geomorfológicas que alteravam a prática agrária, assim como da melhor maneira de se preparar a terra ou do melhor ramo produtivo a se dedicar, a busca por expandir suas propriedades e renda acabou, na verdade, tornando-se prejuízo para o casal, uma vez que o dinheiro investido na compra das terras – advindo da venda dos maquinários que possuíam – não teve retorno, segundo a sua narrativa, em função do insucesso em terras mato-grossenses.

Ao retornar para o Reassentamento, não havia em mãos o lucro esperado e não possuía mais os maquinários, que além de servirem para o trabalho na propriedade ainda possibilitaria o fornecimento, mais uma vez, de serviços prestados para os vizinhos, estratégia empregada logo que vieram morar no Reassentamento.

Essa frustração experimentada por Robson – que veio no lugar do êxito esperado ao se buscar a expansão de suas terras e bens – fez com que eu refletisse acerca das dificuldades encontradas ao se proporem mudar para regiões das quais esses sujeitos não estão habituados a viver e trabalhar. Apesar da avaliação e decisão pela busca dessa nova possibilidade – a ida para áreas em expansão agrícola –, possivelmente motivados pelos relatos de conhecidos e familiares, ou de possíveis anúncios/reportagens nos meios de comunicação que apresentam/sugerem avanços em suas condições de vida ao rumarem para essas áreas (baixo custo de propriedades, somados a grande extensões de terra), o lidar com uma propriedade numa região em que não se tem conhecimento prévio a respeito das condições agrícolas pode ter gerado frustrações e prejuízos semelhantes a outros sujeitos que compartilharam tal processo de deslocamentos.

Numa dinâmica em que se coloca em jogo a possibilidade, ou de sucesso e real melhoria das condições de vida da família, ou de frustração e perdas financeiras/ prejuízos frente à decisão de mudança. Robson ainda possuía dentre suas possibilidades a terra no Reassentamento, da qual não se desfez ao decidir pela aquisição de novas investidas, condição esta que ainda o deixou em certa posição de manejo frente às desventuras do novo empreendimento, o que evidencia o fato de possuírem uma margem maior de risco frente a outros pequenos proprietários e trabalhadores sem terra que se mudam para outros estados e outras regiões na tentativa de alcançarem uma vida melhor.

Mesmo tendo perdido o dinheiro investido na propriedade em solo mato-grossense, Robson ainda possuía, ao decidir voltar para o Paraná, a condição de proprietário de terras. Então, como ficam aqueles sujeitos que ao decidirem se mudarem para estas regiões de

expansão agrícola vendem a propriedade que possuíam no lugar de partida? Como ficam suas condições em caso de insucesso na busca por melhores horizontes? Quais pressões, limites ou expectativas fazem com que alguns sujeitos partam para estratégias tão arriscadas como essa?

Pensar a dinâmica encarada por Robson no Mato Grosso, também exige que analisemos o papel de Sônia diante de tal processo e o modo como se dão as relações familiares frente a tais decisões do que “vira” ou “não vira”, como diz Robson. Pensar as avaliações da esposa de Robson, acaba também deixando essas questões um pouco mais complexas.

Karoline: E daí nesse tempo, a terra [no Reassentamento] ficô parada? A senhora ficô cuidando das vaca e....

Sônia: Não, eu fiquei tocando a terra a mesma coisa. Eu trabalhava a mesma coisa. A gente plantava, né? Pagava trator pra plantá.

Karoline: Ah... daí pagava pros outros plantá e a senhora cuidava, mantinha a lavoura.

Sônia: Sim, mantinha a lavoura a mesma coisa, né?

Karoline: Sim, aham. Não foi chegado a arrendá nem nada, ficô no nome de vocês.

Sônia: Não, nós nunca arrendamos nosso sítio, a gente sempre procurô plantá, né? Daí ele ajudava um pouco, né? Ele mandava alguma coisa de lá, pra me ajudá, né? Com a roça.

Robson: Nós tinha intenção de i morá pra lá, né? Que daí nós queria vendê aqui e comprá 200 alquere lá, né? Já destocado, mas daí ela foi pra lá...

Sônia: Eu fui passeá lá, né? Não gostei.

Robson: É, ela não gostô né? Porque era 30 km longe da cidade. Aí ela, daí tinha a Larissa, na época com 3 anos, né? 4 anos... ela achou difícil por causa do estudo, né? Aí que ficava longe, 30 km e coisa, daí ela não gostô, daí por isso que nós não fomos de vez pro Mato Grosso, daí quando deu a produção lá, não virô, daí foi onde que eu voltei embora, abandonei lá.

Karoline: Uhum, e voltô.

Sônia: Daí eu troxe ele de volta, digo, vamo trabalhá aqui, vamo...

Karoline: Ah, foi a senhora que convenceu ele a voltá.

Sônia: É, porque ele queria que eu ia pra lá, né? E eu não quis. Digo “não, aquilo lá, não”. Daí voltô, né? E a gente ficô, continuô morando ali e trabalhando, se virando, né? (SÔNIA E ROBSON, 2019)

A sequência da nossa conversa a respeito da ida de seu Robson para o Mato Grosso, acaba dando indícios de que a decisão pela volta ao Paraná não foi motivada apenas pelo fator dos prejuízos econômicos. Do mesmo modo, essa parte da nossa conversa evidencia o modo como dona Sônia atuava frente às decisões referentes à propriedade e a forma como a avaliação de que a volta para o Reassentamento seria melhor do que a mudança de toda a família para o Mato Grosso. Assim, partiu, a priori, dela, e não do seu esposo, essa decisão.

Acredito ser importante ponderarmos sobre o papel ativo da mulher (ou ao menos de algumas mulheres) tanto no trabalho e constituição da renda familiar, quanto nas ponderações e tomadas de decisão em relação à manutenção da propriedade e demais questões que perpassam a vida e renda da família. Ao invés de ficarem limitadas aos afazeres domésticos e

os cuidados com a família – como propalado em muitas indicações sobre o “homem do campo”, parte significativa dessas mulheres opinam sobre os negócios, sobre o que seria melhor para o plantio e produção, além de trabalharem na lida rural e se fazerem presentes de modo incisivo na tomada de decisão sobre sair da terra ou não.

Mais do que apenas opinar, dona Sônia acabou ficando responsável diretamente pelos cuidados com a propriedade durante os dois anos nos quais o marido estava fora. Era ela quem, além de cuidar das duas filhas pequenas do casal, dos afazeres domésticos e do trato com as vacas, ainda era responsável pela manutenção da lavoura, com a contratação de vizinhos para realizarem serviços como o plantio, tratamento e colheita, assim como, possivelmente, o contato com técnicos agrícolas e decisões sobre quando colher etc. Tarefas que acabam desmantelando o usual padrão de apresentação da vida no campo em relação à função de cada gênero.⁸

Outras questões a respeito desse processo de busca por melhores alternativas podem ser visualizadas a partir do trecho de entrevista destacado anteriormente. Nesse caso, destaco mais um dos (ou o principal) elemento atrativo para a decisão de partida para o Mato Grosso: o preço baixíssimo das terras, quando comparados com as terras na região do Reassentamento São Francisco de Assis, em Cascavel-PR.

Afinal, seu Robson afirma que eles “tinha[m] intenção de i morá pra lá [no Mato Grosso], né, que daí nós queria vendê aqui e comprá 200 alquere lá, né, já destocado, mas daí ela foi pra lá...”. Ao indicar que conseguiria comprar uma área de 200 alqueires, com a terra já preparada, com a venda dos cinco alqueires de terra que o casal possuía em Cascavel, parece, num primeiro olhar, uma oferta irrecusável.

Proposta essa tão atrativa, que levou seu Robson a ponderar a realização de tal negócio, mesmo após o insucesso de sua investida inicial em terras mato-grossenses. Afinal, poderia pensar que dessa vez já estava a par de quais seriam as melhores estratégias e ramos produtivos para trabalhar em sua vasta propriedade em tal local. Foi com essa intenção que levou dona Sônia a visitar as terras onde o esposo vinha trabalhando e tentando produzir há cerca de dois anos.

Foram elementos como a distância da cidade e a conseqüente escassez de recursos visto por Sônia como prioritários que a fez aconselhar e convencer o marido de que tal proposta não era tão irrecusável assim. A escola para a filha pequena, juntamente com outros recursos

⁸ Destaco que há um grande e vasto debate sobre essa presença e prática das mulheres no campo, discutindo costumes, relações de trabalho, aspirações e embates. Tudo isso, associando relações de poder firmadas em casa e no conjunto mais amplo das relações estabelecidas socialmente. Sobre esse conjunto de questões, sugiro os trabalhos de Mesquita (2013), Queiroz (2018), Santos (2019) e Tedeschi (2003) como expressivos dessa tentativa de perceber a prática dessas mulheres no meio rural.

advindos da zona urbana naquele contexto, como acesso a hospitais, mercados etc., eram preferíveis à aquisição de uma terra 40 vezes maior do que eles possuíam. Valores que vão além do aspecto econômico e que são, por muitas vezes, primordiais aos sujeitos, principalmente quando voltamos nosso olhar para suas experiências, na qual possuíam, na maioria das vezes, acesso restrito e extremamente difícil a tais recursos; como escolarização e saúde, e percebem ao avaliar suas trajetórias, as limitações providas por tais ausências.

É voltando, muitas vezes, o olhar para suas próprias experiências que, quando adultos e pais, percebem a proximidade as escolas, cursos, atendimento médico-hospitalar e até mesmo universidades para seus filhos, como critérios cruciais a serem avaliados perante as decisões de como reorganizarão suas vidas. Elementos esses avaliados por Sônia em sua posição contrária à ida definitiva da família para o Mato Grosso e favorável à volta de seu Robson para o Reassentamento, onde ele poderia, inclusive, auxiliar na manutenção da propriedade.

Esse processo de movimentação de pequenos proprietários, ou mesmo arrendatários, com condições limitadas de investimento rumo às áreas de expansão agrícola está envolto também na experiência de seu Ernesto e dona Carmen. Deparei-me com tais sujeitos ao analisar os livros ata da Associação de Moradores do Grupo São Lucas, na ata do dia 16/10/2001:⁹

Ata da assembleia geral de fundação da associação de desenvolvimento dos produtores do reassentamento rural Caxias, grupo São Lucas em edição extraordinária. Aos dezesseis dias do mês de outubro de dois mil e um (16-10-2001) as quatorze e trinta horas (14:30) na sede principal do Reassentamento São Francisco. Para a votação sobre troca de terras entre Lúcio (...) e senhor Ernesto (...) e a senhora Carmen (...). Votação de unanimidade aprovando a saída do Lucio (...) e a entrada de Ernesto e família sendo assim o grupo se responsabiliza. Não havendo mais nada a declarar eu Maria [...] assino esta ata que vai ser assinada por todos os presentes. [28 presentes] (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 03)¹⁰

Até o ano de 2005 era exigido daqueles que decidiam pela venda ou permuta de sua terra que colocassem a questão na pauta da associação para discussão e possível aprovação dos

⁹ Durante o processo de levantamento de fontes, tive acesso aos livros ata de três dentre as sete associações existentes no Reassentamento. Os documentos se referem a assembleias realizadas entre os anos de 1997 e 2019. Também tive acesso ao livro ata do conselho deliberativo geral do reassentamento, composto por membros de todas as sete associações de moradores. As atas das demais associações não foram levantadas devido à dificuldade de acesso oferecida pelos responsáveis por tais documentações. No mais, acredito que as que tive acesso já são significativas a fim de visualizar e problematizar discussões levadas ao coletivo e auxiliarem na abertura do leque de questões e possíveis interpretações a respeito dos modos de viver no Reassentamento e das alternativas elaboradas por muitos desses sujeitos, de maneira coletiva – ou não – em busca de melhorias na propriedade e em outros espaços de sociabilidade e eleitos como necessários; como escola, área comum das associações ou mesmo estradas, segurança etc.

¹⁰ Os nomes presentes nos recortes de ata são pseudônimos. As identidades dos sujeitos presentes nas atas foram alteradas, a fim de manter o anonimato e preservar os mesmos.

demais membros sobre a decisão da venda, assim como a apresentação dos motivos do reassentado e do possível comprador da sua propriedade. Então, ao analisar os livros de atas da Associação São Lucas, aspectos desse processo de compra e venda vieram à tona, assim como a possibilidade de visualizar circunstância em que as idas e vindas de sujeitos no Reassentamento eram promovidas e colocadas em discussão.

O indício da chegada de Ernesto e Carmen ao Reassentamento São Francisco de Assis, evidenciado na ata do dia 16/10/2001 (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 03), levou-me a refletir acerca da experiência do casal e sua relação com a minha pesquisa, incluindo as peculiaridades de se trabalhar com fontes orais. Ao iniciar a sistematização das possíveis entrevistas a serem realizadas ao longo da pesquisa, elenquei Carmen como alguém com quem gostaria de conversar, uma vez que por ter estudado com a sua filha mais velha, sabia que havia em sua experiência elementos acerca das ponderações, reconsiderações e ações que permeiam o vir, chegar e partir do Reassentamento São Francisco de Assis que seria contribuições importantes para essa pesquisa.

Diante disso, entrei em contato com Carmen e ela concordou em me conceder a entrevista. O que me motivava a procurar a realização da entrevista era justamente entender quais motivações e expectativas que os levaram a se mudar de Corbélia para o Reassentamento, em 2001, e oito anos após isso retornarem para a cidade de Corbélia, deixando, no momento da mudança, a propriedade no Reassentamento arrendada e, nesse meio tempo, arrendaram outra propriedade, cerca de 8 km de distância da que possuíam no próprio Reassentamento. Acreditava que as considerações sobre o vir, chegar e partir, elaboradas por ela e seu Ernesto tornavam essa experiência significativa para o adensamento da problemática de pesquisa.

Cerca de um ou dois meses depois, ao entrar novamente em contato com ela, para finalmente marcarmos a conversa, fui informada de que havia se mudado para Rondônia com o seu esposo e uma de suas filhas, para morar e trabalhar em uma terra arrendada, indicando uma nova reorganização em suas trajetórias e em sua inserção no mundo rural.

Ao contrário de sua chegada ao Reassentamento, a saída de Carmen não foi registrada no livro ata da Associação de moradores do grupo São Lucas na qual participava. Foi possível aferir o momento de saída através da leitura de outra documentação, levantada ao longo da pesquisa: o livro de transferências do Colégio Estadual do Campo do Reassentamento São Francisco, no qual consta a data do pedido de transferência de suas duas filhas (COLÉGIO..., 2009, p. 34) em 2009, para a cidade de Corbélia. A ausência do registro da saída de Carmen evidencia o modo como a realização de assembleias para discutir as vendas de lotes deixou de

ser praticada na associação onde moravam – constando como último registro em assembleia o ano de 2005, cerca de oito anos após as primeiras mudanças para o Reassentamento.

A experiência de Carmen, mesmo sem a possibilidade de realizar, de fato, a entrevista, parece significativa na medida em que permite visualizar uma dinâmica de movimentação, possivelmente compartilhada com diversos outros sujeitos que em algum momento moraram no Reassentamento, ou que se confrontam com as pressões e limites de viver no campo no século XXI. A própria impossibilidade da entrevista é um indício dessa dinâmica, na medida em que não foi realizada devido à busca de Carmen por um novo horizonte de alternativas.

A alternativa vislumbrada por Sônia e Robson no Mato Grosso, e por Carmem e Ernesto em Rondônia, é marcada por uma dinâmica histórica na qual diversos sujeitos que moram no Sul do país veem na mudança ou na aquisição de terras nas regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste do país uma estratégia para ampliarem suas propriedades e/ou alterarem suas condições de vida.

Com a possibilidade de aquisição de terras maiores e mais baratas, noticiada muitas vezes por familiares ou conhecidos, a busca de novas alternativas nessas regiões acaba se tornando atraente para sujeitos que conseguindo levantar o capital necessário para tal negócio, decidem por adquirir propriedades em diferentes estados dessas regiões, com a expectativa de alterar sua condição, de pequeno para grande proprietário, ou mesmo adquirir pela primeira vez uma propriedade.

Os anúncios de compra e venda nos auxiliam, mais uma vez, a evidenciar a discrepância entre os valores de uma propriedade em áreas de fronteira agrícola para uma propriedade na região onde se localiza o Reassentamento São Francisco de Assis no Oeste do Paraná. Eis um anúncio publicado no site da OLX, no dia 27 de outubro de 2020, sobre uma propriedade de 66 alqueires de terra no estado de Rondônia:

Sítio à venda, por R\$ 2.376.000 - Zona Rural - Nova Brasilândia D'Oeste/RO

Publicado em 27/10 às 20:28-cód. 744729309-anúncio profissional

R\$ 2.376.000

Sítio disponível para venda, localizado em Nova Brasilândia [RONDÔNIA], contendo 66 alqueires, todo formado, escriturado, 11 repartições. (SÍTIO..., 2020)

Em contrapartida, temos o anúncio de uma propriedade com 13,8 alqueires de terra, localizado no grupo Alto Alegre, no Reassentamento São Francisco de Assis, publicado no mesmo site, um dia antes, em 26 de outubro de 2020:

13.8 alq. em Cascavel com aprox 10 alq. mec

Publicado em 26/10 às 12:52-cód. 773361545-anúncio profissional
R\$ 48.300

Vende área de 13,8 alq. com aprox. 10 alq. mec. ótima localização por 3.500 sacas o alq. podendo ser estudado um prazo de pagamento, [número de telefone]. (13.8..., 2020)

Considerando o valor da saca de soja no dia do anúncio – R\$ 146,00 reais¹¹ – cada alqueire de terra na propriedade à venda no Reassentamento custa cerca de R\$ 511.000,00 (quinhentos e onze mil reais), pagos na forma de sacas de soja – forma de pagamento comum no comércio de terras na região Oeste do Paraná, o que acaba flexibilizando, de certa maneira, a possibilidade de aquisição da propriedade.

Seguindo o valor cobrado por alqueire, o valor total da propriedade de 13,8 alqueires equivale a aproximadamente R\$ 7.051.800,00 (sete milhões, cinquenta e um mil e oitocentos reais). Em contrapartida, uma propriedade com 66 alqueires de terra – 5 vezes maior – no Oeste de Rondônia custaria R\$ 2.376.000,00 reais (dois milhões, trezentos e setetenta e seis mil reais) – quase 3 vezes menos do que a propriedade indicada em Cascavel.

As fotos contidas nos anúncios evidenciam a diferença no que se refere à mecanização das propriedades, uma vez que a de Cascavel possui 72% da sua área mecanizada, pronta para o plantio, enquanto o anúncio sobre a terra em Rondônia não diz nada sobre o preparo do solo, e as fotos não retratam áreas mecanizadas. Aparentemente, estas últimas seriam usadas mais para a atividade de gado de corte.

A aquisição de uma propriedade com maiores proporções, somada à possibilidade de sobrar algum valor da venda de suas terras no Reassentamento – dependendo do tamanho da propriedade que possuía – pode ocupar espaço nas ponderações de donos de propriedade – em seus diversos tamanhos e capacidades de produção – ou mesmo de arrendatários que vêm nessas regiões de expansão agrícola a oportunidade de adquirir uma propriedade, expectativa que talvez não se realizaria em Cascavel, com os valores das terras mais elevados.

Para os que são proprietários, com o dinheiro que pode vir a sobrar, dependendo do negócio realizado e das condições materiais possuídas no Reassentamento, faz-se possível o pagamento de possíveis dívidas, a compra de maquinários, a mecanização e correção da propriedade, ou ainda a criação de um “fundo de garantias” para possíveis contratemplos advindos da adequação a uma nova lógica agropecuária.

¹¹ Valor informado no site <https://www.noticiasagricolas.com.br/cotacoes/soja/soja-mercado-fisico-sindicatos-e-cooperativas> Acesso em: 28 out. 2020.

Quando sistematizava e analisava o livro de transferências do Colégio Estadual do Campo do Reassentamento São Francisco de Assis, foram diversas as vezes que me deparei com transferências para estados como Rondônia, Tocantins, Piauí, Mato Grosso, entre outros estados, onde a expansão agrícola vem sendo estimulada nessas primeiras décadas do século XXI.

**TABELA 1 - Livro de Transferência Escolar
Colégio Est. do Campo do Reassentamento São Francisco**

Amanda ¹²	09/07/99	Sinop - MT
José	28/06/00	Mato Grosso
Jussara	06/07/00	Sinop - MT
Oswaldo	07/07/00	Vila Rica - MT
Marcia	23/11/00	Cárceres - MT
Elisabeth	05/02/03	Roraima
Antenor Dias ¹³	20/10/03	Belém - PA
Eliza Dias	20/10/03	Novo Progresso - PA
Vanda	02/12/05	Palmas - TO
Diana	17/01/06	Teresina - PI
Leonardo	26/01/07	Palmas - TO
Marina	08/02/07	Rondônia
Matias	12/05/09	Palmas - TO
Renato	19/12/09	Pará
Antony Dias	28/02/11	Pará
Diego	23/02/13	MT
Mariele	20/08/15	Seringueira - RO
Lucas	02/02/18	MT
Maicon	05/07/18	Palmas - TO
Matilde	03/04/19	MT

Fonte: (COLÉGIO..., 1999/2019, p. 1 a 99), organização da autora

Ao analisar a Tabela 1, percebemos uma significativa dinâmica de deslocamentos rumo às regiões mencionadas como regiões de expansão agrícola, compondo um roteiro variado de estados e cidades que foram avaliados por pequenos proprietários e trabalhadores nos últimos 20 anos. Os indícios aparentes no livro de transferências, apesar de limitados no que se refere ao conhecimento das motivações e expectativas que permeiam tais movimentações – assim como as ponderações, reconsiderações e decisões que permeiam esse processo –, e às

¹² Livro de Transferências do Colégio Estadual do Campo do Reassentamento. Os nomes e sobrenomes utilizados no texto são pseudônimos, com o objetivo de preservar a identidade dos sujeitos.

¹³ O sobrenome fictício foi acrescentado com a intenção de demarcar a relação de parentesco entre determinados alunos.

possibilidades e alternativas abraçadas por tais sujeitos para se dirigirem rumo a tais destinos, ainda assim, elas nos auxiliam na tentativa de perseguir os indícios referentes ao modo como constroem alternativas em busca de melhorias na sua qualidade de vida.

Analisando os indícios da movimentação social presentes na Tabela 1, percebo como é limitada a concepção que aponta a explicação histórica dessas relações tomando os “fluxos migratórios” como determinantes para a decisão de certos sujeitos rumo a determinados locais e em determinados momentos. Schaefer (1985) e Lorensetti (2017), reeditando tal argumentação, encontram nesse marco explicativo a conformação para tais ações e práticas, Lorensetti cita Schaefer sem maiores problematizações de tal conceituação, indicando que: “Sobre o deslocamento para Rondônia, Schaefer (1985), acrescenta que o fluxo de migrantes, sendo muitos do Paraná, durou até meados da década de 1980.” (Lorensetti, 2017, p. 66).

Ainda que reconheça o quanto esse destino fez parte de um momento em que desapropriações no campo foram intensificadas no Oeste do Paraná, principalmente envolvendo a constituição do lago e Usina de Itaipu¹⁴, os indícios que encontrei durante a pesquisa evidenciam a existência de contínuas andanças de trabalhadores e pequenos proprietários pela territorialidade nacional, inclusive para diferentes estados do Norte e Centro-Oeste do país. Isso, inclusive, se observemos os 20 anos em que o colégio do Reassentamento São Francisco de Assis vem funcionando.

Da mesma forma, a ida de Carmem e de diversos pequenos produtores que conheço para regiões observadas como de expansão agrícola acaba indicando como essas análises acabam sendo limitadas e deixando de fora esse processo dinâmico de avaliação e definição dos sujeitos frente às dificuldades e possíveis oportunidades para a permanência no campo.

Aspectos como os evidenciados até o momento (sobre as ponderações e decisões tomadas por sujeitos como Carmen, Sônia ou mesmo os responsáveis pelas crianças que tiveram sua transferência registradas na escola do Reassentamento, mudando-se para outras regiões do país em busca de novas alternativas), permitem inferir como não é apenas a academia ou a imprensa que se encarregam de analisar os prós e contras da movimentação social de trabalhadores e pequenos proprietários, a “exploração de novos territórios agrícolas” e o avanço para determinadas práticas agrícolas em cada região, ou mesmo a difusão sobre quais seriam as

¹⁴ Trabalhos como o de Silva (2013) e Karpinski (2007) discutem tais fluxos, vinculados ao processo de desapropriação de pequenos produtores e trabalhadores rurais nesse ínterim. Silva aborda tal questão durante o processo de construção da Usina de Itaipu, na década de 1980, enquanto Karpinski discute o processo da construção da Usina de Salto Caxias, já na década de 1990.

melhores possibilidades para os que tem seu modo de viver atrelado ao meio rural, ocorrerem constantemente.

As pessoas comuns também estão continuamente buscando se inteirar a respeito de tais elementos, na medida (e da forma) que lhes convém e lhe são permitidos frente à sua realidade. Mais do que objetos de investigação e análise, eles próprios produzem suas avaliações a partir do diálogo com conhecidos, da atenção prestada a noticiários e mesmo a programas televisivos dirigidos ao meio rural. Frente a tais ponderações, tomam suas decisões de idas e vindas, e de meios de buscar melhores condições de vida.

É em meio a essa reflexão, que as ponderações de Thompson (2002), dialogando com a obra “Judas, o obscuro”, se faz pertinente quanto à relação que ele estabelece entre a experiência dos trabalhadores com os intelectuais da academia:

[...] não se trata apenas do fato de que trabalhadores e intelectuais estejam integralmente relacionados por laços econômicos e sociais; que sem os “trabalhadores manuais nos miseráveis bairros pobres” de Christminster “os leitores diligentes não poderiam ler nem os grandes pensadores, viver”. Trata-se também de que só aqui, no contexto real da experiência viva, poderiam as ideias dos pensadores tomar corpo e ser testadas[...]

E aí surge Judas, não como a vítima de um sistema mesquinho, mas como verdadeiro protagonista de valores intelectuais e culturais. Judas e Sue, em sua procura por novos tipos de liberdade, companheirismo e igualdade no casamento, estão envolvidos numa busca mais séria do que qualquer exercício de pensamento abstrato. Seus sucessos levam ao fortalecimento da vida; seus fracassos são irreparáveis. (THOMPSON, 2002, p. 40-41)

Ao longo dessa dissertação venho buscando evidenciar esse protagonismo dos sujeitos com os quais dialogo, como discutido por Thompson. Procuro evidenciar a maneira como elaboram suas próprias avaliações e estratégias frente à realidade que experimentam e aos valores que possuem.

Ao evidenciar a noção de movimentação social ao longo da discussão, busco destacar a maneira como as experiências de pequenos produtores, arrendatários e trabalhadores do campo são entremeadas de avaliações e decisões tomadas em meio a uma rede intrincada de tensões e anseios. Muitas vezes, isso os leva a sair de determinado lugar rumo a outro, numa busca constante por uma melhor condição de vida. Procuro destacar o protagonismo desses sujeitos, não se portando simplesmente como “vítima[s] de um sistema mesquinho”.

O processo de movimentação social aparece também, com outra abordagem, na tese de Silvério (2012), na qual a autora discute estratégias criadas por moradores de dois assentamentos rurais em Minas Gerais e discute, em determinado momento da reflexão, a preocupação de alguns desses sujeitos em relação à venda de lotes. Jonas, um de seus

entrevistados, ao ser questionado a respeito de suas preocupações em relação ao cotidiano do assentamento onde reside, responde à autora:

Jonas: A preocupação [sobre o cotidiano do assentamento]? Olha, até que preocupação eu num vejo muita, a preocupação que eu tenho *é sobre aquela questão de venda de lote*, porque tem certos companheiros que a gente tem aqui hoje, a gente vê assim: será que esse companheiro não vai vender lote? Não vai querer? Não vai ser um daqueles que vai vender? O que aconteceu com o Zumbi dos Palmares [outro assentamento no município de Uberlândia, no seu início coordenado pelo MST], eu me preocupo com isso, metade dos que foi, que era pra ser assentado, venderam os lotes [no PA Zumbi dos Palmares]. Eu creio que isso não vai acontecer aqui não, mas [...]

Leandra: Você vê algum sinal, algum indício?

Jonas: Não! Sinal não, mas pelo perfil de algum companheiro a gente chega até pensar: esse companheiro vai vender o lote se ele for assentado. Mas não é assim! É só uma preocupação que a gente tem, né?

Leandra: Qual seria esse perfil?

Jonas: Individualismo, essa questão do individualismo, companheiro muito individualista, que está sempre contra a decisão de um coletivo, esse é o perfil. (JONAS, 2005 apud SILVÉRIO, 2012, p. 219. Grifos do original.)

De acordo com a autora, Jonas tem um papel de liderança no assentamento Emiliano Zapata, local para onde volta suas análises. Sua esposa, inclusive, chega a ocupar a posição de fiscal da Associação dos Assentados. É a partir dessa posição que Silvério o considera importante para sua investigação, assim como Jonas elabora as suas ponderações tendo essa referência para o diálogo, incluindo nesse olhar de líder sua avaliação acerca daqueles que decidem pela venda do lote, visualizando nessa decisão de saída uma quebra do coletivo de luta e a presença marcante do individualismo destes que partem.

A presença do individualismo é levantada constantemente como justificativa (ou condenação) daqueles que decidem pela venda da sua propriedade, quando conquistada através de um movimento social, como no caso de um assentamento do MST, ou mesmo do movimento de atingidos por barragem. Não é por acaso que Jonas, no seu status de liderança dentro do assentamento, utiliza o mesmo argumento ao ser questionado a respeito das suas preocupações. No entanto, quais seriam outros elementos ponderados pelos sujeitos analisados por Jonas e Silvério frente à possibilidade de venda da sua propriedade? Haveria algo em comum com outros que vendem suas terras em outros territórios, mas que, porventura, compartilhem de certas condições e pressões de classe? Como se dá a própria relação de Jonas no que se refere à vida e produção no lote por ele alcançado?

Acredito ser necessário ampliarmos a análise acerca das complexidades que informam a experiência desses sujeitos que conquistam, a duras penas, a condição de pequenos

proprietários rurais, mas que, apesar da aquisição de um pedaço de terra representar certamente, um avanço frente à condição de sem terras, a realização dessa expectativa não é o suficiente para garantir a eles uma grande produção, com a possibilidade de retirarem o sustento da família e de conquistarem avanços para além das necessidades básicas de sobrevivência a partir da propriedade familiar.

Alcançar a condição de proprietário de terras não faz cessar a luta desses sujeitos para viver na e da terra que possuem. Precisamos avançar na problematização acerca dos dilemas que sujeitos como o próprio Jonas experimentam ao tentar tirar seu sustento e de sua família a partir da propriedade que alcançou no assentamento, como o Emiliano Zapata, assim como de outros sujeitos que compartilham da sua condição de classe, enquanto pequeno proprietário sem grandes vultos de recursos.

Na própria continuidade da entrevista realizada entre Silvério e Jonas, assim como na entrevista realizada com a esposa do mesmo – Teresinha –, vão surgindo elementos que apontam para os obstáculos experimentados por eles advindos de sua condição como pequenos produtores descapitalizados e que, apesar de relutarem em venderem seu lote no assentamento, sentiram a necessidade de buscar outra fonte de renda para além da que a propriedade oferecia.

Logo após a citação do trecho de entrevista selecionado, Silvério esboça seus comentários a respeito da narrativa de Jonas e de sua esposa:

Cotejando as narrativas do casal Nunes, talvez seja possível perceber a sintonia e como, nos anos de lutas e experiências como acampados e agora como assentados, vão forjando suas opiniões e decisões sobre o comportamento, costumes em comum que lhes garantam a realização de seus desejos de viverem do e no lote, enfrentando os desafios cotidianos. E, talvez, o maior entre os desafios seja superar a falta de perspectiva de assentados que leva à venda do lote. Como é sabido, isso tem sido prática em alguns assentamentos da região e, como um todo, do país. Por isso Jonas se preocupa e deixa evidente seu receio de que essa realidade se instale no PA Emiliano Zapata, principalmente pela consciência que possui da força e do poder dos valores individualistas característicos da sociedade capitalista. (SILVÉRIO, 2012, p. 219)

A meu ver, ao afirmar que Jonas e sua esposa

[...]vão forjando suas opiniões e decisões sobre o comportamento, costumes em comum que lhes garantam a realização de seus desejos de viverem do e no lote, enfrentando os desafios cotidianos. E, talvez, o maior entre os desafios seja superar a falta de perspectiva de assentados que leva à venda do lote. (SILVÉRIO, 2012, p. 219)

A autora acaba ignorando outros desafios encontrados pelo casal, que apareceram ao longo de sua tese. Digo isso pensando, principalmente, na dificuldade da realização do “desejo de viver do e no lote”, destacado por Silvério, e na dinâmica que a própria família de Jonas decidiu como a mais pertinente para a manutenção da família e da propriedade, tendo em vista as limitações de produção e geração de renda no próprio assentamento.

A respeito dessa condição, vivenciada por diversos assentados, a autora comenta:

Entretanto, outros assentados ainda precisam se deslocar do assentamento em busca de alguma renda monetária ou de sua ampliação, seja do Emiliano Zapata, seja do 21 de Abril. Teresinha, reforçando as ponderações de Francisco Jubiano de Freitas sobre a necessidade de trabalhar fora dos lotes, contou que seu companheiro também faz parte da maioria dos assentados que trabalha fora do assentamento. (SILVÉRIO, 2012, p. 215)

Em seguida, Teresinha narra a dinâmica enfrentada pelo casal em busca de certa estabilidade e da própria permanência no lote:

Leandra: Fala um pouquinho dessas dificuldades, assim, mais detalhado aqui, hoje.

Teresinha: Olha! Aqui a dificuldade é assim, é mais pra tirar aquele sustento, pra comprar arroz, óleo, essas coisas assim, sabe? Comprar o alimento, pra tirar aqui a gente ainda não está conseguindo. Não está conseguindo mesmo Jonas ficar aqui definitivo pra trabalhar aqui dentro mesmo, entende? Falta de verba, isso aí, é falta de dinheiro, de grana.

Leandra: Entendi. E aí, como é que faz, Teresinha, como é que vocês estão se virando nesse sentido?

Teresinha: Se virando. Ele [Jonas] está tendo de trabalhar, eu fico aqui com os meninos, tomo conta aqui do assentamento e ele tem de ir pra cidade trabalhar.

Leandra: Ah, e o Jonas está em Uberlândia?

Teresinha: É, trabalhando.

Leandra: O que ele está fazendo?

Teresinha: Ele mexe com marcenaria [...] e final de semana que ele está aí, ele ajuda a gente a fazer alguma coisa que, às vezes, nós não dá conta, fica pesado pra mim e os meninos. Aí ele ajuda plantar, às vezes fazer alguma coisa, olhar cerca, olhar esses trem, capinar, ele ajuda, final de semana ele ajuda, sábado e domingo ele ajuda. (TERESINHA, 2005 apud SILVÉRIO, 2012)

A partir da narrativa de Teresinha, podemos perceber como apesar de ainda manter a propriedade no assentamento, com sua família morando sobre o seu lote, Jonas também está inserido no processo de ir e vir, permanecendo a semana toda na cidade de Uberlândia, onde trabalha como marceneiro, e voltando para a sua propriedade apenas nos finais de semana.

A própria realidade de Jonas evidencia o modo como permanecer na propriedade familiar, vivendo nela e dela, não é uma condição acessível para todos os que conseguem conquistar um “pedaço de chão”, como também explicitado na pesquisa de Falchi (2007).

Teresinha também narra como é difícil gerir a propriedade sem o auxílio do marido, tendo apenas os filhos para ajudá-la na maior parte da semana. Uma condição compartilhada, inclusive, por outras mulheres com as quais dialoguei durante o processo de pesquisa, como a própria Sônia, mencionada anteriormente, durante o período em que seu companheiro estava em outro estado.

A própria Silvério aponta que essa é uma realidade para a maior parte dos moradores daquele assentamento, ou seja, poucos deles possuem capitalização suficiente para manterem a propriedade e sobreviverem apenas com a renda adquirida através do cultivo. Por mais que Jonas afirme em sua narrativa não ter a intenção de vender o lote, mesmo com a distância da família e as dificuldades dos que ficam trabalhando sozinhos na propriedade, essa pode não ser uma dinâmica aceitável para todas as famílias, ou ainda, para a manutenção de duas casas – uma onde um membro reside, normalmente pagando aluguel, além de outras despesas básicas como alimentação, transporte etc.; e outra no assentamento, com a manutenção da família e da propriedade – tornando-se inviável tal arranjo.

O que quero apontar com isso é que a experiência de Jonas de saída semanal da propriedade e manutenção de trabalho fora da propriedade, compartilhada por outros moradores do local, e mais ainda, por diversos outros sujeitos que compõem o universo social do campo com baixa possibilidade de capitalização, é uma realidade que pode pressionar à venda do lote por muitos sujeitos que não queiram, ou não consigam, sustentar essa dinâmica, extrapolando assim a simples justificativa do individualismo e da falta de perspectiva para com a propriedade daqueles que saem.

Morar no campo e trabalhar na cidade também é uma dinâmica comum na vida de diversos sujeitos que moram ou moraram no Reassentamento São Francisco de Assis, incluindo em especial os jovens, que ao ser formarem, ou mesmo antes, ansiando pela busca por renda própria, procuram trabalho nas cidades de Cascavel ou Corbélia, enquanto continuam residindo nas casas de seus pais.

Essa relação entre campo e cidade é percebida por Carlos, em um momento em que ponderava acerca da criação das crianças e adolescentes que estudam no colégio do Reassentamento, associando o modo como agem na escola frente às relações familiares experimentadas por alguns desses estudantes:

Karoline: E no começo da nossa conversa você disse que antigamente os alunos eram respeitosos e tudo mais... por que antigamente? Como você vê a mudança? O que mudou dos alunos e dos pais? Como alunos em si na escola, na relação com o reassentamento, e com os professores, e com a escola que é querendo ou não uma escola deles, exclusiva, vamos dizer assim?

Carlos: [...] São pais que saem [para] trabalhá, deixam os filhos em casa sozinho, porque hoje a maioria dos pais que tão aqui, que os alunos estão na escola, já são da 1ª geração de formandos que se formaram lá em 99... já tem, já tão com seus filhos no 6º, 7º ano. E muitos desses pais tão trabalhando na cidade, porque eles [pais] não conseguiram se mantê... então, tipo, o pai dele [avô dos estudantes] mora na terra, mas ele [pai dos estudantes] teve que saí, formá família, então trabalha na cidade. Vai, trabalhá pra cidade todo dia e larga os filhos com os avós e os filhos ficam meio sozinho. (CARLOS, 2019)

Permeada pelos valores do entrevistado, no que diz respeito à criação dos filhos (quem deve cuidar e os resultados de se “largar os filhos com os avós”) esse trecho de entrevista se faz instigante para pensarmos uma das estratégias elaboradas por jovens cuja terra do pai não é suficiente para a sobrevivência de todos. Pois, conforme a família vai crescendo, ou mesmo aqueles que por algum motivo decidem por não trabalhar na propriedade da família, a busca por trabalho fora do Reassentamento se coloca como uma possibilidade recorrente. Com a ausência de creche, ou mesmo em dado momento (e dependendo da idade) de atividade escolar em período integral no interior do Reassentamento, para alguns destes a alternativa viável é deixar seus filhos aos cuidados de familiares durante o horário de expediente (sabendo, inclusive, que possivelmente será alvo de julgamentos, como o mencionado acima).

Diante dessa observação, da mudança de relação com a propriedade e com esse modo de viver, sob quais condições se dá a decisão pela busca por trabalho em outros lugares? Quais eram os limites e pressões vivenciados na propriedade da família? Que expectativas foram visualizadas fora dela? Como essa estratégia foi traçada por diferentes jovens residentes no Reassentamento, ainda que tenham condições compartilhadas, mas expectativas e modos de viver distintos de seus pais?

Essa condição experimentada pelos jovens citados por Carlos no Reassentamento, assim como por Jonas em Uberlândia-MG, evidencia a limitada possibilidade de sustento e manutenção de pequenos produtores e trabalhadores assentados no campo, uma vez que grande parte desses jovens pertencem a famílias com baixa capacidade de capitalização de sua propriedade e produção. Para estes, a compra de uma nova propriedade para o filho, ou mesmo a extensão/intensificação de produção-renda na propriedade já existente, a fim de conseguir uma porção de terra suficiente para o sustento de todos, é um objetivo bastante difícil de ser alcançado, restando-lhes considerar a alternativa da saída da propriedade por parte dos membros mais jovens da família, seja para moradia fixa, seja apenas para o trabalho, utilizando a propriedade da família como moradia.

As avaliações e reconsiderações desses sujeitos ao ponderarem acerca do seu futuro são embrenhadas por uma ampla rede de elementos e possibilidades a serem analisados. As

alternativas encontradas por esses jovens são diversas, variando conforme suas possibilidades de rearranjos na própria terra dos pais ou de familiares, ou mesmo a constituição de novas estratégias, como a tentativa de moradia em uma das casas disponíveis para aluguel nos terrenos das associações de moradores, a busca por trabalho – por vezes acompanhado de busca por moradia – nas propriedades de vizinhos com maior produção e renda, entre diversos outros caminhos percebidos como viáveis.¹⁵

Dentro dessa complexidade de experiências, encontrei Camila, 33 anos (com quem dialoguei no ano de 2019), a qual em 2005, junto ao seu marido, experimentou dinâmicas que compõem com as discutidas até o momento. A experiência de Camila nos ajuda a ampliar as análises acerca do campo de avaliação e decisão que são experimentados por jovens, filhos de pequenos produtores ao irem conquistando sua independência.

Ao se casar, no ano de 2005, Camila mudou para a propriedade dos sogros com o acordo de morarem todos na mesma casa, uma vez que os pais de Valdir [seu esposo] eram idosos e precisavam de cuidados. Dessa forma, a manutenção da terra onde foi morar, com cerca de cinco alqueires, ficou a cargo de Camila e seu esposo, assim como o trato feito junto aos seus cunhados, de que estes cinco alqueires ficariam para eles como herança posteriormente.

Essa dinâmica funcionava bem, com eles trabalhando na produção leiteira e com a lavoura de soja ou milho. Contudo em 2013, levaram um calote do laticínio onde entregavam o leite.

Karoline: E do leite. E vocês tinham bastante produção de leite?

Camila: Bastante. Assim... no começo, nós começamos com bem poucas vacas, acho que umas 10, mas chegô um tempo [em meados de 2010] que a gente tinha 40 vacas. Então, era bastante mesmo. Só que daí foi indo, a gente fazia bastante dinheiro com essas e teve um tempo que o laticínio deu um calote ne nós. Não pagô um mês, e você sabe, que morando na roça a maior parte do dinheiro que você ganha é despesa né? Então, tipo, se a gente fazia 16 mil [reais], vamo supor, 14 mil [reais] era despesa e sobrava limpo pra nós uns 2 mil [reais]. E daí, o laticínio não pagô nós um mês, aquela dívida do mês foi pro otro, do otro a gente não conseguiu pagá e foi embolando essa dívida né? Foi aonde a gente decidiu pará de mexê com as vaca e vim trabalhá pra cidade [em 2013]. Aí, eu fiz um concurso na prefeitura, primeiro eu vim trabalhá na cidade, trabalhei nove meses numa fábrica de roupa né, e daí eu fiz o concurso da prefeitura, passei como zeladora e fui trabalhá no posto de saúde lá. Meu marido, já no começo, quando, ao mesmo tempo que eu vim, ele veio também, trabalhá na cidade, já pegô de pedreiro na construtora JL, e tá lá até hoje, já faz seis anos [2013-2019] que ele tá trabalhando na mesma construtora. (CAMILA, 2019)

¹⁵ Existe em algumas sedes de Associações no Reassentamento São Francisco de Assis casas pertencentes a esses grupos de reassentados, as quais acabam sendo, muitas vezes, ou alugadas para moradores locais, ou mesmo cedida em troca de serviços; como a manutenção e limpeza das áreas comuns pertencentes à associação onde esses sujeitos moram.

Esse percurso experimentado por Camila e seu marido, desde a lida com as vacas até a decisão pelo trabalho fora da propriedade, passando, posteriormente, para a ida rumo à cidade, evidencia dificuldades e, também, a formulação de estratégias no campo de possibilidades daqueles com baixa margem de risco nas atividades rurais, vindo a ocupar a condição de trabalhadores (quase sempre em vagas de trabalho de serviços pesados) ao se depararem com os endividamentos rurais.

Mesmo possuindo, de certa forma, uma pequena porção de terra e com uma renda mensal bruta alta, como podemos perceber na própria suposição que Camila faz, na tentativa de apresentar a diferença entre a renda bruta e a líquida, existentes na atividade leiteira, ou mesmo na grande quantidade de vacas existentes no plantel da família, ainda assim, a falta de pagamento de um mês (de acordo com o narrado por ela) já foi o suficiente para criar uma dívida em seu nome, que foi aumentando conforme o passar dos meses, apontando tanto a indisponibilidade de crédito e, conseqüentemente, a falta de possibilidade de quitar tais dívidas.

Com uma baixa capitalização e após meses buscando saldar a dívida, ela e o marido decidem, ainda no ano de 2013, buscar trabalho fora da propriedade, arrendando a terra para um familiar, a fim de usar o dinheiro para a quitação das dívidas, enquanto o salário das novas relações de trabalho do casal serviria para manter as contas mensais da família.

Com essa estratégia traçada, ambos foram trabalhar, de início, na cidade de Cascavel, ela numa fábrica de confecção, ele como pedreiro, ambos contando com o auxílio de familiares para a indicação aos postos de trabalho. Os familiares também foram importantes no cuidado tanto das filhas do casal, em especial da mais nova, motivada pela já citada falta de Centros Municipais de Educação na área rural da cidade de Cascavel, quanto para o cuidado com os pais de seu marido.

Essa limitação para o cuidado com a filha, motivada pelo não alcance de determinados serviços públicos no Reassentamento, e com a filha ainda não possuindo idade escolar, restariam duas saídas para o cuidado da mesma durante o expediente de trabalho: a busca por educação infantil na zona urbana do município, ou a solidariedade familiar para tal feito.

Com relação a essa demanda, Camila afirma:

Karoline: Uhum. E como foi com as meninas? Já tinha o colégio integral pra deixar elas?

Camila: Não.

Karoline: Ficava com avó, tias também, do jeito que dava?

Camila: É, do jeito que ia dando. Porque daí assim, a Pâmela já mais velhinha [aproximadamente 8 anos], mas a Gabi era bebê praticamente né? Então daí

um dia eu deixava na Lurdes [cunhada], um dia eu deixava na Nega [cunhada], um dia eu deixava na Jucélia [cunhada], um dia... assim.

Karoline: Ia revezando.

Camila: Conforme ia dando sabe? Porque não tinha ainda período integral na escola. Daí foi um ano... é, um ano, daí já abriu o período integral.

Karoline: Ah, sim.

Camila: Daí eu consegui assim, pra Gabi não tinha, não tinha, mas eu fui, pedi, quase implorei de joelho, aí eles conseguiram arrumá também pra ela lá né? Que daí foi onde eu comecei dexá elas né? No começo eu deixava três dias por semana, nos outros dois dias eu procurava alguém pra elas ficá, e daí depois elas conseguiram cinco dias por semana, ficá integral. Daí como eu trabalhava no posto [de saúde], era pertinho.

Karoline: É, que bom né? Porque o complicado de... mais uma coisa complicada de morá no sítio é que se não tem a escola em período integral ou uma creche não tem com quem você...

Camila: Então, na época [2013] eu até vim pra cidade, procurá uma creche, porque daí como o meu marido vinha todo dia, ele podia trazê, mas sabe qual é a resposta que eu escutava? “Ah, mas você mora no sítio, porque que você quer pôr ela na creche?” Entende? Era só isso que eu escutava. E daí, numa creche paga, particular, eles até pegavam, mas eu não tinha condições de pagá.

Karoline: Aí não compensava também, né? (CAMILA, 2019)

A narrativa de Camila sobre a impossibilidade da conquista de uma vaga em algum Centro de educação infantil - CMEI, e da ajuda encontrada em cunhadas, cunhado e sobrinhas para o cuidado de suas filhas, permite problematizar a ineficiência do alcance de determinados serviços públicos, como o CMEI neste caso, na experiência de sujeitos que moram no campo em Cascavel – isso sem mencionar a própria ineficiência na zona urbana, com a demora de anos para se conseguir alguma vaga – direito esse continuamente negado a ela e sua filha na busca por uma vaga no próprio espaço urbano, segundo a mesma por uma visão de que aqueles que moram no campo não necessitam ser atendidos por este direito básico.

Neste caso de negligência do serviço público, a solidariedade de familiares foi crucial para a continuidade da dinâmica de idas para a cidade diariamente em busca de melhores condições financeiras para a sua família, durante os quatro meses nos quais trabalhou em uma confecção, ou mesmo quando Camila conseguiu emprego no posto de saúde do Reassentamento, na função de zeladora, após aprovação em concurso público municipal, na qual trabalhou até a mudança definitiva da família para a cidade, onde após conseguir remanejamento, foi trabalhar em uma unidade de pronto atendimento próxima a sua casa.¹⁶

¹⁶ Essa mudança nas relações de trabalho exercida por Camila – saindo do trabalho em uma fábrica, na qual trabalhava por cerca de 12 horas diárias, passando a assumir vaga em concurso público na área de saúde – significava uma maior estabilidade e certa ascensão em suas condições de trabalho, mesmo que em uma função [como zeladora] que não lhe garantiria um salário muito mais alto, e que ainda continuasse a experimentar limitações advindas de sua condição de classe e das condições de trabalho.

A mesma solidariedade que foi encontrada na procura por trabalho de ambos, com a indicação de possíveis empregos e auxílio no acesso às vagas na construtora – onde um cunhado de Valdir já trabalhava – e também na confecção – realizada por uma cunhada que também trabalhava no local –, ou mesmo no vínculo de arrendamento com o irmão de seu marido, realizado no momento em que decidiram procurar trabalho na cidade, ainda em 2013, são elementos que dão indícios de como as relações familiares são importantes, ainda que tensas, na constituição da experiência de sujeitos como Camila.

Pois, como ficaria a situação enfrentada por Camila (no ano de 2013), no que tange ao cuidado das filhas, caso não pudesse contar com o auxílio de familiares para tal feito? A inexistência de Centros de Educação Infantil no território onde moram seria um dos motivos para o atual “abandono de filhos aos avós”, como analisados por Carlos (2019)? Quão grande seria a demanda de pais e filhos que se beneficiariam com a existência de instituições como essa no campo e para os quais essa seria, inclusive, uma alternativa mais segura para o cuidado de suas crianças? Isso sem alegar o campo de oportunidade de trabalho a ser considerado caso houvesse esse serviço em tais lugares.

Diante dessa discussão que envolve a infância no campo e o dilema a respeito do modo como atender essas crianças e mesmo adolescentes durante a jornada de trabalho dos pais, faz-se necessário problematizar aquelas relações em que muitas crianças e adolescentes quando os pais ou responsáveis estão envolvidos em atividades rurais acabam se associando a esses afazeres, ou são responsabilizados pelos afazeres domésticos e cuidados com os irmãos menores... Contudo, quando essas atividades de trabalho se direcionam a outras propriedades, ou em atividades distantes de onde residem, muitos que tinham esse trabalho dos pequenos como apoio familiar se veem com algumas interrogações, o que fazer com essas crianças?

A decisão pela saída da propriedade de parentes perpassa também a experiência de outro casal com o qual conversei. José e Marta, em 2011, após 10 anos morando como agregados na propriedade dos pais de Marta, trabalhando sob parceria na produção leiteira, decidiram que a busca por novos horizontes seria o mais viável para a manutenção da sua família, além de uma possível melhora da situação econômica.

Karoline: E saíram debaixo das casas dos pais? Como foi, quando vocês casaram, pra onde vocês foram?

José: A gente casô [em 2001] daí construímo... moramo 2 ano com os pais dela, aí a gente construiu a nossa casa, aí a gente foi trabalhá fora né? A gente foi trabalhá no município de Cascavel [2011], mesmo lá, no Jangadinha, trabalhamo com propriedade de leite... aí a gente voltô [em 2013], trabalhô aqui no Reassentamento de funcionário, também com o Jair, aí a gente voltô

pra casa dos pais dela [em 2013] aí construiu a nossa outra casa (desmanchemo e fizemo outra de alvenaria), daí né?, e nós tinha as nossas próprias...

Marta: Não, mas antes de nós i trabalhá fora a gente tinha umas vaquinha né?

José: Umhas vaca de leite, é. A gente mexia...

Marta: Mas por sê pequeno [pouco menos de dois alqueires] o pedaço que nós plantava não deu certo.

Karoline: Não deu certo?

Marta: Não.

José: Tinha que arrendá, talvez, propriedades pra plantá milho pra cilagem e coisa, era muito poca terra né? aí não conseguimos.

Karoline: O tamanho da propriedade que sobrô era...

José: Era pequeno.

Karoline: Atrapalhô e não permitiu que continuasse trabalhando com as vacas?

José: Isso, é. Daí como assim, supor, como a gente tinha bastante animais não tinha terra suficiente, se tivesse pouco animais você não conseguiria tirá o sustento né? Então, daí a gente vendeu os animais e foi trabalhá de funcionáro [trabalhadores em outras propriedades], que a rentabilidade era mais né?

Karoline: Era maior do que se vocês permanecessem sem serem funcionários, no caso?

José: Sim, é.

Karoline: Então, foi em busca de uma renda maior que vocês foram?

José: Sim. (JOSÉ e MARTA, 2019)

Através da narrativa do casal, percebemos as dificuldades encontradas por um jovem casal ao buscarem se estabelecer junto às terras da família. Se retomarmos a chegada dos pais de Marta ao Reassentamento, em 1998, provavelmente os 11 alqueires que recebeu como forma de indenização eram suficientes para o sustento dele, sua esposa e seus três filhos. Com o tempo, porém, os filhos foram se casando e formando novas famílias, condição que dificultou a manutenção de todos sobre aquela propriedade, que permanecia do mesmo tamanho.

Entre os anos de 2001 e 2011 o casal trabalhou sobre a propriedade, em regime de parceria (José e Marta, seus pais e um de seus irmãos). Eles trabalhavam basicamente com a atividade leiteira, dividindo as tarefas, os gastos e os lucros. Em 2011, após divergirem sobre a forma como vinha sendo cumprida a divisão do trabalho e renda, em meio a uma baixa significativa no valor do leite e acúmulo de dívidas, eles decidem, após ouvirem conselhos advindos do veterinário da propriedade, buscarem uma nova alternativa, indo trabalhar como assalariados em uma propriedade na localidade de Jangadinha, zona rural de Cascavel, propriedade na qual foram morar, em uma casa destinada aos funcionários, isentos do pagamento de aluguel, água e luz.¹⁷

José aponta nesse trecho da entrevista, parte do percurso que o casal traçou após a saída da propriedade do seu sogro, no ano de 2011. Ao analisar tal trajetória, percebo que estes

¹⁷ A distância entre o Reassentamento São Francisco de Assis e Jangadinha é de aproximadamente 33 km.

constituíram um caminho de constante avaliação de como viviam e o que esperavam viver, conforme percebiam que as relações de trabalho, renda, ou mesmo a relação de poder entre eles e o patrão não vinha se dando da maneira que esperavam ou estavam dispostos a se manterem nessas práticas, mostrando como avaliam e ponderam sobre suas possibilidades a cada momento de sua trajetória.

O percurso decorrido entre o trabalhar e morar na propriedade dos pais e o local onde trabalham hoje, zona rural de Toledo, foi longo e repleto de mudanças de padrões e localidades. Mudanças essas que repercutem, obviamente, em outras áreas da vida dessa família, como, por exemplo, a constante transferência escolar dos filhos, tendo o mais velho por vezes morado com os avós a fim de permanecer em uma mesma escola por um período maior, demonstrando, mais uma vez, o espaço que a relação familiar ocupa no modo de vida de alguns sujeitos.¹⁸

Ao deixar o filho morar com os avós indica a ciência do casal de que começar e terminar o ano letivo no mesmo colégio, em especial nos últimos anos do ensino básico, é importante para um melhor rendimento escolar do filho. E mais do que isso, evidencia o modo como parte desses sujeitos, que tiveram pouco e/ou difícil acesso à escolarização formal, elaboram como expectativa sobre seus filhos, enquanto uma reavaliação de suas próprias experiências. Talvez, por avaliarem que a manutenção da escolarização dos filhos – muitas vezes incentivando, inclusive, o acesso desses ao ensino superior – traga a esses um campo de possibilidades mais amplo e, quiçá, oferecendo a obtenção de melhores condições de vida e trabalho, com melhor remuneração, maiores possibilidades de emprego, maior valorização profissional etc.¹⁹

Percebo que a busca por melhores alternativas não se limita a determinado espaço, ou mesmo função/trabalho, as diversas e desiguais possibilidades são avaliadas de acordo com as pretensões e necessidades percebidas pelos sujeitos na medida em que as vivenciam, associadas à compreensão que possuem sobre sua condição. No caso de José e Marta, mesmo tendo trabalhado boa parte desses últimos 9 anos como empregados em leitarias (tempo corresponde

¹⁸ É necessário ressaltar, no entanto, que assim como há redes de solidariedade e identificação entre familiares, ao mesmo tempo, vemos divergências, divisões e reordenamento de relações familiares – como na própria saída de Marta da propriedade dos pais, diante dos desacertos em relação à divisão de tarefas e lucros entre as três famílias até então envolvidas na relação de parceria. Caímos no risco, por vezes, de generalizar e mecanizarmos a ligação (família = parceria). Isso existe, mas é feito em meio a tensões, muitas vezes superadas pelo reconhecimento de que esses laços fortalecem na superação de desigualdades ou de aspectos de vulnerabilidade compartilhados enquanto classe, enquanto condição comum, reconhecimento de um campo de possibilidade e adversidades, reconhecendo um mesmo universo de restrições, fixação de limites e pressões, bem como de alinhamento de alternativas e enfrentamentos.

¹⁹ Essa valorização da escolarização formal dos filhos não é, entretanto, uma prática homogênea entre esses sujeitos. Na própria entrevista realizada com José e Marta, eles afirmam e questionam/julgam a posição do irmão de José quanto a essa questão, que ao contrário do casal, não percebe o acesso ao ensino superior, ou mesmo aos anos finais do ensino básico (ensino médio), como uma prioridade a ser oferecida aos seus filhos.

à saída da propriedade dos pais de Marta), outras estratégias foram ponderadas e traçadas, como a própria busca de trabalho na cidade de Cascavel.

Karoline: E daí, como que vocês fizeram depois que vocês saíram ali do Jair [2013]?

José: A gente veio pra nossa casa depois [na propriedade dos pais de Marta, no Reassentamento], né?

Marta: É, e fumo trabalhá pra cidade.

José: Fumo trabalhá na cidade.

Marta: Trabalhamo quase 2 ano daí... na cidade.

José: É daí...

Karoline: De empregado daí?

José: É, daí eu trabalhei 1 ano e 7 mês né? com o Joarez?!

Marta: Uhum.

José Ali no... mexendo com ordenhadeira, no mesmo negócio do leite, só que daí, na parte de manutenção de ordenha, resfriador essas coisa.

Karoline: Ah, sim.

José: E ela foi trabalhá de diarista daí. Daí como a...

Karoline: Uhum, mesmo morando no sítio não trabalhavam no sítio.

José: Isso, ia e voltava todo dia. (JOSÉ e MARTA, 2019)

É interessante pensar como a experiência desses sujeitos no meio rural acabam, por vezes, meio que moldando ou tendo uma certa continuidade quando avançam para o espaço urbano, seja procurando moradia ou apenas trabalho. Digo isso, pois ao procurar por vagas de trabalho em Cascavel, as possibilidades de trabalho encontradas e avaliadas por José parecem ter certo vínculo com as atividades exercidas anteriormente por ele, tanto nos empregos em leitaria de terceiros, quanto na atividade exercida na propriedade do sogro de José, no próprio Reassentamento.

Isso pode ter acontecido, especialmente no caso do José, em função dos contatos estabelecidos durante todo esse tempo trabalhando no ramo leiteiro – desde sua chegada ao Reassentamento, em 1998, até o momento da entrevista, em 2019, resultando em um total de 21 anos nesse ramo –, tendo algum desses contatos o indicado para o empregador do ramo de manutenção de ordenhas e resfriadores, itens que compõem o dia a dia da produção leiteira.

Digo isso levando em consideração que segundo a narrativa do casal, ao menos dois dos empregos pelo qual eles passaram em leitarias pela região Oeste do Paraná (Cascavel, Ibema e Toledo) foram alcançados por meio da indicação do veterinário que prestava serviço quando ainda moravam no Reassentamento e trabalhavam em parceria com os pais de Marta. Indício da existência de redes de convivência construídas ao longo desses anos vivendo no campo, estabelecida através do contato com coletores de leite para laticínios, veterinários, agentes de empresas e assessorias rurais, fornecedores de insumos, assistência técnica etc.

A decisão pela jornada de ida e volta diariamente para a cidade, pode ter sido facilitada pela localização da propriedade familiar em relação à área urbana de Cascavel. Pois, a comunidade Nova União, localizada no interior do Reassentamento, fica a aproximadamente 20Km do espaço urbano. Uma distância, inclusive, até menor em relação a algumas propriedades rurais em que trabalharam.

O auxílio da mãe de Marta nos cuidados do filho mais novo também foi crucial para tal decisão. Digo isso tendo em vista principalmente o fato de que teria sido o adoecimento de sua mãe que os fizeram abandonar esta dinâmica de trabalho e procurarem novamente trabalho em leitárias, onde a forma de trabalho permitia que o filho estivesse aos cuidados deles quando não estivesse na escola.

Não posso deixar de supor que outros elementos também tenham pesado nessa decisão, como o gasto com combustível, a exaustão do trabalho como diarista, obtido por Marta, os perigos de trafegar pela BR diariamente, seja com o carro da empresa onde José trabalhava, ou com a motocicleta que ele possuía etc. Ainda assim, não posso ignorar a importância da ajuda familiar nos cuidados com o filho para o estabelecimento dessa estratégia de idas e vindas diárias, assim como o peso, novamente, da ausência de serviços públicos como as creches, limitando as alternativas de sujeitos com filhos sem idade escolar.

Essa movimentação social de sujeitos que possuem em sua trajetória essa referência de dificuldade – de manter seus modos de viver no campo – também foi percebida por Vitti (2017), em suas análises acerca da experiência de “movimentação social de trabalhadores entre o campo e a cidade”, em particular, destacou em sua pesquisa aqueles que residiam no bairro Jardim Panorama, em Toledo:

Ao questioná-la sobre a razão dessa decisão [de venda da propriedade familiar], Marli rememora que seu pai vende a terra que possuía, “porque achou que em Pérola ia se melhor [1962]”. Com isso, compram uma chácara (sugerindo uma diminuição no tamanho da terra da família), onde se dedicam ao cultivo de “café, arroz, feijão, essas coisa assim”. Porém, após 4 anos [1966], a família avalia que “a chácara não tava dando pra plantá muito”. As limitações de ganhos para investimentos na produção e para a permanência no campo, fazem com que novas avaliações sejam produzidas pela família. Dessa forma, vendem novamente suas terras e se deslocam em busca de novos horizontes²⁰. (VITTI, 2017, p. 15)

²⁰ A família decide se deslocar, então, para a cidade de São Pedro do Iguaçu, localizada a 229 km do local onde viviam até então – Pérola do Oeste - e lá adquirem um pequeno sítio. Mais do que um simples deslocamento, essa decisão de busca por novas alternativas em uma outra cidade é permeada por uma difícil dinâmica de reconsiderações, ponderações sobre as condições de vida da família – tendo que pegar água do poço, sem energia elétrica, numa “casinha de madeira” e outras limitações materiais advindas de sua condição de classe – além das expectativas de futuro ambicionadas, provavelmente relacionadas ao alcance de certos confortos que não lhes era possível na pequena chácara em que a família morou entre os anos de 1962 e 1966.

De acordo com a discussão apresentada por Vitti, a trajetória de Marli é marcada por um constante deslocamento da família pelo meio rural, em busca de terras mais favoráveis à sobrevivência e permanência no campo. Esse processo se faz com avaliações e tomada de decisões difíceis de serem consideradas fora da compreensão que tinham de seu lugar social na dinâmica do agro. Esse deslocar frente a avaliação de pressões e alternativas expõe evidências de como as condições desiguais eram reconhecidas por esses pequenos proprietários. Grande parte de suas andanças eram realizadas aliando trabalho em outras propriedades, procurando ampliar a renda e subsidiar o sustento básico da família, como no caso de Marli que havia várias bocas a serem alimentadas. Afinal, em casa eram 14 pessoas (os pais, onze irmãos e Marli).

Considerando as indicações de Vitti (2017) sobre a experiência de Marli, observamos que mesmo após seu casamento, no ano de 1979, suas andanças pelo meio rural não cessam, passando por várias cidades do Paraná, sempre em busca de melhores oportunidades e uma condição de vida mais estável, até que em 1986 decidem se dirigir a Toledo, estabelecendo-se em um loteamento afastado da área mais adensada da cidade, localizado no Jardim Panorama, onde residia até o momento da conversa com Vitti em 2016, aos 60 anos.

Enquanto alguns sujeitos decidem pelo deslocamento diário entre o campo e a cidade, outros, como Marli, decidem pela ida e fixação de moradia no espaço urbano, ainda que essa ação não signifique o fim das possibilidades de idas e vindas. As motivações podem ser variadas, desde a busca por melhores possibilidades de trabalho, proximidade das instituições de ensino básico, técnico e superior, cuidado de familiares etc. O que importa, mais do que estabelecer e listar quais são os motivos que impulsionam a saída daqueles que vão para a cidade, é perceber o que essas pessoas avaliaram ao tomar essa decisão e como experimentaram/experimentam esse novo território social.

Muitas vezes, a experiência de ida para a cidade por sujeitos que viveram grande parte de sua vida no campo aparece como algo negativo, inseguro, como se todas essas pessoas fossem forçadas a saírem do campo e irem para a cidade. Acredito que essa avaliação parte, principalmente, do modo como essa mudança para os centros urbanos implicam em alterações dos modos de viver desses sujeitos, ou mesmo da maior exposição de fragilidades e dificuldades experimentadas por eles, como a monetarização do acesso aos alimentos – uma vez que estes eram produzidos grande parte em sua propriedade –, a restrição de acesso a relações de trabalho – normalmente alcançando os postos de trabalho mais pesados e menos rentáveis –, o custo da moradia, a redefinição das redes de convivência, o incômodo gerado pelo trânsito e barulho excessivos etc.

Diante da problematização acerca dessas limitações encontradas por sujeitos que deixam o campo rumo às cidades, acabamos, por vezes, criando um discurso vitimista quanto a essa movimentação rumo aos centros urbanos, e acabamos nos esquecendo que olhar para os sujeitos enquanto protagonistas de suas trajetórias. Mesmo reconhecendo as tensões que acabam de certa forma pressionando esses sujeitos, por vezes rumo às cidades, precisamos buscar entender o modo como eles avaliam essa decisão, para além da justificativa da expulsão ou do êxodo rural.

Falchi (2007), se debruçou a respeito dessa dinâmica ao longo da sua dissertação, elaborando a visão de que,

O aumento do êxodo rural para as cidades é expressão de um processo de expropriação vivido por esses sujeitos, que, expulsos do campo, passam a exercer as mais degradantes tarefas. Diante da situação à qual estão expostos nas cidades, esses sujeitos são facilmente aliciados a exercerem trabalhos caracterizados pela precarização e degradação do homem, entre elas, atividades em serrarias, usinas e carvoarias. O campo foi o lugar em que muitos trabalharam grande parte da vida, muitas vezes reproduzindo a vida e os valores camponeses herdados dos pais. Trata-se do espaço em que aprenderam a viver e a trabalhar e que, em decorrência de processos alheios as suas vontades, são obrigados a deixar. (FALCHI, 2007, p. 38-39)

Com esse apontamento, não pretendo ignorar o processo da chamada mecanização do campo, com a perda de muitos postos de trabalho, principalmente dos chamados boias-frias, assim como da própria intensificação das dificuldades dos pequenos produtores em acompanhar o avanço visto como necessário para a manutenção da propriedade. Reconheço que muitas pessoas tiveram seu modo de vida alterado com estas mudanças, dentre elas várias viram a ida para a cidade como um “último recurso”.

Chamo atenção, porém para que tenhamos cuidado com as generalizações referentes à movimentação campo-cidade. Não podemos colocar todos os sujeitos que decidiram pela ida à cidade em um mesmo bloco homogêneo, enquadrando todas as diversas motivações e modos de lidar com essa presença na cidade como se essa decisão expressasse conceitos pré-definidos como êxodo rural, ou mesmo caracterizando todas essas movimentações como resultantes de um processo de expulsão sem ação/intervenção dos sujeitos em destaque.

Interpreto a saída do campo e ida para a cidade na experiência de sujeitos com os quais dialoguei como uma decisão, não como uma expulsão, necessariamente. Decisão essa limitada e pressionada (por dívidas, necessidade de sustento da família, mercado de trabalho acessível, adoecimento), mas ainda assim foi algo visto por eles como uma alternativa difícil, mas que agiram para construí-la diante do seu campo de possibilidades e pressões. Frente a isso, não

busco analisar se a ida dessas pessoas para a cidade foi algo positivo, ou mesmo negativo, procuro entender o modo como eles mesmos analisam essa decisão, e como ponderam a respeito dessa experiência enquanto parte constitutiva de sua relação (ou não) com o meio rural.

A narrativa de Camila é representativa diante dessa questão. Depois de cinco anos com a dinâmica de arrendamento da propriedade e com o casal trabalhando fora da propriedade, decidiram, em 2018, colocar a terra à venda²¹ e se mudarem para a área urbana de Cascavel, indo morar de aluguel num bairro próximo ao pai de Camila, que já havia se mudado do Reassentamento para Cascavel em 2005, após a morte de sua esposa.

Ao se dirigirem à cidade em busca de uma vida melhor, essa ação também garantia expandir horizontes, como garantir maior praticidade para realizar o curso de técnico em enfermagem que Camila iniciou logo após a mudança para Cascavel. Ao ser questionada sobre como avalia o processo de saída do campo e ida para a cidade, ela apresenta a seguinte narrativa:

Karoline: E como foi a saída do trabalho no sítio pra vir trabalhá como proletário na cidade assim, numa fábrica primeiro, que a gente sabe que não é um trabalho muito fácil, né?!

Camila: É, foi assim, no começo foi bem difícil porque essa questão de obedecê ordens né? Até então, nós mesmos era os nossos patrão né? A gente fazia a hora que queria né? Enfim... Só que lá na roça tinha aquele porém né? Trabalhava-se de segunda a segunda, do pôr do sol ao anoitecer, não tinha muito, você não podia, não tinha férias e nem final de semana, né? E só que daí quando a gente veio trabalhá na cidade, então a gente já começô a tê férias, a tê fim de semana né? Que a gente não trabalhava. Então, uma coisa compensava a outra né? Tinha aquele momento de descanso que até então a gente nunca teve, só que o problema era obedecê ordens né? Ou cumpri horários, é que nem eu trabalhava o dia todo de pé era, eu tinha uma hora de almoço, começava às 7:00 h, parava meio-dia, sentava aquela uma hora pra almoçá, quando era uma hora começava de novo e parava 6:00 h, era o tempo todo de pé. Então, era bem judiado né? (CAMILA, 2019)

Camila não deixa de reconhecer a rotina exaustiva do trabalho fabril. Afinal, como ela própria diz, “era bem judiado” precisar permanecer em pé durante dez horas diárias passando gola de camisa, com apenas uma hora de descanso para o almoço – o qual era realizado no próprio trabalho, uma vez que Camila ainda morava no Reassentamento quando trabalhava nessa fábrica, a uma distância de no mínimo 20 quilômetros de casa. Além de todo o desgaste físico, aponta a mudança na relação com os afazeres durante a jornada de trabalho, de quando

²¹ A decisão pela venda da propriedade – que antes era do pai de Valdir (esposo de Camila) – pode também ter sido motivada pelo falecimento do então dono da propriedade, no início do mesmo ano. Pois, diante do que havia sido acordado entre os irmãos o terreno de cinco alqueires, pertencente aos seus pais, ficariam como herança para Valdir, em função dos cuidados dedicados por ele aos pais idosos, mesmo após o casamento. A posse desse terreno e sua posterior venda poderia significar para Valdir e Camila a possibilidade de aquisição de uma casa própria em Cascavel – sendo que até então moravam de aluguel – assim como, a formação de uma reserva que possa garantir, por exemplo, os estudos das filhas, da própria Camila, e mesmo uma folga para possíveis emergências.

“era sua própria patroa” para quando passou a receber ordens de superiores e ter um horário de trabalho mais rígido, indicando-o como causador de estranhamento logo que começou a trabalhar fora de sua propriedade.

Ao buscar aprofundar um pouco mais a análise dessa narrativa, para além de uma relação de estranhamento, a mudança do trabalho em sua propriedade, passando à sua relação de trabalho em uma fábrica têxtil – e, mesmo posteriormente, como zeladora tanto no posto de saúde do Reassentamento quanto no posto do bairro em que foi residir – significa se colocar diante da experiência de mudança na sua condição de trabalho e sua visão como sujeito social (de patroa para trabalhadora).

Deixar de ser sua própria patroa para se tornar trabalhadora de outros – tendo que obedecer a ordens, horários e uma relação de hierarquia na qual ela já não ditava as regras – significou uma reconfiguração moral que passava por alterar sua condição de proprietária e expor uma condição de exploração mais intensa e uma experiência mais dura na condição de trabalhadora que vivem no campo, sendo essa avaliação expandida a partir de sua experiência em relações de trabalho na cidade.

No entanto, mesmo reconhecendo tais dificuldades (que acredito terem proporções um tanto maiores do que apresentada, afinal, quando nos atentamos à sua narrativa, chama a atenção os silêncios quanto aos possíveis problemas de saúde e dores causados pela repetitividade de movimentos na jornada laboral, além dos baixos salários para longas jornadas de trabalho), os quais acredito que a intenção de Camila durante a nossa conversa não era narrar sobre as dificuldades e limitações encontradas na sua mudança para a cidade, e sim ressaltar como compreende e analisa esse processo de mudança hoje como algo que deu certo. Tratar dessas nuances com cuidado poderia significar (para ela) como modo de controlar indícios de que sua decisão de ida para a cidade foi menos acertada e tranquila do que aparentou ser.

Com isso, ao analisar a mudança de relação de trabalho e a saída da propriedade Camila acaba ressaltando os aspectos que vê como positivos nesse processo. Ter direito ao descanso no fim de semana, férias, uma jornada de trabalho mais limitada (sem precisar acordar de madrugada e terminar os afazeres depois do anoitecer), são pontos avaliados por Camila como melhoras oriundas da ida para a cidade.

Não que isso signifique que a vida fora da propriedade era só benesses. Afinal, agora convivem com o pagamento de aluguel, as contas de água e luz mais caras, a necessidade de pegar o máximo de horas extras possíveis para conseguirem bancar os custos com a casa e mais o curso técnico que ela frequenta. Além disso, o dia de Camila não parece ter ficado menos corrido, pois além da jornada em escala realizada no seu emprego como zeladora em uma

unidade de pronto atendimento (UPA), ao fim do dia ainda tem as aulas durante a noite no curso de técnica em enfermagem. Os limites e tensões prementes de sua condição de classe permanecem, o que muda é a visão de Camila a respeito do que vale ou não a pena enfrentar.

A vida na propriedade, no entanto, não deixava de carregar seus próprios dramas para quem se localizava na faixa de produção, investimentos e modo de vida que ela e seu marido se viam, enquanto pequenos produtores descapitalizados. A narrativa e as ponderações de Camila se dão de maneira complexa, uma vez que há aspectos positivos e negativos em ambas as experiências – tanto no campo quanto na cidade. Dessa maneira, ela elege o que vive agora como um caminho compensador – com renda mensal fixa, descanso semanal, férias etc., sem, no entanto, desconhecer suas perdas ao romper com sua antiga condição de pequena proprietária de terras.

Dessa forma, ponderando acerca das decisões tomadas por ela e seu esposo até o momento da entrevista, afirma que:

Karoline: Você acha que a escolha de vim pra cidade, até as, na primeira inicial, vim trabalhá aqui foi um acerto assim, você não vê com um pesar a saída do sítio? Aquela nostalgia toda que as vezes tem né?

Camila: Na verdade eu não sinto saudade. Porque assim, a gente trabalhava, eu mesmo, eu falo por mim né? Eu trabalhava lá no sítio, tirava leite, tudo, mas por opção, não porque eu gostava. Eu não gostava de tirá leite, de levantá cedo, as vezes chovendo, tê que i debaixo de chuva mexê, aquele barro, que as vacas se atolavam tudo. Assim, era uma opção, era porque não tinha mesmo como eu largá meu marido lá, porque ele era irredutível pra vim, e... porque antes de eu casá eu já trabalhava na cidade né? e então, eu já era acostumada, mas ele não. Então eu, como eu falei né? eu sempre priorizei as coisas, então eu priorizei a ficá com ele lá, do que vim pra cá. Mas era uma opção, não era por gostá. Hoje em dia eu tô muito mais feliz aqui do que lá.

Karoline: E ele?

Camila: Ele também, ele se adaptô bem. Às vez já tem, a gente até conversa, outro dia a gente tava falando ele falô 'nossa, eu nunca me imaginei morando na cidade, hoje em dia eu tô tão bem aqui'. (CAMILA, 2019)

Em uma prática de construção de memórias (KHOURY, 2004), analisando sua trajetória sob um olhar do tempo presente, Camila não vê com pesar a sua saída do campo e ida para a cidade. Da mesma forma, apresenta que nunca se viu obrigada a abraçar tal alternativa. Comenta, inclusive, como a permanência no campo desde o casamento, em 2005, até a mudança definitiva para a cidade, em 2018, com os infortúnios da lida com a produção de leite também era algo tensionado, sendo mais uma “opção” do que um apego à permanência no campo.

Percebo que a noção de opção, apresentada por Camila, pode ser associada à noção de prioridade, também presente em alguns momentos de sua narrativa. Prioridade em se manter junto ao marido frente à “opção” de mudança para a cidade, que aparentemente estaria presente

em suas avaliações já quando se casaram, uma vez que já havia trabalhado na cidade quando solteira. Prioridade no cuidado dos sogros doentes e, também, das filhas pequenas frente às ambições de avanço na escolarização formal, na qual se dedicava agora, quando percebeu como possível “priorizar” suas próprias expectativas. Talvez, esse novo momento onde prioriza o seu curso de técnica de enfermagem – um dos pontos que os levaram a reorganizarem suas vidas, agora morando na cidade – tenha se fortalecido perante a possibilidade de alinhar essa meta à aceitação e apoio do marido e das filhas.

Digo isso pois ao que parece, foi na relação de poder existente entre o próprio casal, enquanto tomada de decisões sobre onde e como viver, que a vontade do marido e sua antiga irredutibilidade quanto à mudança para a cidade teve grande peso quanto às opções e prioridades existentes e avaliadas por Camila durante os 14 anos em que estavam casados. Relação essa que dialoga, mais uma vez, com a posição que a mulher possui frente às ponderações e decisões acerca do futuro da família e das relações estabelecidas para com a propriedade e outras possíveis relações de trabalho.

Parece contraditório eu ter apresentado experiências de mulheres nas quais podemos visualizar um papel aparentemente mais ativo nas tomadas de decisão a respeito desses percursos, e outras cujo parecer final nesses momentos de reorganização familiar parece recair sobre as mãos do marido – mesmo que essas expressem suas opiniões e ponderações a respeito de caminhos possíveis.

No entanto, apresentar experiências divergentes nos permite perceber o modo como as relações sociais, mesmo entre familiares, que por vezes estabelecem solidariedades e alianças, elas se dão de maneira diversa e complexa. Cada campo de relações se estabelece de maneira peculiar e as próprias considerações/reconsiderações a respeito de que falar/ouvir no momento da tomada de decisão se apresenta de maneira tensa e ambígua.

Percebo isso na minha própria relação familiar, onde apesar de minha mãe apresentar suas opiniões a respeito do momento de colheita ou venda da produção, ou ainda dos resultados advindos de cada safra, a relação com determinado prestador de serviço – especialmente o de colheita – financiamento, entre outros aspectos que circundam o leque de decisões tomados rotineiramente quanto à manutenção e gerenciamento da propriedade, é meu pai quem se apresenta para gerenciar e tomar todas as decisões. Enquanto isso, vejo que minha irmã tem um papel bem mais ativo quanto à tomada das mesmas decisões em sua propriedade. São dinâmicas diferentes experimentadas por casais que compartilham de certas condições de classe e mesmo, por vezes, criam certas alianças e redes de solidariedade quando necessário. Um aspecto que

não se explica pelo campo geracional, mas expõe os valores e condutas morais que cada uma delas exercita nas relações de poder constituídas em casa e fora dela.

Voltando à experiência de Camila, podemos nos questionar acerca de elementos que pesariam na tomada de decisão de seu marido quanto à ida para a cidade ou permanência no campo. A necessidade de deixar o pai com uma doença bastante avançada aos cuidados de outro familiar pode ter sido algo que pesava nas avaliações de Valdir, principalmente ao avaliar a possibilidade de trabalho e ida para a área urbana de Cascavel²².

No entanto, o que poderia ter motivado a mudança no modo com que ele avaliava tais possibilidades? Teria sido o diálogo com seus irmãos frente às pressões advindas da dívida gerada pelo calote do laticínio, e um possível incentivo por parte deles quanto à busca por uma nova fonte de renda?

Acredito que a compreensão dos familiares frente às condições financeiramente adversas encontradas pelo casal e a solidariedade prestada pela irmã que se voluntariou a cuidar do pai tenham sido cruciais para essa mudança de posição por parte de Valdir. O próprio diálogo com o cunhado que já trabalhava na construtora onde ele foi trabalhar, assim como a possibilidade de indicação para tal emprego podem ter sido elementos pesados por Valdir nesse momento de instabilidade financeira.

Camila, por sua vez, evidencia em sua narrativa a dureza do trabalho no campo. O trabalhar embaixo de chuva, no barro, é um dos indícios desse trabalho árduo e sem descanso, como ela mesmo diz. Afinal, a lida no campo não permite a folga do fim de semana ou as férias de 30 dias, ausências que impedem uma viagem mais longa, ou mesmo o descanso de um final de semana na propriedade adquirida pelo pai em Boa Vista da Aparecida, diferentemente da realidade que experimentam agora morando na cidade.²³

Ainda que tenha tentado situar tais colocações, posso ter sugerido, de maneira não pretendida, que a ida para a cidade facilita a vida de trabalhadores e pequenos proprietários, e que ali não possuem outros obstáculos a serem enfrentados. Ressalto que essa não é minha intenção. Busco indicar, apenas, que a saída do campo não é analisada e nem experienciada da

²² A distância entre o Reassentamento São Francisco de Assis e o local onde foram morar, no bairro Guarujá, zona Sul de Cascavel, é de aproximadamente 25 km.

²³ Boa Vista da Aparecida era a cidade onde moravam antes da desapropriação, em razão da hidrelétrica. A propriedade dos pais de Camila fica cerca de 71 quilômetros de Cascavel. De acordo com a narrativa de Camila, essa propriedade é usada como área de lazer para a família. Apesar de não a utilizar como moradia definitiva, o pai de Camila fica na propriedade com frequência. Talvez, como forma de rememorar os tempos em que moravam na mesma localidade. Em minha convivência com os reassentados, advindas da relação de vizinhança e amizade com alguns deles percebo que é bastante comum a manutenção, quando possível, de uma propriedade, mesmo que pequena, próxima da atual represa de Salto Caxias, em uma das diversas localidades que moravam na época da desapropriação, sendo mais comuns dentre os que foram para o Reassentamento São Francisco de Assis se dirigirem para as cidades de Três Barras do Paraná, Nova Prata do Iguaçu e Boa Vista da Aparecida.

mesma maneira por todos, ou mesmo apresenta apenas uma direção explicativa. Não posso apenas indicar a ida para a cidade como algo negativo ou positivo para esses sujeitos, como uma escolha voluntária ou uma expulsão deliberada, a experiência dessas pessoas é mais contraditória e controversa do que isso. Cabe a mim tentar interpretar o modo como elas mesmas lidam e avaliam tais alternativas e decisões e o modo como tratam tudo isso diante das relações de poder em que tomam parte.

Retomo mais uma vez a experiência de dona Sônia e do seu Robson. Antes de se mudarem para o Reassentamento, logo no início do casamento, no ano de 1990. Naquele momento, seu Robson visualizou uma alternativa na cidade de Porto Alegre-RS:

Karoline: É... o que vocês faziam, vocês casaram, cada um morava na casa dos pais, provavelmente né? Antes de casar... e o que vocês fizeram depois que vocês casaram, antes de ir pra Porto Alegre? Vocês moravam na terra de um dos pais? De vocês? Ou como é que faziam?

Sônia: Eu morava...

Robson: Não, é... antes de casar eu comprei três alquere de terra, três e meio. Aí quando nós casamos, nós já fomos pra dentro da nossa terra.

Karoline: Da terra de vocês no Santo Isidório [zona rural de Três Barras do Paraná], como proprietários já da terra?!

Robson: Como proprietários, três alquere e meio, três alquere de terra. Aí a gente trabalhava ali três anos, só que foi uns anos muito difícil né? Aí começô...

Karoline: Em que ano, mais ou menos, vocês casaram?

Robson: 87.

Karoline: 87 até 90?

Robson: 87, aí trabalhamos [na propriedade rural] até 90 né? Daí, deu uns anos difícil, eu fui pra Porto Alegre dá uma passeada e arrumei um emprego lá e ficamos 5 anos lá.

Karoline: Ficaram 5 anos passeando lá.

Sônia: Essa parte eu até tinha esquecido.

Robson: Fiquei um ano lá, daí arrumamos as coisas lá, né? Um barracão, as coisas, daí vim buscar a mulher e a menina né? Daí elas foram pra lá também.

Karoline: Aham, tinha só a mais velha. [em 1991]

Robson: Sim.

Karoline: Trabalhava na cidade de Porto Alegre daí?

Robson: Sim, na cidade mesmo. Daí comecei trabalhando de vigia, trabalhei um ano de vigia, dois anos; e arrumei outro emprego de cobrador de ônibus. Daí eu trabalhava a noite de vigia e até meio dia como cobrador de ônibus, em dois empregos.

Karoline: Aham, sim.

Robson: Daí depois saí de vigia e fiquei só de cobrador né? Daí foi aonde que meu cunhado... nesse tempo, em 95, ele tinha feito, já em 92, um cadastro na Copel, né? Nós como arrendatário ali, aí nós fomos chamados pra voltar, porque a Copel tava procurando nós, pra dar o reassentamento. Daí foi aonde a gente voltou, pra beira do rio e acabamos ganhando o reassentamento.

Karoline: Aham. Daí enquanto vocês estavam morando lá fez esse cadastro, vocês estavam morando em Porto Alegre e fizeram um cadastro.

Robson: Em Porto Alegre, foi feito um cadastro aqui em Três Barras. (ROBSON e SÔNIA, 2019)

É instigante a maneira como seu Robson apresenta sua ida à Porto Alegre e o modo como o que seria, a princípio, um passeio acabou se tornando uma estadia de 5 anos na cidade, com direito a buscar a mulher e a filha para morarem consigo após conseguir uma condição de vida mais confortável para elas, “um barraquinho, as coisa”. Seria essa a primeira vez que ele e sua esposa morariam no espaço urbano.

Acredito, porém, que esse passeio, provavelmente, já havia sido realizado com a intenção de analisar as possibilidades de trabalho e moradia na cidade visitada, muito possivelmente, anunciadas por algum familiar ou amigo que já residia na capital rio-grandense – até mesmo aquele que foi visitar. Afinal, eram “uns anos difíceis” na propriedade de três alqueires que havia adquirido para morar e trabalhar com a esposa e filha pequena²⁴, e uma nova alternativa que ajudasse a superar essas dificuldades seria bem-vinda, mesmo que significasse a necessidade de trabalhar em dois empregos para conseguir manter a sua família²⁵.

As possíveis intenções por trás do que foi narrado como um simples passeio – conhecer a cidade, sondar as possibilidades de emprego e moradia etc. – evidenciam o modo como os sujeitos estão atentos às diferentes possibilidades existentes e noticiadas à sua volta. Mesmo com um campo de possibilidades limitado e tensionado por sua condição enquanto trabalhador, ou enquanto pequeno produtor, as alternativas presentes em seus horizontes são constantemente avaliadas – mesmo que a decisão acerca da estratégia a seguir esteja vinculada a uma visita pré-intencionada a amigos e familiares distantes. Ainda assim, reconhecem que esses passos são arriscados e, quase sempre, temporários, a não ser que algo com maior substância se apresente como uma alteração mais significativa em suas vidas, como foi o caso da indenização com as terras no Reassentamento São Francisco de Assis.

Aparentemente, Robson não possuía a intenção de retornar tão cedo para a sua propriedade em Três Barras do Paraná, não fosse as notícias dadas por seu irmão de que havia a possibilidade de indenização advinda da construção da barragem de Salto Caxias. Indenização

²⁴ É difícil traduzir com precisão o que seriam esses anos difíceis, uma vez que não foram aprofundados pelos entrevistados as razões que os levaram a avaliar a possibilidade de saída da propriedade recém adquirida. Esses anos difíceis poderiam significar o surgimento de dívidas da propriedade, má produção, dificuldades de investimento na terra, entre outros diversos fatores possivelmente avaliados pelo casal nesse início da década de 1990.

²⁵ Refiro-me aqui ao período iniciado em 1992, quando Robson conciliou o trabalho de vigia noturno com o de cobrador de ônibus pelo período da manhã. Aparentemente, a manutenção dos dois empregos se deu até o momento em que ele conseguiu uma maior estabilidade no emprego como cobrador, uma vez que a partir de tal momento ele deixou de trabalhar como vigia e passou a trabalhar apenas como cobrador, até o momento em que retornou para Três Barras do Paraná, em 1995.

essa que o levou, cerca de 3 anos depois dessa notícia, a vir a ser morador no Reassentamento São Francisco de Assis, em Cascavel.

Mudança, aparentemente vantajosa, pois a relação apresentada para a Copel, indicava que conquistariam cinco alqueires no Reassentamento. Isso por serem arrendatários do irmão de Robson, ou seja, um recurso que se somava aos três alqueires comprados antes do casamento, propriedade que venderam após a mudança para o Reassentamento afim de comprar maquinários que proporcionassem além da manutenção de sua própria terra, trabalho para outros reassentados que não possuíam tais equipamentos, serviço adotado por Robson até a sua decisão de ida para o Mato Grosso (2001), já discutida no início desse capítulo²⁶.

Ao sair do Reassentamento no ano de 2005 e adquirirem uma nova propriedade na zona rural de Três Barras, o casal aponta que aquele retorno ao campo não significou o fim das avaliações e produção de alternativas que fariam. No momento da nossa conversa, em julho de 2019, o casal possuía (após diversas permutas de propriedades) uma casa na zona urbana de Três Barras do Paraná, na qual dona Sônia permanecia ao longo de toda a semana, trabalhando de doméstica, e aos finais de semana se juntava ao esposo no sítio que adquiriram em Quedas do Iguaçu, município próximo a Três Barras do Paraná²⁷.

Quando realizamos aquela conversa na residência urbana do casal, no município de Três Barras do Paraná, já havia negócio firmado de venda daquele imóvel. A casa da cidade foi negociada na compra de outra propriedade de cinco alqueires, cerca de 1 km de distância da que possuíam em Quedas do Iguaçu, onde seu Robson permanecia durante a semana. No caso, após cerca de 1 ano morando na cidade, dona Sônia voltaria a morar no sítio e com o marido, estando com a mudança programada para o próximo fim de semana, portanto, alguns dias após a nossa entrevista (julho de 2019).

O que estava sendo avaliado na decisão entre manter a casa na cidade de Três Barras ou adquirir outra propriedade em Quedas do Iguaçu? Por que adquiriram essas duas propriedades, de 5 alqueires cada, em Quedas e não em Três Barras? O que acaba pesando nessa nova escolha entre campo e cidade?

Primeiramente, acho que pode ser importante para a análise, entendermos um pouco da dinâmica em que se insere a cidade de Três Barras do Paraná, na qual o casal possuía sua residência. Com pouco mais de 11 mil habitantes é uma cidade com poucas oportunidades de trabalho devido ao seu tamanho e o número reduzido de indústrias e outros polos de empregabilidade. No caso de Dona Sônia e seu Robson, os empregos alcançados na cidade, em

²⁶ Ver a discussão realizada entre as páginas 26 e 30 desse mesmo capítulo.

²⁷ A distância entre Três Barras do Paraná e Quedas do Iguaçu é de 34 km, de acordo com o Google Maps.

grande medida, foram, para ela como doméstica e para ele fazendo bicos e auxiliando o seu irmão na propriedade rural.

A casa que eles possuíam não parecia ter baixo custo de manutenção, pois era uma casa relativamente grande e nova. Ao ser questionado sobre o que considerava acerca da saída dessa casa e ida definitiva para a propriedade em Quedas do Iguaçu, temos as seguintes formulações:

Karoline: E vocês já me falaram antes, mas agora que tá gravando, porque vocês decidiram vendê a casa aqui na cidade e comprá mais um sítio, mais um terreno lá em Quedas?

Sônia: Em Quedas?

Karoline: Isso.

Robson: Por causa do valor da casa de 300 mil, 350 mil, e cidade pequena não tem giro, emprego, não tem giro né? Não tem emprego, não tem giro de dinheiro, e daí só tem despesa e a gente, como proprietário fraco, pequeno né, não tem como mantê uma casa na cidade.

Sônia: Trazê do sítio.

Robson: De alto valor né? E trazê tudo do sítio... acaba não sobrando a renda familiar né? pequena, não tem como... daí foi onde que troquemo né? Num sítio... pra podê tê um suporte melhor né? na família.

Sônia: Porque assim, sabe? Pra morá aqui é o que eu falei, a gente tem que tê um bom trabalho né? E só o sítio lá, o sítio é aquela coisa que você trabalha em cima do sítio, mas você tem que dá a vida pra terra, você tem que investi né? Tem que corrigi a terra, daí eu vô tirá do sítio e trazê pra cá, pra investi aqui na casa, ou mesmo na nossa comida né? Alimentação..., não compensa. Porque se eu tivê lá, a comida é o de menos, hoje que a gente come, a gente planta de tudo no sítio né? Você planta a mandioca né? A batata, nós cria o porco, o gado pra comê... tudo né?

Robson: E a casa é um capital de 300 mil, 350 mil, e ela não tem retorno, só tem água e luz, e taxa de IPTU.

Karoline: Só tem despesa. né.

Sônia: Só despesa.

Robson: E daí tem que tirá do sítio pra pagá isso. E sendo que se nós trocamos no outro sítio, em vez de nós pagá, vamos dizê, 300/400 reais por mês da casa de despesa, lá no sítio nós vamos tirá média de 2 mil por mês.

Sônia: Com a roça.

Robson: De lucro né? Por mês. E isso por safra né? que é claro você vai plantá, vai colhê, no final do ano que vai um sítio de 5 alquere lá, vai te sobrá 30 mil reais, divide por 12 né?...

Karoline: Dá um pouco mais de 2 mil por mês.

Robson: Dá quase 3 mil por mês. E a casa enquanto ia te dá 6 mil reais de despesa por ano. Então a casa te dá 6 mil de despesa por ano, e o sítio te dá 30 mil de lucro. Então é ali que a gente pensô, analisô e resolvemo trocá a casa pelo sítio, por causa dessa diferença. (ROBSON e SÔNIA, 2019)

A baixa oportunidade de emprego visualizada pelos dois na zona urbana de Três Barras do Paraná, em parte pelo porte e características da cidade, em outra, possivelmente, pela idade e nível de escolaridade dos dois, associado aos gastos existentes na vida urbana, somados ao que é necessário, também, para a manutenção do sítio que possuíam. Tudo isso, apresenta

alguns dos pontos avaliados pelo casal na decisão de venda da casa e compra de outra propriedade, também no tamanho da anterior.

A escolha de Quedas do Iguaçu como destino se dá, de acordo com a narrativa do casal, pelo baixo valor e boa qualidade da terra, permitindo que o casal trabalhe apenas com a lavoura sobre os dez alqueires de terras que agora possuiriam. Apesar de não serem juntas, a distância entre elas é de apenas um quilômetro, o que facilita o deslocamento dos maquinários e os cuidados das duas lavouras. Para eles, mais uma vez o retorno para o campo se torna atraente, dessa vez minimizando os gastos com água, luz, impostos e alimentação e dedicando-se integralmente à produção da lavoura, numa atividade em que os problemas de saúde de Robson permitem, razoavelmente, que ele trabalhe, diferentemente do ramo leiteiro, no qual trabalhavam no interior de Três Barras do Paraná.

Percebemos que Camila e Robson possuem diferentes avaliações sobre o modo como percebem a vida no campo e na cidade. Dessa forma, pode-se indicar que cada um desses sujeitos, de acordo com o que compreende como necessidades e expectativas experimentam esse processo de deslocamento urbano-rural de diferentes maneiras com realce para determinadas condições desiguais que mais os aflige.

Como aponta Langaro (2005), discutindo “[as] trajetórias e modos de vida de trabalhadores de diferentes categorias profissionais, que migraram para o Oeste do Paraná a partir da década de 1970 e atualmente vivem no município de Santa Helena”:

A cidade, nesse caso, é buscada não a partir de análises de políticas de urbanização, mas como uma relação estabelecida pelas pessoas com o lugar, na constituição de seus viveres urbanos.

Sendo assim, percebi que a dicotomia rural-urbano, apontada pela historiografia regional como resultado do “êxodo rural” e “urbanização” decorrentes da “mecanização da agricultura”, não era significada da mesma maneira por parte dos trabalhadores abordados na pesquisa. Campo e cidade confundiam-se enquanto referências para a constituição de seus viveres, não existindo uma fronteira muito clara e externa a esses trabalhadores.

Mesmo essa fronteira, constatei, era um processo histórico e em constituição, produzido por sujeitos e não da mesma forma por todos. (LANGARO, 2005, p. 2-3)

As ponderações levantadas por Langaro ainda em 2005 vão ao encontro do que venho tentando destacar ao longo dessa dissertação. Busco evidenciar (apesar de todo o universo de pressões em que estão inseridos, pequenos produtores, arrendatários, trabalhadores assalariados e outros sujeitos que experimentam esse percorrer campo e cidade) o modo como esses sujeitos ponderam e agem dentro dessa realidade social. Analisar as trajetórias e interpretações

apresentadas por esses sujeitos se faz necessário para irmos além de conceitos pré-determinados e adentrarmos o campo do vivido/experimentado.

A idade, o nível de escolaridade, os sonhos, a condição de saúde, indicações para postos de trabalho, potencial da cidade para onde se mudam, organização da família, diversos fatores influenciam nas avaliações acerca da melhor estratégia que foi ou terá que ser traçada quando confrontados com seus limites e condição. A busca por melhores alternativas é uma constante em suas vidas, tanto mudando de trabalho quanto de moradia, uma vez que reavaliam o que estabelecem como modo de viver.

Ao analisar as complexas experiências apresentadas ao longo desse capítulo, tentei demonstrar o modo como essas pessoas lidam com a condição de saída da propriedade familiar, seja apenas para trabalhar e retornar ao campo no final do expediente, seja para fixar residência em outro local, tanto no campo como na cidade. Percebo, a partir desses indícios, o modo como a conquista da terra própria não finda a luta desses sujeitos por melhores condições de vida, uma vez que se situam em uma faixa tão instável e insegura para permanecerem no campo.

CAPÍTULO 2

SOBRE MODOS DE VIVER NO CAMPO: LIMITAÇÕES E ESTRATÉGIAS

Os modos de viver no campo são permeados por questões que compõem a experiência social dos sujeitos que os produzem. Sujeitos estes que enfrentam pressões e limites, assim como elaboram expectativas, sonhos e estratégias para superar dramas que expressem seus valores e motivações.

É necessário ressaltar, no entanto, que os sujeitos que compõem o universo social do campo não formam uma massa homogênea. Analisar as experiências desses sujeitos perpassa por perceber o modo como possuem entre si diferenças e desigualdades e, conseqüentemente, como experimentam o morar no campo de maneira subjetiva, de acordo com a sua própria realidade.

Grandes, médios e pequenos produtores, arrendatários, meeiros, trabalhadores sem terra, são alguns dos sujeitos que compõem o campo brasileiro. Ao mesmo tempo que estes compartilham a condição de estarem inseridos na dinâmica do meio rural, interagindo entre si e, por vezes, compartilhando possibilidades e limitações, não podemos sequer imaginar que vivenciam o campo de maneira igual. Estão inseridos em um campo de forças assimétrico, tensionado constantemente com as diferenças e desigualdades existentes entre eles.

Diante disso, procuro evidenciar aqueles sujeitos que possuem em suas possibilidades um horizonte de certa forma mais restrito e que buscam ao longo de suas trajetórias traçarem estratégias a fim de melhorarem suas condições de vida, adquirirem uma pequena propriedade, ou mesmo permanecerem nelas frente aos desafios que lhes são impostos, como a baixa capitalização, o adoecimento, a saída dos filhos da propriedade, entre outros limites que vão se apresentando em sua trajetória.

Busco dialogar, portanto, com pequenos produtores, arrendatários e trabalhadores que vez ou outra cruzaram com o Reassentamento São Francisco de Assis (Cascavel/PR), inserindo-se na dinâmica por melhores alternativas para si e suas famílias.

Diante desse contexto, levanto questões que norteiam minha problemática como: Quais dificuldades estes sujeitos enfrentam frente aos seus diferentes e desiguais modos de contato com o campo? Como constroem estratégias para driblarem tais limites e buscarem alcançar determinadas expectativas? De que forma ponderam, analisam e agem diante da sua realidade social? São questionamentos que permeiam a construção desse capítulo.

Início essa discussão partindo daqueles sujeitos que, embora tenham buscado manter uma relação de trabalho e/ou moradia no campo por boa parte de suas vidas, não conseguiram alcançar a condição de proprietários. Ou ainda, sujeitos que por algum motivo, acabaram por perder e/ou vender sua propriedade em algum momento de sua trajetória e a compra de uma nova não se fez possível em seu horizonte.

Pessoas como dona Maria, 43 anos, que tendo nascido no Paraguai, após 27 anos morando no país fronteiriço ao Oeste do Paraná²⁸, tendo conquistado uma pequena propriedade de terra naquele país após o seu casamento, através de financiamento pelo Instituto de Bienestar Rural (IBR), acabou se separando do marido e assumindo uma condição instável e insegura que a fez avaliar a vinda para o Brasil.

Com a separação e o que ela narrou como decorrência dos incômodos (não revelados), gerados pelo ex-marido durante o tempo em que continuou no Paraguai, acabou se dirigindo ao Brasil, por volta do ano de 2007. Ao fazer isso, deixou a terra para o ex-marido e trouxe consigo apenas algumas trouxas de roupa, além de um novo companheiro e três filhos do primeiro casamento. Com isso, deixou a condição de proprietária, tão duramente conquistada, e passou a trabalhar, enquanto assalariada, em diversos empreendimentos rurais na região de Cascavel.

Essa mudança na condição de Maria e na sua relação com o campo dá indícios do modo como sujeitos que se tornam pequenos proprietários com uma margem pequena de ação – baixo capital para expandir a produção, ou mesmo adquirir novas propriedades, criar um fundo de emergência etc. – quase sempre flertam com a possibilidade de retomar a condição de trabalhadores sem terra, seja por endividamentos e baixa competitividade no mercado agroindustrial, seja pelos desacordos na manutenção da propriedade e da família (o que no caso de Maria abrir mão da propriedade era não correr riscos com ameaças e perseguições do primeiro marido).

Na ocasião de nossa entrevista, realizada na casa que adquiriu na cidade de Corbélia (a aproximadamente 24 km do município de Cascavel e 12 km do Reassentamento), encaminhando-me para o encerramento do diálogo, perguntei-lhe sobre a existência ou não da expectativa em adquirir um lote de terra no Brasil:

Karoline: E a casa da cidade é pros filhos, no caso, e uma propriedade rural... nunca pensaram em comprá, ou nunca tiveram a possibilidade?

²⁸ A distância entre a cidade de Cascavel e a fronteira do Brasil com o Paraguai é de aproximadamente 150 quilômetros. Essa proximidade com o Paraguai faz com que a ida para lá seja uma alternativa cogitada e, por vezes, empregada por diversos sujeitos que buscam terras mais baratas, fuga de dívidas, entre diversas outras possibilidades de mudança e reorganização de suas vidas.

Maria: É, a minha... eu por isso que trabalhei tanto nessa vida já, que eu já sei o que eu trabalhei nessa vida, que a minha esperança era essa [comprar uma terra], quando nós viemo do Paraguai eu tinha uma esperança, uma esperança, mas uma esperança enorme de comprá um pedacinho de terra né? Só que não chegamo lá.

Karoline: Não?! E a senhora acredita que não...

Maria: Não chega mais. Não chega mais, porque se quando a gente ainda tinha saúde, se arreventô trabalhando, e não conseguiu né? Agora já tamo na meia... meia viage já não... não dá pra nós enfrentá muita coisa né? Então... provavelmente, que não, um sonho que foi enterrado. (MARIA, 2019)

Após cerca de 15 anos morando no Brasil, tendo trabalhado em aviários e leitárias, como diarista e trabalhando atualmente numa propriedade na zona rural do distrito de Ouro Verde do Piquiri (localizado a 18 km da sede urbana de Corbélia e 42 km de Cascavel), Maria mora em uma casa destinada aos empregados da propriedade, e trabalha realizando afazeres como a limpeza da casa dos patrões, cozinhando e lavando roupa, enquanto seu companheiro cuida dos serviços de jardinagem e trato dos animais nessa mesma propriedade. Maria dá por enterrado o seu sonho de se tornar proprietária de terra novamente.

Não que a expectativa, ou o que ela narra como esperança de alcançar o mínimo de conforto e garantias, possuindo “um pedacinho de terra”, não tenha sido elaborada e buscada arduamente ao longo desses 15 anos. Afinal, aponta essa motivação para ter se envolvido em tantos trabalhos desgastantes, que, de certa forma, exauriram tanto sua saúde – acarretando um problema na sua coluna que, inclusive, limita suas possibilidades de trabalho atualmente – quanto com o seu sonho.

Não quero com isso afirmar que a experiência de dona Maria tenha sido simplesmente uma sequência, ou acúmulo, de sofrimento e exploração. Acredito e destaco que o que busco evidenciar é o modo como mesmo diante da condição de classe que a mesma experimenta, diante das limitações diárias; como baixos salários, cuidado com os filhos, relações de poder com o ex-marido e patrões, falta do cumprimento de direitos trabalhistas básicos como INSS, férias ou décimo terceiro, ela, assim como diversos outros sujeitos que compartilham de condições semelhantes às que ela experimentou, não é uma simples vítima, passiva diante de toda essa relação de forças. Procuro indícios de como sujeitos como dona Maria encontram modos de lidar e tensionar esse campo de forças experienciado, mesmo que de maneira desigual e limitada.

Da maneira que ponderam e visualizam como possível, esses sujeitos elaboram estratégias e constroem alternativas a fim de alterarem suas condições de vida e se posicionarem frente às relações de poder que experimentam – seja mudando de emprego, seja mudando de país, movimentando-se ora para o campo, ora para a cidade, recusando-se a manter

determinados vínculos empregatícios, ou mesmo a trabalhar para alguém que tenha “fama” de ser um mal patrão. São possibilidades limitadas, mas valoradas por aqueles que estão do lado mais fraco desse campo de forças existente em meio ao sistema capitalista. Ainda assim, acredito que essas decisões de movimentações e recusas evidenciam a não passividade desses sujeitos diante da sua realidade e a promoção de alternativas que implodem as brechas dessa tentativa de controle e sobreposição de interesses.

Isso não quer dizer, no entanto, que Maria não tenha se confrontado com perdas e rearranjos no seu modo de viver. Retomando desde a sua vinda para a região de Cascavel e possíveis motivos que a levaram a sair do Paraguai, percebemos que os problemas com o seu ex-marido não se limitaram a frustrações amorosas e problemas com possíveis práticas de violência. Significou ser expropriada do pouco que obtiveram como margem para se verem menos explorados e com alguma possibilidade de permanecer no campo.

Reorganizar sua vida na região de Cascavel – indo, inclusive, trabalhar e morar por cerca de dois anos em uma propriedade no Reassentamento São Francisco de Assis, cuidando de uma leitaria – significa um rearranjo no seu modo de viver, agora enquanto trabalhadora sem terra. Sua trajetória rural se apresenta com pressões frente ao novo relacionamento amoroso e cuidar dos filhos ainda pequenos. O seguir adiante, não permite apenas começar novamente, uma vez que sua experiência faz correr atrás de questões que considera necessárias e urgentes – como e onde morar, como aferir renda etc. Mesmo que para isso tenha estabelecido alguns liames de exploração que não pensava em ultrapassar – como trabalhar para um “mau patrão”, por exemplo. Uma conduta moral que faz de pessoas como Maria avaliar o que propõe alterar e se submeter para se refazer, mas estabelecendo limites sobre o que está disposta a perder frente a determinadas relações de poder.

A busca por melhores alternativas para viver e trabalhar no campo perpassa também pela experiência de filhos de produtores, como tratei no primeiro capítulo. Muitas vezes, aqueles que sem a possibilidade de adquirir uma propriedade para si, devido aos altos custos da terra e a baixa capitalização da família, encontram dificuldade em manter todos os filhos na propriedade dos pais após o casamento com um padrão de renda que permita a todos uma casa confortável, o acesso a lazer, um carro, entre outros possíveis objetivos que ficam difíceis de alcançar com todos vivendo a partir da pequena produção. Então, muitos daqueles que pretendem permanecer no campo necessitam encontrar outras estratégias de alterar suas condições.

André foi um desses sujeitos que precisou buscar novas alternativas para viver do e no campo após o casamento. Conforme registro da Ata da Associação de Moradores do Grupo Aliança d'Oeste, eis a solução encontrada por ele em 2001 para suas necessidades e aspirações:

Ata nº 05/01. Ao primeiro dia do mês de setembro de dois mil e um (01/09/01) na comunidade Aliança D'Oeste as diretorias da parte administrativa para definir a questão do Sr. André [sobrenome] se responsabilizar pela limpeza do bar, centro comunitário e pátio (exceto a igreja que continua na responsabilidade da determinada pessoa). A proposta que o Sr. André trouxe em pauta é de associação ceder a terra pertencente à mesma para que possa plantar para si, onde o salário ele estipulou o valor de (R\$ 200,00) duzentos reais mensais para fim de zelar a comunidade e exercer sua função corretamente e moradia que será analisado e feito uma reforma, pois visto os prós e contras fica aprovado e registrado a proposta e sucessivamente os horários e normas estipuladas pela diretoria. (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 06)

A estratégia encontrada por André a fim de conseguir um pedaço de terra para plantar, além de certo rendimento mensal para auxiliar na sobrevivência da família é registrada na ata da Associação de Moradores da Comunidade Aliança d'Oeste, transcrita acima. Para tal, ele propôs junto à diretoria da associação a possibilidade de morar em uma das casas existentes no pátio da associação, assim como cultivar as terras pertencentes a ela, em troca da prestação de serviços no que se refere à limpeza e manutenção das áreas comunitárias existentes no local; como o bar, o centro comunitário e o pátio, atividades essas que ainda o proporcionariam o recebimento de R\$200,00 (duzentos reais) mensais como pagamento pelos seus serviços.²⁹

Levando em consideração as possibilidades existentes aos outros filhos de pequenos produtores da mesma associação, acredito que a alternativa visualizada por André e aprovada pela diretoria da associação tenha sido, em parte, vantajosa para sua família – ainda que os valores aferidos sejam muito limitados, pois ganharia pouco mais de um salário-mínimo daquele momento, e mesmo que não pagasse pela moradia, diante dos serviços prestados na associação, a possibilidade de cultivar a terra pertencente à instituição se apresenta como uma alternativa a ser viabilizada com baixo ou escasso recurso, mas se apresenta como uma fonte de renda.

Ao analisar as condições desse acordo, fico pensando em como elas repercutiram diante dos outros membros da mesma associação, incluindo os outros jovens que não tiveram direito a um lote próprio na sua mudança ao Reassentamento e que não possuíam a mesma alternativa que André. Teria sido uma pauta de conflito na associação? E mais, quais as estratégias criadas

²⁹ Vale ressaltar que o valor do salário-mínimo no ano em questão era de R\$180,00 reais,

por esses jovens para buscarem o seu sustento? André e sua esposa ainda conjugava outras atividades para ampliar a renda do casal e poder investir na produção?

É necessário elencar, no entanto, que por mais que a aceitação desse acordo tenha permitido alguns avanços nas condições de acesso à terra para André cultivar no Reassentamento, ele ainda lidaria – e possivelmente lidou – com outras adversidades enfrentadas por sujeitos que vivem no campo com condições financeiras limitadas, como a falta de maquinários, o alto custo dos insumos, acesso a financiamentos etc.

Isso sem falar no compromisso de zelar pela manutenção da associação, que possui uma grande área de construção e pátio, campo de futebol, locais que ficariam sob a sua responsabilidade, beneficiando, também, a associação, que caso contrário precisaria contratar alguém para cumprir essas funções.

Assim como os trabalhadores assalariados, pequenos produtores também enfrentam rotineiramente uma série de pressões no que tange à sua permanência no campo e manutenção da propriedade familiar. Muitas vezes, tendo sua terra como única garantia de subsistência e com baixa possibilidade de capitalização, acabam se vendo envolvidos por diversas limitações; como endividamento, dificuldade em conseguir financiamento, pressão de grandes e médios proprietários para vender suas terras, falta de mão de obra familiar para auxiliar na propriedade, adoecimento, entre tantos outros obstáculos existentes em sua realidade.

Márcia e Lucas são dois desses sujeitos que conseguiram, após 20 anos trabalhando como diarista em fazendas no Paraguai adquirirem uma propriedade de quatro alqueires naquele país. A área agricultável, porém, reduzia-se pela metade, pelo fato do terreno que conseguiram comprar ser numa área de encharco, sendo impossível trabalhar em boa parte das terras.

A qualidade das terras adquiridas já é um indício das limitações vivenciadas pelo casal. Mesmo a conquista da terra própria, sendo vista pelos dois como o alcance de uma expectativa de pelo menos 20 anos, a aquisição de uma área com boas condições para a agricultura, que proporcionasse uma condição de vida e de trabalho mais confortável não lhes foi possível. Frente às suas possibilidades e com o dinheiro que haviam guardado ao longo de duas décadas, a alternativa que lhes foi viável se limitava à compra de um terreno em área brejeira, onde provavelmente a terra era mais barata, justamente pela pouca qualidade e possibilidade de uso limitada.

No caso de Márcia e Lucas, o interesse dos filhos do casal em melhores oportunidades nos estudos fez com que o casal vendesse, no ano de 2013, a propriedade adquirida no país vizinho, junto às galinhas, porcos e até mesmo coelhos que criavam, venderam tudo que

pudesse ajudar a adquirir uma nova propriedade. No caso, dois alqueires e meio no Reassentamento São Francisco de Assis, em Cascavel.

O contato com o Reassentamento e as notícias de possíveis terras para compra se deu por meio da irmã de Márcia, que já morava no Reassentamento desde 1999 e, inclusive, era vizinha da pessoa interessada em vender a propriedade que Márcia e Lucas adquiriram. Inclusive, os filhos do casal, que já estavam no ensino médio quando vieram para o Brasil, já haviam se mudado para o Reassentamento antes de seus pais, a fim de acompanharem o ano letivo, tendo eles morado de favor na casa de sua tia.

É importante analisar a multiplicidade de fatores que podem influenciar nas decisões de saídas e permanências do local e do modo como vivem. A busca por melhores condições de acesso à escolarização formal se apresentou como uma pauta importante a ser ponderada por sujeitos que vêm nisso a possibilidade de melhorias na vida de seus filhos. Durante a nossa conversa, foi possível perceber o orgulho de Márcia ao tratar da graduação de seu filho mais novo em administração, e como isso se mostra como uma conquista para ela e seu esposo.

Assim como no país vizinho, porém, a volta para o Brasil na condição de proprietários não lhes garantiu uma condição muito tranquila. Até porque, mesmo com a venda de tudo o que o casal avaliou enquanto passível de troca na sua saída do Paraguai, ainda ficaram devendo 40 mil reais na compra da propriedade no Reassentamento. Dívida essa já acumulada na chegada do casal à nova propriedade e que os mantinham ligados à cadeia de financiamentos e dificuldades de investimentos encontradas por pequenos produtores no Reassentamento.

Quando questionados em relação à decisão sobre quais ramos produtivos empregarem em suas terras, as limitações na nova propriedade aparecem na narrativa do casal:

Karoline: É... e daí compraram aqui e o que que vocês resolveram fazê com a propriedade? Vocês plantam? Vocês tiram leite?

Lucas: Nós planta milho né? pra... tratá a vaca.

Márcia: Fazê silagem, pra tirá leite.

Karoline: Aham, não mexem com lavoura, é só com o leite?

Lucas: Não, é só o leite, só o leite. Porque é muito poquinho terra né? Não tem como plantá soja. Aí depois é um sacrifício pra arrumá né? Quem vem colhê né? Deus o livre.

Márcia: É, nós sofrimo o último ano que nós plantemo soja.

Lucas: Eu plantei soja, eu acho que foi dois ano, ou três né?

Márcia: Dois... três ano nós plantemo soja (do cedo) e plantava milho só no tarde né?

Lucas: Mas no último ano eu não quis mais soja.

Márcia: Ninguém queria vim colhê por causa que era poquinho. (MARCIA e LUCAS, 2019)

O tamanho da propriedade associado à falta de capital necessário para comprar maquinários; como colheitadeira, trator e plantadeira, essenciais para o trabalho agrícola, acaba reduzindo as possibilidades produtivas do casal. Ultimamente, com a compra de colheitadeiras com maior eficiência e tecnologia e, conseqüentemente, mais caras para aqueles proprietários que fornecem o serviço de colheita para os pequenos proprietários, isso se tornou um problema cada vez mais comum para estes sujeitos, pois a tarefa de conseguir alguém que aceite colher em pequenas porções de terra e, também, cobrar um valor acessível era uma combinação quase inexistente.

Da mesma maneira que esses, grandes e médios produtores detentores dos maquinários investem um capital maior em colheitadeiras e demais utensílios agrícolas, eles também optam por fornecer seus serviços apenas para aqueles proprietários, ou mesmo arrendatários, que possuam uma porção maior de terra e, conseqüentemente, resulte em maiores lucros ao final da colheita.³⁰

Essa dificuldade em conseguir colher o resultado final da sua produção, assim como o baixo rendimento de sua última tentativa do plantio de soja na propriedade, devido à chuva no período de colheita, fez com que Márcia e Lucas desistissem de tal atividade, dedicando-se apenas à produção leiteira e ao plantio de milho, voltado diretamente à alimentação do seu plantel de vacas (que também precisa ser pequeno, tendo em vista a quantidade de silagem que conseguem produzir a partir de sua propriedade).

A viabilidade da aquisição de maquinários, ou a ausência de tal, é uma balança crucial ao se pensar as possibilidades de organização e manutenção da propriedade nos tempos atuais. Possuir uma colheitadeira, um pulverizador, ou mesmo apenas um trator permite ao agricultor trabalhar na sua propriedade com um pouco mais de independência e, ainda, se tiver interesse em fornecer o serviço de colheita, plantio etc. para outros produtores, consegue aumentar significativamente sua renda.

A existência de programas de financiamentos de máquinas agrícolas, muitas vezes tendo a iniciativa do governo federal, acaba sendo para muitos pequenos proprietários a chance de adquirir tais produtos. Sendo essa uma expectativa de muitos moradores do reassentamento. Então, tais programas acabaram se tornando pauta em assembleias das associações de moradores:

³⁰ Essa questão que envolve o acesso ao serviço de colheita, plantio etc. não foi apenas apontada por Lucas durante a nossa conversa, mas também percebida por mim ao visualizar as mesmas dificuldades sendo encontradas por meu pai, por exemplo, que a cada safra fica mais difícil encontrar pessoas que se disponibilizem a fornecer tais serviços para pequenos produtores sem maquinário.

Ata da reunião do dia dezessete de abril de um mil novecentos e noventa e oito as trez [sic] hora no alojamento da Construtora Mezamo reunira-se a deretoria [sic] do grupo Alto Alegre com os sócios [sic] da mesma para discutir [sic] os seguinte assuntos [sic] com o da CRABI o Jose Camilo e a Clesi assistente [sic] do sosial [sic] da Copel[.] O Jose Camilo esplicou [sic] sobre a Cooperativa de Crédito e como funsiona [sic] que presisa [sic] as pessoas sosiar [sic] para facilitar financiamento [sic] será pelo pronafe [sic] mas a Cooperativa agilisa [sic] o financiamento [sic] [.] Esplicou [sic] também sobre a compra de trator através de sosiação [sic] vai ser financiado [sic] pelo pronafe [sic] investimento [sic] o valor deste trator será aproximado cinquenta mil reais cada trator, esplicou [sic] também o Jose C. que para funsinar [sic] bem presisa [sic] ser bem organizado [sic] asociação [sic] na compra de trator e também no financiamento [sic] [.] Outro sobre a compra de trator será cinco ano para pagar e um ano de carência. Está sendo planejada a construção de um laticínio na sede da Fazenda São Francisco, a negociação [sic] será com a paco Nova Itália[.] Foi esplicado [sic] que a Copel não aceitou pagar o salário dos assentados todos de uma vez [...] Sobre a Cooperativa Cresol explicou o João que a Cresol nasceu através de pequeno produtor (será) digo foi fundada a Cresol em vinte e cuatro [sic] de julho de mil novecentos e noventa e sete [...] todos os associados por ser socios [sic] o financiamento [sic] será através do pronafe[sic], a taixa [sic] de asiasão [sic] será o valor de dez sacos de milho esta será a taxa mínima pode ter mas [sic] de um sosio [sic] por família desde que tenha mas de dezoito anos. (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 03)

A existência de financiamento através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) já era pauta de discussão entre os reassentados desde 1998, pelo menos, como indicado nesse trecho de ata. Ao mesmo tempo, é possível visualizar a busca que a organização que os representava fazia, a Comissão dos Atingidos pelas Barragens do Rio Iguaçu (CRABI), procurando meios para facilitar o acesso a crédito por esses sujeitos, que ao chegarem em suas propriedades no Reassentamento, além de em sua grande parte possuírem baixa capacidade de capitalização, ainda contavam com a falta de documentos das propriedades.

Foi nesse ímpeto que a Cooperativa de Crédito Cresol foi procurada pelos membros da CRABI e a associação a tal cooperativa pelos reassentados foi incentivada. Não à toa, a Cresol ainda hoje possui uma adesão muito forte por parte dos reassentados e dos moradores que chegaram posteriormente ao Reassentamento.

Tal facilidade para a compra de tratores, porém, parece-me mais complicada do que o anunciado no registro da Assembleia, redigido pelo secretário daquele momento. Afinal, uma dívida de 50 mil reais em 2001, um momento em que a lavoura ainda não está bem estruturada, parecia um risco a mais para a permanência dessas pessoas na propriedade. Então, como fizeram aqueles que tiveram prejuízo em suas primeiras lavouras, como narrado por tantos sujeitos com os quais dialoguei durante os anos de pesquisa acerca do Reassentamento e, também, em conversas informais com vizinhos e conhecidos, como quitaram a dívida?

O acúmulo de dívidas parece iminente para alguns desses sujeitos que se arriscam na busca por melhor infraestrutura para a sua propriedade. Um risco ponderado e avaliado diversas vezes, tenho certeza, mas é provável que o investimento que para alguns sujeitos com maior capitalização e menor sofrimento com a instabilidade existente na prática da agricultura resultaram em melhorias para a propriedade, para outros pode ter acarretado endividamentos e, talvez, a própria venda da propriedade.

A expectativa de compra de tratores, dentre outras máquinas agrícolas, ainda era debate entre moradores do Reassentamento no ano de 2010, como pode ser visualizado em outra ata:

No dia dezesseis de dezembro de dois mil e dez reuniram-se na comunidade Aliança d'Oeste, membros do concelho unificado do Reassentamento São Francisco, para uma reunião cuja a mesma foi entregue convite a toda a comunidade, com a seguinte pauta: a) falta de terras, b) recursos públicos (escola, posto de saúde, agroindústria, estradas), c) óbitos, d) créditos rurais (custeio e investimentos, e) reserva legal, f) compras e vendas de terrenos. [...] A questão dos tratores mais alimentos, tem alguns sem liberação pela falta da documentação, o custeio também é um problema, o banco do Brasil a partir de janeiro cortaria os financiamentos mas houve reuniões e a situação se prorrogou. (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 27)

Como vemos nesse outro registro de assembleia, a busca por financiamentos de tratores continuava como pauta em assembleias da associação, dessa vez proporcionado através do programa Mais Alimentos, do governo federal. A persistência desse ponto entre as discussões nas associações indica que após mais de uma década do momento em que o Reassentamento foi criado, ainda não eram todos que haviam tido a condição de adquirir tal maquinário.

Outros, como dona Márcia e seu Lucas, continuam sem a possibilidade de compra de tais implementos até os dias de hoje. Indício de que apesar de compartilharem o local onde moram e pautas como: a necessidade de escola; melhorias na estrada, no posto de saúde, iluminação e outros tantos aspectos da vida no Reassentamento; as condições de vida e organização da propriedade e da lavoura é desigual entre esses sujeitos.

A dificuldade de acesso a financiamento e custeio é ampliada pela falta da documentação definitiva da propriedade, pois ela ainda não foi entregue a todos os proprietários do local³¹. Limitações e empecilhos que dificultam uma margem maior de atuação e planejamento da produção, bem como a permanência de pequenos produtores no Reassentamento.

³¹ A entrega da documentação das terras havia iniciado ainda em 2020, portanto, até a última informação que obtive acerca dessa questão, elas seriam entregues no decorrer do mesmo ano para os proprietários, por isso ainda não eram todos que haviam recebido até o momento de produção das entrevistas.

Logo nos primeiros anos de fundação do Reassentamento, ainda no fim da década de 1990, era pauta nas frequentes assembleias da associação de moradores, como a Alto Alegre, alternativas para lidar com tais dilemas na propriedade, buscando evitar o endividamento. Ainda assim, é visível nessas discussões a existência de certos entraves:

Aos dias dezessete do mês de julho de um mil novecentos e noventa e nove reuniram-se os sócios e sócias da Associação Alto Alegre.
 [...] O técnico deve incentivar a transformação do produto da propriedade. Diversificar a propriedade. Proposta: curso de administração rural para os sócios do Alto Alegre. Foi colocado que não se tem dinheiro para fazer projetos novos na propriedade. Também financiar menos, tentar plantar sem veneno, porque corre-se o risco de se endividar demais. Só que tem famílias que não tem capital pra investir na roça. Ainda o financiamento Pronaf é bom. Nos estados do Sul do país está se levantando a bandeira em defesa da agricultura familiar. (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 02)

A presença de técnicos agrícolas e a sugestão de possibilidades de diversificação da propriedade, assim como de cursos e formações ensinando e incentivando os pequenos agricultores a introduzirem diferentes culturas (morangos, hortaliças, suínos, aves, entre outros) é bastante recorrente nos primeiros anos da associação de moradores do Alto Alegre. Essas discussões foram diminuindo e desaparecendo da pauta da Associação com o passar do tempo, seja pelo desinteresse de boa parte em buscar diferentes ramos produtivos, seja pelo próprio estabelecimento de suas propriedades e fixação de determinados setores de produção, ou ainda, pelo tempo limitado em que a Copel e a CRABI custearam esses técnicos agrícolas – aparentemente apenas no primeiro ano após a mudança para o Reassentamento – onde os reassentados alinhavam as suas propostas ao projeto de agricultura familiar defendido pela Comissão dos atingidos por barragens.

Com o passar dos anos, já no início dos anos 2000, tomaram lugar os técnicos das cooperativas agrícolas da região, mais interessados nos lucros da empresa e nas suas comissões do que na manutenção de uma agricultura familiar e na estabilidade desses produtores em suas propriedades.

Conforme apresentado na Assembleia, a proposta de um curso de administração rural e os apontamentos sobre a falta de dinheiro para a instalação de novos projetos, bem como para o custeio da propriedade indicam os dilemas enfrentados pelos pequenos proprietários descapitalizados ao buscarem estruturar e gerir as suas propriedades.

O aconselhamento pela redução de financiamentos é, ao mesmo tempo interessante e impraticável. Pois, em grande medida, é inviabilizado pelo próprio apontamento acerca das limitações de capital e custeio que esses produtores possuem para que possam diversificar e

produzirem. Como plantar, comprar sementes e demais insumos, necessários para o cultivo, evitando o financiamento? Uma vez que possuem pouca ou nenhuma condição de investir na propriedade sem eles?

Seu Jorge (2020), em nossa conversa, aponta para uma saída que teria sido acordada nos termos de ida para o reassentamento. Saída essa que de acordo com sua narrativa e dos outros sujeitos com os quais dialoguei nunca aconteceu. Nem mesmo há alguma menção sobre ela nos livros ata das associações a que tive acesso:

Karoline: E daí assim, já que a gente tá falando da associação, no começo [1998/1999]... porque as associações no princípio vieram pra recebê aquelas sacas de milho que tinha que devolvê pra Copel e tal né?

Jorge: Não, esse milho não tem nada a vê com a Copel.

Karoline: Não?

Jorge: A Copel já foi bem clara falá. Esse aí não tem nada a vê com a Copel, esse milho. E esse milho sabe o que era pra acontecê com esse milho? Vamo supor, se eu pagasse pra associação, era pra voltá em insumo pro proprietário, pra mim aqui, pra fazê um pacote com aquele dinheiro da associação, que era do milho, pra você precisá de tanto adubo, tá tanto, otro cara lá precisa de semente, semente, era pra sê retornado nessa maneira esse milho, não aconteceu.

Karoline: E daí não foi retornado?

Jorge: Nenhum grão, nenhum centavo.

Sara: Nenhum quilo de calcário, a nossa terra era tudo pasto né? Teve gente que teve sorte pegô granja né? Mas nossa terra era coberta de pasto. Então, não tinha tratamento nenhum, nunca ganhemo um quilo de calcário. Nós, se nós quisemo calcariá um pedacinho foi à custa de dinheiro e ainda falta muito calcário. A nossa terra era puro pasto.

Jorge: Na época esse [nome de liderança] mesmo, esse [nome de liderança] mesmo falô pra mim, que eu era da diretoria também atual [1998/1999], se o reassentado ele tá passando crise, a associação tem dinheiro em caixa, nós vamo ajudá ele. Empréstamo dinheiro da associação pra ele lá se mantê, daí quando ele tivê tranquilo, daí ele devolve pra associação de volta aqui né? Não aconteceu também. (JORGE e SARA, 2020)

Entre os termos acordados no processo de elaboração do projeto de reassentamento estava o pagamento em forma de sacas de milho durante dez anos para a Associação de moradores a que pertencia àquele produtor. O não pagamento de tais sacas acarretaria, a princípio, no embargo da documentação da terra, que deveria ser entregue aos proprietários cerca de 10 anos após a mudança para o reassentamento.

Pelo que eu havia entendido na leitura das atas das associações de moradores e, também, do projeto de reassentamento (PROJETO... 1996, p. 145), essas sacas serviriam como pagamento pelas terras no reassentamento (o que é questionável, tendo em vista que eles receberam essa terra como forma de indenização, logo não deveriam precisar pagar por elas).

A justificativa era que esse pagamento serviria para a manutenção da própria associação e quitação de uma suposta dívida com a Copel (PROJETO... 1996, p. 145)³².

Sempre que penso nessa cláusula do acordo, fico contrariada. Como pode alguém que foi pressionado a deixar suas terras, em função de uma obra estatal, ainda ter que “pagar”, pela indenização advinda dessa desapropriação? Mesmo que o pagamento não fosse feito em espécie, e nem mesmo diretamente à Copel, ainda assim não me sinto convencida de que seja um termo justo.

Para aqueles sujeitos que já possuíam baixa possibilidade de capitalizar a propriedade, a necessidade da entrega de 15 de sacas de milho à Associação acabava limitando ainda mais as suas condições de melhorias e permanência na propriedade. E aqueles proprietários que tiveram maus resultados em suas primeiras safras devido à inexperiência/falha na assistência técnica e no manejo do solo, como fariam para entregar essas sacas e ainda passar o período de entressafras com uma renda que garantisse o sustento da família e investimento na propriedade?

Porém, a narrativa de seu Jorge apresenta uma interpretação diferente sobre a finalidade desse acordo (sacas de milho pagas à Associação). Isso deveria garantir a compra e distribuição de insumos aos associados. Pensando dessa forma, tal estratégia de arrecadação, e posterior distribuição, poderia ser proveitosa ao conjunto de produtores, uma vez que a compra de insumos em maior quantidade, gerida pela associação, proporcionaria preços mais baixos.

Entretanto, essa dinâmica não foi estabelecida, uma vez que nenhum dos sujeitos pertencentes ao Reassentamento com os quais dialoguei (tanto ao longo da pesquisa de mestrado, como nos outros três anos de pesquisa na graduação), indicaram ter recebido tal devolução em forma de insumos. Alguns afirmaram terem recebido, ao menos, auxílio técnico para a correção do solo nos primeiros anos de produção, outros, como seu Jorge, alegam não ter recebido nenhum benefício.

Em relação à correção do solo, tinham como essencial, levando em consideração que boa parte da área onde se constituiu o reassentamento, a antiga fazenda Flamapec, era dedicado apenas à criação de gado, com pasto, ou o chamado brizantão, o que tomava conta dos terrenos. Uma característica que dificultava a condição agricultável das terras, pois tinha elevada acidez e ervas daninhas competindo com o cereal plantado pelo proprietário, de acordo com a narrativa feita pelos entrevistados.

³² O próprio subtítulo da sessão dedicada a explanação dessa questão do pagamento de sacas de soja por parte dos reassentados, presente no projeto de reassentamento, se intitula “Condições para o pagamento da dívida”. (PROJETO... 1996, p. 145)

Conforme destacado na entrevista com Robson (2019), a existência do “brizantão” na propriedade teve influência direta no insucesso de parte dos proprietários na sua primeira safra.

Karoline: Aham. Daí vocês chegaram [1998] e a área era de mato que teve que fazê a destoca, daí?

Robson: Não, assim, é... a área do nosso grupo era 420 alquere, na nossa comunidade do Alto Alegre, né³³? E tinha 200 alquere de pasto, que era destoca, e 200 alquere era, já era agricultável, né? Aí como a gente tinha um trator [alguns produtores], daí a gente empreitô da Copel pra fazê nove operação em cima daquelas terra, né? Foi destocado com esteira e a gente enlerá, globiá e subsolá, é... corrigi, passá veneno... aí foi feito um coletivo, né? Que de 200 alquere mais ou menos, 106 alquere de milho, daí eu toquei esse coletivo, mas não virô né? Por sê terra de capim, deu fraco, né? E acumulemo umas dívida, mas demo jeito e paguemo, né? Com a ajuda dos parente. Mas daí, depois, melhorô, né? Dalí um ano que... aí ficô, aí emparelho, né? Todo mundo na mesma situação, no mesmo patamar, né? Tudo com terra agricultável.

Karoline: Sim. Demorou um ano, mais ou menos, pra consegui plantá, e daí mais o tempo pra colheita esperando...

Robson: Um ano.

Karoline: Aham. E daí esse coletivo era no intuito de dividir a...

Robson: Partes iguais.

Karoline: Isso, aham, todo mundo trabalhava igual e depois...

Robson: Foi dividido em partes iguais. (ROBSON E SÔNIA, 2019)

O plantio de maneira coletiva foi uma estratégia elaborada e incentivada pela CRABI a fim de viabilizar e diminuir os custos do plantio para todas as famílias que vinham ao Reassentamento e se dividiram entre as oito associações que foram formadas ali. Ideia que, para além de uma defesa ideológica pelo cultivo coletivo, era motivada pela desigualdade existente entre os reassentados, na qual alguns proprietários não possuíam condições efetivas para realizarem esse primeiro cultivo. Com a falta de maquinários e a dificuldade de acesso a financiamentos, a primeira safra seria inviável para proprietários que chegaram ao reassentamento sem capital acumulado, advindos até mesmo da condição de trabalhadores sem terra ou arrendatários.

Parte dessa desigualdade era gerada pelas diferentes formas de contato com a terra que estabeleciam na região de origem³⁴. Como parte significativa mantinha vínculo como arrendatário ou trabalhador assalariado, muitos desses sujeitos não receberam a indenização em

³³ A distribuição desses 420 alqueires entre as famílias que constituíam o grupo Alto Alegre foi realizada de acordo com o tamanho da família, sendo de 7 alqueires o tamanho mínimo da propriedade, aumentando de acordo com o número de integrantes da família. (PROJETO DE REASSENTAMENTO, 1996, P. 140)

³⁴ Construída na segunda metade da década de 1990, Salto Caxias – ou Usina Hidrelétrica Governador José Richa – alterou direta e indiretamente a trajetória de sujeitos que moravam em nove municípios da região Oeste e Sudoeste do Paraná. São elas: Nova Prata do Iguaçu, Três Barras do Paraná, Boa Vista da Aparecida, Capitão Leônidas Marques, Quedas do Iguaçu, Salto do Lontra, Cruzeiro do Iguaçu, Boa Esperança do Iguaçu e São Jorge do Oeste. Se mudaram para o Reassentamento São Francisco de Assis parte dos sujeitos que moravam nos municípios de Três Barras do Paraná, Nova Prata do Iguaçu e Boa Vista da Aparecida.

dinheiro pela infraestrutura existente sobre a propriedade (casa, galpão, estrebaria, chiqueiro...), conforme narrado em diversas entrevistas realizadas ao longo da pesquisa. Portanto, possuíam uma desvantagem financeira frente aqueles que eram pequenos produtores e cujo dinheiro da indenização serviria para a capitalização da propriedade.³⁵

É a partir da narrativa sobre o coletivo existente nos dois primeiros anos no reassentamento, que Robson aponta as dificuldades advindas do uso da terra quando a área ainda era pouco agricultável. Desconfio, dessa interpretação onde já no segundo ano no reassentamento, e conseqüentemente na segunda safra, todos os moradores estivessem “emparelhados na mesma situação”, ou seja, todos com plenas condições de manter suas propriedades sem as ações conjuntas. Caso isso tivesse acontecido, talvez não seria tão expressiva a venda de propriedades logo nos primeiros anos. Afinal, não eram todos que tinham a possibilidade de pedirem socorro a familiares para saldar as dívidas decorrentes do insucesso da primeira safra, conseqüentemente, empurrando-a para os anos subsequentes.

A ineficiência da assistência técnica, que possivelmente existia nos primeiros anos do reassentamento, aparece nas impressões de Robson sobre a primeira safra:

Karoline: Aham. E daí o coletivo só teve no primeiro ano mesmo, enquanto não estruturava a própria lavoura, no caso?

Robson: Sim, a lavoura, sim. Porque tinha bastante família que não tinha condições de plantá nenhum pé de milho, né? Daí foi feito...

Karoline: Que eram aquelas, que eram pião de fazenda e essas coisas assim, né?

Robson: Sim. Que eram... trabalhavam como diarista, né? Daí não tinha como pagá uma hora máquina, o acesso a financiamento, né? Daí foi onde foi feito o coletivo. E daí por a terra ser terra de destoca, terra de capim né, daí na época não tinha esses transgênico, não podia plantá transgênico, né? Aí era tudo convencional. Aí a gente plantô as roça de milho e não teve como limpá, não tinha veneno que limpasse o milho sem matá o milho né? Porque era só capim, brizantão, né, braquiária. Aí se fosse matá braquiária com veneno, matava o milho, porque não tinha milho transgênico, daí foi aonde que deu a safra fraca por não conseguiu limpá, de tanto capim que tinha, né? E não tinha veneno que...

Karoline: Fizesse a limpa só do brizantão.

Robson: Fizesse a limpa, e não tinha gente suficiente pra limpá o milho manual, né? Daí foi aonde que deu uma produção fraca, né?

Karoline: E não teve nenhuma assistência técnica por parte da Copel pra falá 'oh, não planta o milho aqui que não vai dá certo, tenta plantá um soja', ou alguma outra coisa assim?

Robson: Não tinha, não tinha assistência nenhuma. Da Copel, sobre a produção, não tinha. (ROBSON e SÔNIA, 2019)

³⁵ Realizo uma discussão mais densa acerca dessas questões no capítulo 2 do meu trabalho de conclusão de curso quando falo sobre a diversidade e desigualdade de condições de contato com a terra existentes dentre os que vieram para o Reassentamento São Francisco de Assis e o modo como essa heterogeneidade social implicou em diferentes e desiguais possibilidades de investimento e estabelecimento da nova propriedade conquistada no Reassentamento. Ver: (GONÇALVES, 2018)

O plantio do milho em uma área infestada por gramínea, impedindo a limpeza da roça através do uso de agrotóxicos, somada à impossibilidade de realizar a limpeza de uma área tão grande de terra de maneira manual, sugerem como essa dificuldade poderia ter sido evitada (ou pelo menos amenizada) com a existência de uma assistência técnica eficaz. A ausência desse acompanhamento por parte de um técnico agrícola qualificado é estranha, uma vez que tal recurso aparece no projeto de reassentamento e, também, nas atas da associação de moradores do Alto Alegre.

Contudo ao conversar com José, 39 anos, o qual se mudou com a família para o Reassentamento, mais precisamente para a Associação Nova União – umas das oito existentes no interior do Reassentamento – em 1998, quando possuía 18 anos. A falta de assistência técnica também é apontada por ele, sendo associada à má rentabilidade do plantio coletivo:

Karoline: Aham. E... se bem, o teu pai já plantava né? Como arrendatário... talvez eles tinham um pouco mais de experiência com a roça né? Mas dificuldades de plantá numa área que não era mecanizada, que foi recém mecanizada, eles tiveram algum problema com isso? Porque tem um pessoal que parece que não teve uma assistência, não tinha muita experiência e plantaram milho em cima de brizantão e daí não deu muito certo o negócio.

José: É, na verdade, no começo foi complicado porque a gente trabalhava num sistema lá [em Nova Prata do Iguazu] e o sistema de lá não funciona aqui [no Reassentamento] né? porque lá é uma pedra e você trabalha manual, né? E aqui se você não tivé uma máquina, você não consegue mexê na terra né? Então, foi um pouco difícil no começo, mas daí foi, tipo assim, feito um coletivo da associação inteira [do pessoal] que veio de lá né? O pessoal, acho que era... e poucas famílias, feito o coletivo e daí o pessoal não tinha muita experiência, não tinha... os técnico que tinha não tinha muita experiência em, acho que... em formação né? Aí plantavam meio torto a direito, em cima daquele capim, e aonde foi dado bastante prejuízo no começo e não sobrô, as vez, pra dividi entre as famílias. Ainda as famílias guentaram assim bastante não, tem família... por causa que a Copel pagava um salário né? Um salário por...

Karoline: Ah, aham, a verba pra manutenção temporária né?

José: Isso, a Copel bancô né? Porque se fosse dependê daquela planta...

Karoline: O primero ano não ia dá pra passá o ano?

José: É, não ia dá pra passá o ano. (JOSÉ, 2019)

O início da estruturação da propriedade foi difícil até mesmo para aqueles produtores que já possuíam experiência com a lida na lavoura. Dificuldades advindas também pelas diferenças no tipo de terra, métodos de plantio e cuidado da lavoura. Viver no campo vai muito além da conquista de uma terra própria. É necessário oferecer a esses sujeitos condições para que consigam se manter na sua propriedade. Assistência técnica de qualidade é uma delas.

Apesar da Verba de Manutenção Temporária (VMT), fornecida pela Copel no primeiro ano dos moradores no reassentamento ter garantido a sobrevivência das famílias no

reassentamento, com a possibilidade da compra de produtos básicos, os resultados desse plantio coletivo frustrado podem ter sido sentidos pelos anos seguintes por aqueles sujeitos que possuíam menores possibilidades de se manterem.³⁶

O plantio coletivo, proposto e defendido pelas lideranças da CRABI como o melhor método de cultivo, foi aceito pelos produtores apenas como medida paliativa, enquanto alcançavam condições de implementarem o cultivo individual nas suas propriedades. Indício de que os projetos das lideranças nem sempre representavam os anseios e necessidades de todos, ou mesmo da maioria desses sujeitos por muito tempo – haja vista que aqueles que tinham como suprir seus gastos ou tinham acesso facilitado a financiamentos não tinham interesse nessa ação coletiva.

Por mais que tenham encarado uma intensa movimentação pelo seu direito à terra, seja com o advento da construção da usina, seja com estratégias elaboradas anteriormente a fim de permanecerem no campo, suas expectativas não refletem, necessariamente, os ideais de coletivização das terras, ou mesmo do cultivo de orgânicos e da luta contra o agronegócio. Seus objetivos, muitas das vezes, giram entorno de alcançar melhores condições de vida, inserção no mercado agroindustrial, com terra própria, um carro, uma casa, bom estudo para os filhos etc.

Contudo, ao longo dessas duas décadas não foram todos que conseguiram se manter trabalhando apenas em sua propriedade. Por vezes, a saída em busca de trabalho fora, ou o arrendamento de suas terras (ou mesmo as duas estratégias juntas), apresentaram-se como a melhor decisão a ser tomada. Luíz (2019), um de meus entrevistados adotou esse caminho. Saiu do reassentamento junto com a sua esposa e seus dois filhos e trabalha atualmente em uma leitaria no interior da cidade de Toledo, morando na propriedade onde trabalha. Enquanto isso, arrenda a pequena porção de terra no Reassentamento para o seu irmão – cerca de 1,5 alqueire –, sua propriedade advém da divisão feita por seu pai entre os filhos que vieram solteiros para o reassentamento. Em nossa conversa essa questão se destacou:

³⁶ A VMT foi paga às famílias reassentadas mensalmente, durante um ano. O valor era calculado da seguinte forma: $VMT = 1 \text{ Salário-Mínimo [R\$ 130,00 em 1998]} + 0,50 \text{ Salário-Mínimo} \times (\text{Força de Trabalho} < 2)$.

Exemplo conforme a força de trabalho – FT:

FT	≤ 2	2,5	3,0	3,5	4,0
VMT (R\$)	1SM+70,00	1SM+87,50	1SM+105,00	1SM+122,50	1SM+140,00

Modulação disponível em: COPEL. Projeto de Reassentamento. Programa de Reassentamento, Abril/1996. p. 135. Acervo do Colégio Estadual do Campo do Reassentamento São Francisco. Nas definições de Siliprandi (2009), esse quadro se define da seguinte forma: “Para as famílias que contassem com força de trabalho de uma a duas pessoas, seria destinado o VMT de um salário-mínimo; para famílias com força de trabalho maior que dois, a VMT contaria com o salário mínimo acrescido de ½ salário mínimo para cada unidade a mais de força de trabalho” (p.93).

Karoline: Então você tem um pedaço de terra que é direito seu aqui [no reassentamento] ainda?

José: Sim, sim.

Karoline: Aham, não se desfez dele, tá ali?

José: Não, tá ali. Que daí, no caso, a gente como eu não trabalho ali, ele, o meu irmão quem planta né? eu arrendei pro meu irmão.

Karoline: Arrendô pro seu irmão, aham.

José: E, daí ele quem planta.

Karoline: E a arrenda funciona por saca de soja?

José: É, saca de soja. É valorizado em torno de 65 saca de soja por alquere, daí ele...

Karoline: Produza ou não produza, 65 ele tem que te dá.

José: É, aham. Que assim, a gente arrendô mais pra ele porque ele, como a propriedade é pequena dele, ele tem 1 alquere e poco também, 2 alquere no máximo, ele não tinha como fazê alimentação pros animais né? não tinha como fazê pasto e coisa, aí como eu não ia plantá... em vez de arrendá pra outro, eu resolvi arrendá pra ele pra ajudá ele também né? Daí pra...

Karoline: Aham, daí ele usa mais pra plantá, pra fazê cilagem?

José: Pra cilagem, isso. Milho e aveia as vez. (JOSÉ, 2019)

Enquanto para José o arrendamento da sua terra permite uma renda extra durante o período em que não trabalha na propriedade, para seu irmão, que também possui uma porção pequena de terra, a possibilidade de arrendar mais um alquere e meio de terra, ligada à sua, permitiu que mantivesse um plantel maior de vacas – acima de 40, tendo condições de plantar uma área maior de pasto ou milho, voltada para a alimentação dos animais.

A inexistência dessa possibilidade para o irmão de José provavelmente o levaria a uma redução do número de cabeças de gado, o que acarretaria, conseqüentemente, à queda da produção leiteira e do ganho financeiro da família junto ao laticínio. Ou ainda, mesmo que não diminuísse o rebanho, teria gastos maiores com a compra de ração e/ou feno, encarecendo a produção e reduzindo, da mesma maneira, o valor a ser recebido no fim do mês³⁷.

São questões como essas (encarecimento da produção ou do trato dos animais, tamanho reduzido da propriedade, qualidade do rebanho) que levam pequenos produtores a buscarem, por vezes, novos ramos produtivos para a sua propriedade. Em momentos cujo preço do leite está baixo – de acordo com a relação entre oferta e demanda do produto –, ou os gastos com a lavoura de soja ou milho não vêm compensando, em razão dos altos custos de insumos, serviços

³⁷ O valor pago ao produtor em fevereiro de 2020 – de acordo com conversas informais com produtores do Reassentamento – gira em torno de R\$ 2,02 por litro, com variações de acordo com o laticínio para o qual o leite é vendido e, também, dependendo da qualidade do leite, medida de acordo com as normas de qualidade definidas pelos laticínios e cooperativas leiteiras. Como o valor é calculado em litros, obviamente, quanto maior o plantel de vacas (ou qualidade do rebanho), maiores também os rendimentos advindos de tal atividade. Ao mesmo tempo, a ampliação do número de cabeças de gado, por exemplo, requer um maior investimento, principalmente no que tange à alimentação dos animais, exigindo a possibilidade de plantio de milho para a produção de silagem, ou a compra de ração e/ou feno afim de realizar o trato. Em razão da pandemia de Covid-19 não consegui retomar os contatos no Reassentamento e atualizar os dados para a produção do texto final.

e o valor pago ao produtor, ou mesmo quando os filhos saem da propriedade, deixando apenas os pais na propriedade, dificultando o manejo do solo e atividades que sustentem a manutenção da e na terra, novas alternativas vão sendo constituídas por aqueles que permanecem ou que procuram permanecer por mais algum tempo.

A diversificação da produção foi uma pauta defendida desde o início no Reassentamento. Uma prática defendida e acionada via movimentos sociais, nesse caso, os atingidos pela barragem de Salto Caxias. No que tange à experiência dos sujeitos com os quais dialoguei, essa diversificação é adotada por alguns, ainda que em momentos pontuais. Principalmente porque nem todas as tentativas nessa direção trouxeram resultado positivo para a propriedade familiar. Como experimentado por Ricardo, filho de seu Jorge, que apostou no cultivo de brócolis no ano de 2000. Em conversa com seu Jorge, essa questão foi tratada do seguinte modo:

Karoline: E os filhos do senhor, sempre foram bastante envolvidos, assim... pelo menos em dá ideia, assim, [do que produzir]?

Jorge: Aham.

Karoline: Eles sempre foram de tentá plantá isso, mudá...

Jorge: É, sempre foram. O Ricardo, um tempo, plantô pra Lar [Empresa], brócolis.

Karoline: Brócolis, aham.

Jorge: Ah! Deu aquele pepino do cão! Não sobrô dinheiro, não sobrô dinheiro. Daí, a última carga, falei pra ele, daí na última carga, eu falei pra ele, "mas vá junto com a carga lá na Lar"... é lá em Céu Azul [cerca de 70 km do Reassentamento]. Foi lá... não... não adiantô de nada. Perdeu tudo. Ficô com R\$ 3 mil de dívida. O Demetro ali, também ficô com 6 [mil reais de dívida].

Karoline: Também plantô brócolis?

Jorge: Também plantô.

Karoline: Daí como que era assim o investimento né? Era baixo assim?

Jorge: É, a Lar dava tudo. Dava tudo. Daí ele ficô com o prejuízo da irrigação.

Karoline: Da irrigação, tem que irrigá assim?

Jorge: É, tem.

Karoline: E daí daonde que vinha essas ideias assim "ah, vamo plantá brócolis", "ah, vamo fazê..."?

Jorge: Eu acho que veio uns cara da Lar aí, pra fazê esse negócio aí.

Karoline: Fazê propaganda também?

Jorge: Fazê propaganda.

Karoline: Sempre vieram...

Jorge: Daí, eles mandavam as muda, mandava os insumo, você trabalhava pra eles.

Karoline: Só brócolis?

Jorge: Só brócolis.

Karoline: Não otros...

Jorge: Não, só brócolis. Mas leva cargas e cargas de caminhão.

Karoline: E isso foi em que ano mais ou menos?

Jorge: Ah, agora nisso daí você me pegô, que eu não lembro. Acho que foi em 2000 e... 2000 eu acho.

Karoline: Ah, foi bem no comecinho ainda?

Jorge: Foi bem no começo. (JORGE e SARA, 2020)

A produção de um único tipo de hortaliça foi algo sobre o qual nunca tinha sido narrado pelos sujeitos com os quais dialoguei. Embora o cultivo de horta venha tendo cada vez maior adesão dentro do Reassentamento São Francisco de Assis e das localidades vizinhas a ele, muitas delas entregam alimentos para o Programa de Arrecadação de Alimentos (PAA) do governo federal, para a distribuição na merenda escolar – inclusive, a filha de seu Jorge cultivava uma horta orgânica na propriedade dele – o investimento em um único cultivo parece um pouco mais arriscado.

Embora seu Jorge não tenha dado maiores detalhes sobre o porquê avaliou que o cultivo de brócolis não estivesse dando bons resultados – para além do não sobrar dinheiro –, chegando a aconselhar seu filho a abandonar tal empreendimento, percebo na análise da nossa conversa como ele e seus filhos sempre estão atentos a novas possibilidades de produção, que possibilitem melhores lucros e condições de trabalho na propriedade – trabalhando ao longo desses 22 anos na sua propriedade de 18 alqueires com cultivo de brócolis, produção leiteira, lavoura de soja e milho, piscicultura, cultivo de horta, entre outros ramos produtivos.

Na narrativa acima, encontrei indícios da aproximação e propaganda realizada pelas empresas voltadas ao ramo agropecuário, como tentativa de convencer os proprietários a firmarem relações de parceria com eles. Dinâmica essa muito proveitosa para a empresa, uma vez que forneceriam apenas a “matéria prima” da produção, que seriam, nesse caso, as mudas de brócolis e os insumos, sendo que o produtor arcaria com os outros custos, como a própria irrigação e, caso necessite, contratação de serviços e trabalhadores. Essa divisão desigual de ações e proventos, em grande medida motivou o acúmulo de dívidas de Ricardo após a rescisão do contrato com a Lar.

Muito provavelmente, numa relação de produção com essas condições, eventuais prejuízos no cultivo (motivados por pragas, variação no mercado, doença ou intempéries do tempo) ficariam sob a responsabilidade do produtor, sem nenhum auxílio por parte da empresa. Além, é claro, da mão de obra necessária para tal cultivo.

Por motivos como os destacados acima, esse tipo de acordo acaba se tornando muito vantajoso para as cooperativas agrícolas. Do mesmo modo, apesar de reconhecer as facilidades visualizadas por pequenos produtores ao firmarem tal parceria, como a economia em sementes e insumos, creio que todo o risco da produção fica a cargo do produtor.

Entre relações de parceria com cooperativas/empresas agrícolas, ou de uma maneira autônoma, o que vale destacar é a maneira como esses produtores buscam constantemente

melhores ramos produtivos para a sua propriedade. A definição do que se visualiza como melhor ramo produtivo é uma questão bastante heterogênea, uma vez que enquanto alguns podem pensar apenas na maior geração de renda, para outros podem pesar outros critérios de avaliação, como a demanda de trabalho pesado conforme o passar da idade, a condição ou não de aquisição de maquinários, os gastos iniciais de investimento, entre diversos outros fatores que pesam nessa decisão.

Atualmente ele arrenda parte de seus 18 alqueires de terra. Na área em que ainda produz, dedica-se ao cultivo de soja e milho, para o qual contrata vizinhos para serviços que necessitam de maquinários agrícolas (plantio, tratamento, colheita etc.). A novidade atual é o investimento em piscicultura, realizado no último ano - 2020. Ao ser questionado sobre o funcionamento da propriedade tivemos a seguinte conversa:

Karoline: Quantos alqueires que o senhor planta ainda?

Jorge: Ah, eu planto 1 alqueire e poquinho. Daí esse otro resto aí é pasto, tem ovelha pra lá e tem umas vaca aqui, então daí é isso aí. E lá eu montei uns açude, lá embaxo, pega bastante terra.

Karoline: Uhum. E daí o açude é mais pro senhor pescá,... assim, de vez em quando?

Jorge: Não, já vendimo, entrega no frigorífico.

Karoline: Aham. Vocês entregam direto, assim, pro frigorífico?

Jorge: Sim, pro frigorífico. É bastante peixe né?

Karoline: Aham. Mas não é tipo um contrato fixo, é conforme o senhor quer?

Jorge: Sim. Não. Por que não é interligado né? É por conta. Porque se for interligado, daí cê num... daí você não mexe com ração, é a firma que manda, o peixe é ela que manda, que é a interligação né? Que a Copacol[empresa] faz agora.

Sara: Tem Castan [empresa], tem a Castan também, não é?

Jorge: É, tem frigorífico em Nova Aurora, né? Lá é a capital da tilápia, Nova Aurora [cerca de 50 km do Reassentamento]. Então, daí interligado... daí é a firma que manda tudo. Se não, assim. daí a gente tem que mantê tudo.

Karoline: O senhor mantém e daí vende.... Tem uma regularidade por kg?

Jorge: Hoje tá bão, hoje tá bão. Tá 5 reais [R\$ 5,00] o kg do peixe.

Karoline: 5 reais o kg?

Jorge: É.

Karoline: O peixe sujo? Vai sujo?

Jorge: Sujo, é.

Karoline: E daí eles vêm buscá?

Jorge: Vem buscá. Eles vêm buscá. Só tá o açude ali, você vai baixá a água pra eles pegá e...

Karoline: De 3 em 3 meses ou é quando...

Jorge: Aqui com 5 mês tá com 1 kg. E pra você por, jogá o peixe pra 5 kg, pra 1 kg com 5 mês tem que tratá bem. Bem organizado, bem caprichado. Vê o... a água como é que tá, cê tem que vê tudo isso aí.

Karoline: Dá bastante trabalho de manutenção, assim?

Jorge: Dá, você tem que cuidá [...] (JORGE e SARA, 2020)

Mesmo com a vantagem aparente no custeio dos alevinos e da alimentação dos peixes, através do sistema de parceria com o frigorífico, seu Jorge optou por manter a piscicultura de maneira autônoma. Dessa forma, possui liberdade para decidir onde entregar o produto final de seu trabalho no momento da venda.

O planejamento da construção de açudes na propriedade, que como ele mesmo diz é um ramo que requer uma manutenção um tanto puxada, ainda mais levando em consideração a sua idade de 70 anos, veio através da sugestão de dois de seus filhos. Apesar de auxiliarem no planejamento, os filhos não estão mais na propriedade para que possam ajudar seu Jorge na manutenção das atividades e cuidados com a propriedade, conseqüentemente, isso inclui o trabalho com os açudes.

Ainda assim, ele considera vantajosa a decisão pela lida com os peixes, levando em consideração o rendimento final e a comparação com a quantidade e intensidade de trabalho exigido por outras atividades, como o próprio plantio/colheita da lavoura ou a lida com o gado leiteiro. As avaliações acerca da vantagem em empregar a piscicultura na propriedade, entretanto, não são realizadas da mesma maneira pela sua esposa, durante nossa conversa dona Sara apresentou comentários um tanto controversos sobre a questão em pauta:

Karoline: E faz tempo que tem o açude?

Jorge: Não, faz um ano.

Karoline: Ah, é o primeiro ano.

Sara: Esse ano só deu BO ainda. Até agora, lucro não tá dando, foi investido aí 200 mil [R\$ 200.000,00], pra tirá nem 50 [R\$50.000,00].

Jorge: Não, os açude foi 55 mil [R\$ 55.000,00].

Sara: Ah, a dívida tá aí, vamo vê até que [quando] dá, mas tem que tê pessoas novo né? Que se interesse pra cuidá deles e coisa, mas se não...

Jorge: Que vamo supor, cê pode fazê a conta pra se vê: 25 mil pexe dá 25 mil kg.

Sara: Se o Samuel tivesse cuidando, tudo bem, mas daí quis sê polícia.

Jorge: A 5 [R\$5,00 o quilo] da 125 mil [R\$ 125.000,00].

Karoline: É, em duas tirada paga o investimento.

Sara: É, mas... duas tirada dá um ano de serviço.

Jorge: É, mas vamo supor daí, que nem eu fiz as conta ali, da [Empresa Primato, ele me fazia 700 saca de ração por 24 conto [R\$ 25,00], pra pegá uma carga fechada, 24 mil [R\$24.000,00]. Daí, cê tira esse 24 mil que foi despesa, daí mais 3,5 [R\$ 3.500,00] do pexe, (que daí você compro o alevino né?), com 24 vai dá... não, dá 28 mil [R\$ 28.000,00]. Essa é a despesa. Daí de 125 mil [R\$ 125.000,00] quanto que sobrô?... daí sobrô limpo.

Sara: É mas o negócio da... do maquinário que foi pagado...

Jorge: Mas só do [...]. O quê?

Sara: Tem que fazê a conta de tudo né? Tem que fazê a conta do que foi pagado pra fazê esse açude né?

Jorge: 55 mil [R\$ 55.000,00].

Sara: Então não é assim que vai tirá lucro de vereda, tudo aquele investimento leva 5 ano pra dá lucro, leva uns 5 ano.

Jorge: E daí vamo supor, 2 vezes que tu tira [peixe] dá 250 mil. Pagô os açude e sobrô dinheiro. É que nem os cara de Nova Aurora. Eles plantava soja e parô de plantá soja pra ele mexê com peixe. Porque dá dinheiro. Diz ele que dá mais dinheiro do que tudo... e ele colocô o aerador, o areador daí é caro, 3,5 [R\$ 3.500,00] cada um, pra cê por ná... porque daí dá o oxigênio na água né? Daí ele você tem que tê, nesse nosso aqui se ponhá 30, 30 mil [peixes] porque daí vai 15 [mil peixes] em cada açude, daí tem que ponhá dois areador pra cada um, dá quatro [aerador].

Karoline: Aham, mais investimento.

Jorge: Mais investimento, dá mais investimento, daí você tem que colocá luz, tem que... daí vem painel, porque ele é automático. Que daí toca um areador aqui e o otro fica parado e daí desliga esse daqui e liga aquele. Daí assim vai lá no, daí ele fica assim.

Karoline: Uhum. Mas o senhor tá contente assim com a iniciativa, tá esperançoso com os açudes?

Jorge: Ah sim, isso aí dá dinheiro. Dá mais do que plantá. (JORGE e SARA, 2020)

Mais uma vez, percebemos a maneira como o espaço da mulher é construído/tensionado por elas, não se dedicando apenas a executar o trabalho doméstico e cuidado com os animais. Dona Sara possui suas próprias interpretações a respeito do gerenciamento da propriedade, não indo necessariamente ao encontro com as elaboradas pelo seu companheiro.

A idade avançada e a falta dos filhos para o auxílio com a manutenção dos açudes e da lavoura parece ser um aspecto central na avaliação contrariada que dona Sara faz a respeito desse novo ramo produtivo empregado na propriedade. Para além das dúvidas que possui a respeito da demora em relação ao retorno financeiro, necessário frente aos gastos elevados para a construção e pleno funcionamento dos açudes.

Ausência essa sentida por diversos casais à medida em que os mais jovens decidem buscar novas alternativas fora da propriedade familiar. O acúmulo de tarefas, antes divididas com os filhos, leva parte desses sujeitos a investirem em atividades que exijam menor tempo de trabalho, ou ainda a arrendarem e/ou venderem parte de suas propriedades.

Apesar da perceptível desconfiança de dona Sara a respeito da piscicultura, no entanto, foram as avaliações de seu Jorge e seus filhos que os levaram a implementar a piscicultura na propriedade do casal, demonstrando a existência de uma relação de poder mesmo dentro da vida conjugal, relação essa que acaba destinando aos homens – grande parte das vezes – a decisão final a respeito dos rumos da propriedade. Aspecto que não anula, no entanto, a existência de opiniões divergentes advindas das mulheres, mesmo que seja na tentativa de criar certa polêmica em debates acerca da gerência da propriedade. Possivelmente, um primeiro aceite dessa decisão à sua revelia contava com o afago da permanência dos filhos na propriedade, mas quando esses foram embora, seu descontentamento não é mais contido, principalmente porque parte do trabalho a ser desempenhado ficou para que ela realizasse –

além de todos os outros que já acumulava – bem como lidar junto com seu Jorge com as restrições financeiras e endividamentos.

O modo como cada pequeno produtor organiza a sua produção também é avaliada por seus vizinhos, que projetam visões a respeito da melhor maneira de se gerir uma propriedade. Carlos apresenta em sua narrativa suas ponderações a respeito das mudanças de ramos produtivos por parte de outros produtores:

Karoline: E sobre essas mudanças no processo produtivo porque, como você mesmo disse, quando eles chegaram lá tinha a defesa dos orgânicos, eles plantavam meio coletivos, e daí teve o pico do leite, vamos dizê assim, e agora bastante famílias tão desistindo do leite também né? Teve lá as tentativas de diversificação de culturas com a pupunha e seja lá o que mais eles plantavam... é... como você percebe esses ciclos econômicos? Vamo dizê assim, aqui dentro, e não aqui dentro, porque no arredor também né? Com os proprietários da vizinhança... e como hoje tá a questão econômica de, de produção né?

Carlos: É... dos ciclos assim né? Na época que tá aquele, tá bom aquele, naquela atividade, a pessoa tem que aproveitá ao máximo aquele momento, tem que fazê a sua reserva, fazê seus investimento naquele momento, e se decaí, o que houve muito aqui dentro foi isso: ficô se pulando muito de tipos de atividades pra outro tipo de atividade. Então cê fazia investimento na pupunha, não deu certo, eu ranco tudo e muda pra pasto e vô produzi leite, porque o leite tá dando dinheiro, aí tá, o leite deu dinheiro mais eu não soube aproveitá, aí o leite decaiu, eu já to tendo dificuldade pra pagá minhas conta, pra, porque se fez investimento tudo em ordenhadeira, em resfriador, em tudo isso né? Então, aí eu desmancho tudo, vendo as vaca, pago as conta e vô pro soja, aí eu tenho que comprá trator, eu tenho que comprá plantadera, eu tenho que comprá pulverizador, é outro tipo de investimento. Então, as pessoas estão na verdade é... se não soubé trabalhá, eles tão sempre trabalhando pra pagá conta, eles nunca têm uma coisa, eles têm a terra deles e os maquinários, mas eles tão sempre pagando aquilo, eles nunca tem assim dizê “oh, isso aqui já tá tudo certinho, eu não tô devendo nada”. (CARLOS, 2019)

Em sua avaliação sobre a relação do pequeno produtor com os investimentos e a escolha de ramos produtivos, Carlos não é dos mais adeptos à experimentação de diversos tipos de produção, de acordo com o fluxo de altas e quedas nos valores de determinada atividade. Dessa forma, ao longo dos 23 anos que gerencia os 27 alqueires de terra pertencentes ao seu pai, e na qual ele mora na condição de agregado, a produção da propriedade girou sempre em torno do cultivo de soja e milho, além dos períodos entressafra, quando planta aveia para o trato do pequeno número de gado que possui, apenas para fornecimento de leite e carne para a família.

Crete de que essas mudanças de produção são decisões feitas pelos proprietários visando melhora nos lucros frente a um processo de baixa/prejuízo na atividade em que vinham trabalhando, o entrevistado acredita que um melhor gerenciamento do dinheiro recebido nos momentos de alta valorização da produção permitiria que o agricultor permanecesse

trabalhando no mesmo ramo em seus períodos de baixa, uma vez que teria dinheiro guardado para eventuais “crises produtivas”.

Essa é a interpretação de alguém que vem de uma família que sempre possuiu certa estabilidade nas suas condições de vida no campo – com uma condição econômica melhor do que de outros produtores da vizinhança, tanto pela aquisição de uma propriedade de 30 alqueires por parte de seu pai, quanto pela possibilidade de recorrer ao seu auxílio em caso de prejuízos com a lavoura, por exemplo. Ao experimentar essa realidade ao longo de toda a sua vida, fica um pouco difícil se colocar na posição daqueles que lutam para se manterem na propriedade conquistada após longos anos na condição de trabalhador rural sem terra. Ao longo da nossa conversa acerca do modo como organiza a propriedade onde mora (que pertence ao seu pai), é possível perceber certa continuidade no processo produtivo, talvez daí venha o modo como enxerga aqueles que adotam outra estratégia de produção.

Ao ponderar a respeito dos aspectos negativos – o constante endividamento através de financiamentos, por exemplo – Carlos lança a sua análise para além de decisões e modos organizativos dos pequenos produtores. Para ele, existe outro responsável pela fragilidade desse produtor na manutenção de suas terras, apresentado quando conversávamos a respeito dos ramos produtivos empregados por pequenos produtores atualmente:

Carlos: Porque hoje em dia o negócio, o tal do agronegócio que o pessoal tanto se empolga "ah, hoje eu tô dentro do agronegócio", é uma coisa assim muito, uma faca de dois gumes, ao mesmo tempo que você tá dentro do agronegócio você tá inserido num negócio que te tira o que você tem, porque ele tá sempre te colocando novas coisas pra você. "Ah, porque esse teu equipamento aqui, teu pulverizador, ele não tá mais funcionando desse jeito, já tem um novo que é assim, assim assado", então se a pessoa não tem um entendimento de que se ele nem pagô aquele ainda e vai dá aquele de entrada e vai continuá pagando otro... daí então ele, ele não vai consegui se mantê no negócio. [...] Então se ele tivesse continuado... então, se endividô tudo, com o soja também, tem gente vendendo trator, vendendo coisaradas porque já não conseguiu mais pagá as conta, arrendô a terra e hoje em dia tá vivendo do arrendamento da terra porque ele foi pulando de tipo de atividades diferente. Hoje tá se falando muito na criação de peixe, tem gente investindo aí pra se consegui fazê dois, três açudes, pra criação de peixe... aqui dentro se investe 250 mil, os cara fala, "ai, tô vendendo o peixe a tanto", mas só que ele tem uma dívida pra pagá, porque ninguém tem os 250 mil pra investi, tudo foi feito financiamento. Então, tipo assim, as pessoas tão mudando muito de ramo, muito rápido assim pensando muito em ganhá dinheiro e não pensando em mantê. (CARLOS, 2019)

O pé atrás de Carlos em relação às contínuas mudanças produtivas dialoga de maneira direta com as desconfianças de dona Sara a respeito da implementação da piscicultura na sua propriedade. Ambos pesam, ao analisar a viabilidade de tal atividade, o investimento inicial –

conseguido por meio de financiamento - tanto para a construção dos açudes, quanto para compra dos alevinos, alimentação, entre outros custos que envolvem a manutenção da atividade.

A inserção das práticas do agronegócio como instigador do que ele vê como um ciclo quase contínuo de endividamentos, faz com que Carlos amplie a motivação dos dilemas enfrentados por sujeitos que vivem no campo com baixa possibilidade de capitalização, indo além da discussão sobre ter prática na lavoura ou escolhas pessoais na gerência da propriedade. Há por trás dessas decisões, dos endividamentos e da necessidade de venda das terras por parte de alguns desses sujeitos, um sistema muito mais amplo, que estabelece uma rede onde a obtenção de lucro imediato se coloca bem distante desses pequenos produtores, não levando em consideração os limites desses sujeitos para permanecerem tanto nas atividades empreendidas como, até mesmo, no meio rural.

Lorensetti (2017) elabora uma discussão que considero pertinente a respeito dessa dinâmica entre pequenos produtores e a chamada “modernização da agricultura”:

[...] a questão da manutenção das pessoas no campo de Assis [Chateaubriand] nos remete a pensar que, por todas as transformações que ocorriam, não bastaria aos indivíduos somente ter a propriedade de terra para também ter as condições de permanência no local. Verifica-se que muitos dos que foram pequenos proprietários de terras não conseguiram as condições de sua permanência com as mesmas, pois não tiveram possibilidades de arcar com o que seria necessário à modernização corrente.

Assim, muitos pequenos proprietários, que no caso de Assis eram a maioria dos que possuíam terras, pelo formato das vendas feitas pela CNP, tornaram-se ex-proprietários. A chamada mecanização, na forma ocorrida não somente em Assis Chateaubriand, não favoreceu a existência ou a permanência dos pequenos produtores, os quais, em sua maioria, não encontraram incentivos para implementar a entrada dos equipamentos e dos controles necessários para o novo molde de produção, baseado nas monoculturas.

Desta forma, a modernização também veio contribuir para que muitas pequenas propriedades viessem a desaparecer dando lugar a outras maiores, uma vez que os proprietários das terras menores foram forçados a vender ou a arrendar os seus lotes para outros com poder maior de aquisição e possibilidades de implementação da modernização. (LORENSETTI, 2017, p. 92)

Compartilho das ponderações de Lorensetti no que diz respeito às dificuldades e limitações de pequenos produtores na região Oeste do Paraná em acompanhar os possíveis avanços trazidos pelo advento da chamada “mecanização da agricultura” e, mais recentemente,

expressos nas ações do chamado agronegócio frente à realidade agrícola/agrária brasileira, além das implicações desses limites na tentativa de permanência desses sujeitos no meio rural.

Acredito, entretanto, que também é necessário nos atentarmos para as estratégias criadas por estes sujeitos para permanecer no campo. Não estou dizendo com isso que todos alcançaram tal feito. Muitos decidiram rumarem para as cidades ou outras áreas rurais, diante das alternativas que lhes eram possíveis nesse emaranhado de limites e tensões.

Como já indicado, a decisão sobre o que produzir na propriedade vai além da busca por maiores lucros. Limitações advindas de adoecimentos, que podem ter sido provocados tanto pela rotina árdua de trabalho no campo, como por acidentes de trânsito ou outras adversidades, mas que podem ser um dos elementos analisados durante a decisão acerca dos rumos da propriedade. Isso nos leva às avaliações apresentadas por Robson, o qual com aproximadamente 56 anos de idade, aponta que após um acidente automobilístico sentia dificuldades no manejo do seu plantel de vacas:

Karoline: Aham. E continuaram só com o fumo, não trouxeram mais vaca nem nada [ao se mudarem para Três Barras do Paraná]?

Robson: Não, foi empenhemo o plantel de vaca.

Sônia: Aé, agora entra as vaca.

Robson: Daí paremo co fumo em 2013, 2014 aumentemo o plantel de vaca... 2015, 2016... em 2017 coloquemo ordenha canalizada né? Melhoramo o resfriador, ordenha...

Sônia: Mais de 20 vaca.

Robson: E mais de 25 vaca, no total 50 animais, né? Cabeça. E aí eu como em 2007 sofri um acidente e quase perdi um braço né? Daí fiquei só com o braço direito, perdi os movimento do braço esquerdo né? E trabalhando, que o serviço do dia a dia de vaca é cansativo, é pesado né? Começô dá problema nos tendão do braço direito que eu só tenho um braço né? Os ligamento, aí eu não conseguia mais dormi a noite, né?

Karoline: Uhum, pararam com a vaca por motivo de saúde mesmo.

Robson: Já tinha que dormi separado com a mulher porque não dexava né? A mulher dormi né? De tanto batê o braço.

Sônia: Ele dorme a noite intera assim.

Robson: Aí tivemo que vendê as vaca em 2018, em abril de 2018 vendemo tudo as vaca, ordenha, paramo com as vaca em abril. Por causa de, por motivo de doença né? Meu. (ROBSON e SÔNIA, 2019)

Após cerca de 7 anos sofrendo com as sequelas advindas de um acidente de trânsito, associadas ao trabalho extenuante no dia a dia da atividade leiteira e às noites mal dormidas, motivadas por fortes dores, Robson e sua esposa decidem que a melhor maneira de lidar com a situação seria cessar tal empreita.

É importante nos atentarmos ao fato de que tal decisão foi tomada 4 anos após terem investido na melhora da atividade leiteira, além de outros investimentos materiais. Os altos custos de tais investimentos foram deixados de lado frente a um possível aumento dos sintomas

provocados pelo acidente sofrido. Imprevistos que alteraram o rumo das expectativas futuras do casal.

A possibilidade de adoecimento provocado pela rotina fastidiosa de trabalho afeta também a realidade de trabalhadores rurais. Estes, diferentemente de pequenos produtores como seu Robson, possuem maiores restrições de possibilidades para amenizar as restrições de trabalho advindas dos problemas de saúde, uma vez que possuem apenas a sua força de trabalho como forma de sobrevivência. Dona Maria experienciou tais dificuldades, trabalhando na manutenção de aviários, algo que destacou ao conversarmos sobre suas relações de trabalho:

Karoline: E daí vocês chegaram ali e como que era a relação no aviário assim? Tinha a casa pra família morá e daí cuidava do aviário, assim? Era tipo o caseiro que também cuidava do aviário, no caso?

Maria: Sim, era só nós que... só o caseiro né? Nós que morava lá. E ele [o dono] morava em Cascavel né? Mas praticamente todo dia ele ia lá, né?

Karoline: Ah, ele ia lá direto.

Maria: Então, daí... a gente tinha a casinha pra morá e a gente tinha que tomá conta né? Dos aviário, e tinha umas vaquinha de leite, porco, um pedacinho, assim, que a gente plantava mandioca, feijão, essas coisara né? E o resto da terra então ele arrendava [para outras pessoas], né? Daí, ali era bastante pesado também, por causa que o aviário era manual né? Inclusive, eu acabei com a minha coluna tudo né? Por... era muito pesado né? Mas a gente tinha que fazê né? Os filho tudo pequeno, né? E era o que sabia, o que tinha pra fazê né? (MARIA, 2019).

Nesse trecho da entrevista, ainda conversávamos sobre o seu primeiro trabalho em aviário, logo que chegou Brasil, em 2007. Mesmo com a coluna “acabada” pela dureza do trabalho realizado na granja, que ainda se mantinha no sistema manual, Maria ainda trabalhou durante aproximadamente 12 anos, nas atividades avícola e leiteira. Ainda assim, a mudança para propriedades que já possuíam aviário mecanizado, ou ordenha, no caso da leitaria, é vista como algo que amenizou o problema em sua coluna.

A saída desse primeiro emprego, inclusive, foi motivada pelas severas dores que sentia em sua coluna:

Karoline: E como ia tendo os contatos, assim, pra mudá de patrão, conforme achava que convinha pulá de um pro otro?

Maria: É, nesse primero, no caso, nesse primero patrão nosso, a gente tava assim, eu tava ficando bem... bem mal já, da minha coluna, e coisa e a dor já não tava... tinha dias que eu tinha que, eu ficava as vez duas semana eu ficava tratando, atravessada, assim, porque eu não conseguia me endireitá, e a gente abastecia até 9 mil quilo de ração num dia, no balde, no carrinho. Então, era muito sofrido né? E daí ali nesse caso, teve um... que o... um compadre do finado pai, que morava perto ainda, e ele chegô conhecê, chegô a sabê né? Que nós morava perto... e veio conversá com nós e tal, e ele arrumô então esse segundo [trabalho], que daí já seria automático e então já seria melhor pra nós, né? (MARIA, 2019)

A narrativa de Maria acerca da motivação para a mudança de patrão se baseia na sua condição de saúde. A rotina do trabalho presente nesse trecho demonstra as condições árduas experimentadas por Maria e seu esposo no dia a dia do trabalho em um aviário manual, com o abastecimento de 9 mil quilos de ração diariamente. Para além disso, ainda havia a necessidade dos cuidados com a casa – limpar, lavar roupa, fazer comida etc. –, cuidar dos filhos pequenos, o cultivo da pequena plantação de mandioca e feijão para consumo da família. Um acúmulo de funções que não lhe permitia descansar de maneira efetiva, menos ainda permanecer em repouso a fim de impedir o agravamento dos seus problemas de saúde. De fato, não há coluna que aguentar! Não foi à toa que ela sofreu com tal adoecimento o qual, inclusive, voltou a lhe causar dores – ainda mais fortes – quando trabalhava na cozinha de um restaurante na cidade de Corbélia, cerca de 10 anos após esse primeiro emprego.

A condição de Maria se agravava com o não cumprimento de direitos trabalhistas básicos, como a carteira assinada e o pagamento da previdência social por parte de grande parte de seus patrões. Negligência essa que a impedia de recorrer a benefícios como o afastamento por doença e o recebimento do auxílio-doença, que seriam cruciais para a melhoria do seu estado de saúde.

São dilemas como esse que perpassam a experiência de sujeitos que moram e/ou trabalham no campo, os quais também evidenciam a maneira desigual em que se moldam essas experiências. Entre dificuldades de investimento nas propriedades, o insucesso da expectativa de aquisição de um pedaço de terra, o acometimento de doenças, estes sujeitos elaboram ao longo de suas trajetórias alternativas para driblarem tais limitações, buscando constantemente um horizonte de possibilidades mais atraentes, que permita preservarem certos valores e projetarem uma vida melhor – recusando-se a se conformarem às modulações desiguais daqueles que se querem donos e determinantes do onde e como viver.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde que iniciei o projeto para a concepção dessa dissertação e elenquei os sujeitos com os quais gostaria de dialogar, tive em mente o modo como as diversas experiências com as quais me depararia ao longo do processo de pesquisa me levariam a uma teia imbricada de relações e experiências que, a meu ver, evidenciariam a pluralidade de condições de acesso ao vivido por diferentes e desiguais pessoas.

Ao longo da construção da pesquisa e, principalmente da realização e análise das entrevistas, de fato foram sendo apresentadas diferentes formas de contato com a terra que haviam sido experimentadas pelos meus sujeitos: pequena produção, arrenda, trabalho em aviários e leitarias etc. Também apareciam constantemente, em meio a essas trajetórias, diversos empregos pelos quais passaram na área urbana: linha de produção fabril, construção civil, diarista, manutenção de produtos agropecuários, entre outros.

A princípio, achei que aí estava a evidência da diversidade social existente no campo, especialmente entre os sujeitos com uma menor condição de capitalização, os quais defini como norteadores da minha pesquisa. Seriam essas diferentes realidades rurais, entremeadas em um território em comum, o campo, em especial no Oeste e Sudoeste paranaenses, a chave para acessar as motivações que levaram às diferentes reconsiderações e reordenamentos realizados por esses sujeitos ao longo de suas trajetórias?

Passei uma parcela significativa do processo de pesquisa e escrita acreditando que acessar essa pluralidade social era uma das principais potencialidades do trabalho em construção. Pensava que evidenciando essa diversidade avançaria na análise das decisões de cada sujeito em relação às decisões de idas e vindas realizadas por eles e das estratégias utilizadas a fim de alçar seus anseios e necessidades.

De fato, ainda acredito que foi importante a busca por essas pessoas que, em um primeiro momento me pareciam ter experimentado relações diferentes com os modos de viver e trabalhar no campo. Ter entrado em contato com essas diferentes experiências e refletir acerca das aproximações e distanciamentos constantes entre elas foi parte essencial da construção dessa dissertação.

A sugestão de uma análise mais profunda a cerca dessa “categorização” que mesmo sem perceber eu vinha fazendo acerca dos meus sujeitos, entretanto, ajudou a abrir o leque de análise acerca dessa questão de uma maneira extremamente importante. Auxiliou-me a fechar o arco

reflexivo que perpassa por todas as questões e problematizações levantadas e discutidas até as considerações finais desse texto.

Percebi então, que para além de me apresentarem diferentes dinâmicas com a vida no campo, os sujeitos com os quais dialoguei e construí o processo de análise aqui apresentado lidavam/lidam em suas experiências com uma simultaneidade de questões que independem das condições de ser pequeno produtor, arrendatário, trabalhador (rural ou urbano) e agregado.

Devido às incertezas experimentadas por eles, advindas da sua condição de classe e do modo como reordenam as suas trajetórias, de acordo com as pressões e expectativas nas quais estão envolvidos, a maior parte dos sujeitos com os quais dialoguei – para não dizer todos – passaram ao longo de suas vidas por duas ou mais dessas diferentes “categorias” elencadas ao longo do trabalho.

Camila já foi agregada, trabalhadora de fábrica, zeladora, proprietária. Sônia e Robson já foram pequenos proprietários, trabalhadores rurais, diarista, cobrador de ônibus. José e Marta já foram agregados, arrendatários, trabalhadores de leiteira, diaristas. Jorge já foi trabalhador rural, pequeno proprietário, arrendatário.

E assim continua, provavelmente, com boa parte dos sujeitos apresentados nessa dissertação, tanto aqueles que diante do contato direto no momento da construção das entrevistas narraram suas memórias da maneira que acharam melhor, como aqueles com os quais o contato foi mais “distante”, por meio do aparecimento em atas e documentos escolares.

Para além de indicar a pluralidade existente no universo social do campo, a complexidade dessa questão perpassa pelo fato de que esses diversos sujeitos lidam com uma relação extremamente tênue entre as diferenciadas e desiguais inserções no campo e na relação com a terra.

A forma com que eles lidam com essas possibilidades e condições nas suas trajetórias se constituem de forma alternante, ao ponto de eles mesmos se perguntarem, constantemente, o que é mais acessível para as suas próprias vidas a cada momento. A volatilidade de condições e dinâmicas vivenciadas por esses sujeitos é uma característica presente ao longo de boa parte das reflexões apresentadas nessa dissertação.

Essas inconstâncias saltam aos olhos, inclusive, quando ouço, já nos momentos finais da construção deste trabalho, que uma das principais lideranças do Reassentamento, inclusive entrevistada por mim para a construção da minha monografia, no ano de 2016, agora vendeu toda a sua terra no Reassentamento e se mudou para outro estado.

Nunca tive a intenção, nem mesmo cabe a mim, julgar as decisões tomadas por esses sujeitos. Busquei, ao longo desse trabalho, mostrar evidências do modo como eles são

protagonistas de suas trajetórias e como as decisões por suas mudanças e permanências, idas e vindas, fazem parte de um arco maior de questões que perpassam pelo modo de viver no campo desmonetizado e pelo prolongamento dessa condição para outras áreas rurais e pelas cidades.

Acredito que a partir das discussões apresentadas ao longo desse trabalho, consegui ampliar um pouco mais o leque de discussões acerca dos modos de viver e de inserção e reorganização empenhados por determinados sujeitos no campo do Oeste e Sudoeste do Paraná, especialmente pensando no recorte temporal entre o final do século XX e início do século XXI. Tenho ciência, entretanto, de que diversas outras questões ainda podem ser abertas a respeito dessa problematização, e é justamente por esse ponto que a construção do debate historiográfico se apresenta tão vivo e contínuo.

FONTES

FONTES ORAIS:

Camila. Entrevista concedida a Karoline Gonçalves na casa da entrevistada, em Cascavel, PR no dia 24 de junho de 2019. Duração: 40 min.

Carlos. Entrevista concedida a Karoline Gonçalves na residência do entrevistado, na zona rural de Cascavel, PR no dia 19 de abril de 2019. Duração: 103 min.

José e Marta. Entrevista concedida a Karoline Gonçalves na Colônia Sapucaia, em Cascavel, PR no dia 27 de julho de 2019. Duração: 90 min.

Jorge e Sara. Entrevista concedida a Karoline Gonçalves no Reassentamento São Francisco de Assis, em Cascavel, PR no dia 27 de março de 2020. Duração: 89 min.

Márcia e Lucas. Entrevista concedida a Karoline Gonçalves no Reassentamento São Francisco de Assis, em Cascavel, PR no dia 03 de setembro de 2019. Duração: 48 min.

Maria, Entrevista concedida a Karoline Gonçalves na casa da entrevistada, em Corbélia, PR no dia 23 de julho de 2019. Duração: 70 min.

Pedro. Entrevista concedida a Karoline Gonçalves no Reassentamento São Francisco de Assis, em Cascavel, PR no dia 27 de março de 2020. Duração: 158 min.

Robson e Sônia. Entrevista concedida a Karoline Gonçalves na casa do casal, em Três Barras do Paraná, PR no dia 20 de julho de 2019. Duração: 53 min.

LIVROS ATA:

Associação de desenvolvimento dos produtores, do Reassentamento Rural Caxias, Grupo Aliança d'Oeste – Fazenda Flamapec. Livros Ata 01 e 02.

Associação de desenvolvimento dos produtores, do Reassentamento Rural Caxias, Grupo Alto Alegre – Fazenda Flamapec. Livro Ata 01.

Associação de desenvolvimento dos produtores, do Reassentamento Rural Caxias, Grupo São Lucas – Fazenda Flamapec. Livro Ata 01.

LIVRO DE TRANSFERÊNCIAS

Colégio Estadual do Campo do Reassentamento São Francisco. Livro de Transferências. Livro 01 e 02.

Escola Municipal do Campo do Reassentamento São Francisco de Assis. Livro de Transferências. Livro 01 e 02.

MATERIAL DA INTERNET:

SERAFIM, Willian. 13.8 alq. em Cascavel com aprox 10 alq. mec. Disponível em: <https://pr.olx.com.br/regiao-de-foz-do-iguacu-e-cascavel/terrenos/13-8-alq-em-cascavel-com-aprox-10-alq-mec-773361545>. Acesso em 10 nov. 2020.

SÍTIO à venda, por R\$ 2.376.000 - Zona Rural - Nova Brasilândia D'Oeste/RO. Disponível em: <https://ro.olx.com.br/rondonia/terrenos/sitio-a-venda-por-r-2-376-000-zona-rural-nova-brasilandia-d-oeste-ro-744729309>. Acesso em 10 nov. 2020.

SÍTIO em Três Barras do Paraná colônia alto alegre. Disponível em: <https://pr.olx.com.br/regiao-de-foz-do-iguacu-e-cascavel/terrenos/sitio-em-tres-barras-do-parana-colonia-alto-aegre-693914978>. Acesso em 03 jan. 2021.

TURMINA, Jeferson. Vende-se chácaras. Disponível em: <https://www.facebook.com/marketplace/item/710200786256104>. Acesso em 03 jan. 2021.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DERROSSO, Giuliano; ICHIKAWA, Elisa Yoshie. **O papel da Crabi no assentamento dos ribeirinhos atingidos pela construção da hidrelétrica de Salto Caxias no estado do Paraná**. Rev. Adm. Pública — Rio de Janeiro 47(1):133-155, jan./fev. 2013.

FALCHI, E. de. **Na luta por um pedaço de chão**: Experiência e cotidiano nos acampamentos de sem-terra do sul de Mato Grosso do Sul. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Grande Dourados. Dourados. 2007.

GONÇALVES, Karoline. **Afinal, quem tem direito à terra?** Tensões e dilemas no Reassentamento São Francisco de Assis acerca da permanência no campo (1990-2016). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2018.

KHOURY, Y. A. Muitas memórias, outras histórias: cultura e sujeito na história. In: FENELON, D. R. et al. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004.

LANGARO, Jiani Fernando. Para além do campo e da cidade: Memórias e viveres de trabalhadores do Oeste do Paraná (1970-2004). Anais... XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina: ANPUH, 2005.

LORENSETTI, Everaldo (M. Sc.). **A relação da dinâmica populacional de Assis Chateaubriand com a modernização da agricultura e apropriação da terra**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2017

MESQUITA, Livia A. P. **O papel das mulheres na agricultura familiar**: a comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Goiás, Catalão. 2013.

PAGLIARINI JÚNIOR, Jorge. **Memórias de luta, lutas pela memória**: o Reassentamento São Francisco de Assis. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2009

PARMIGIANI, Jacqueline. **Apontamentos para a história de uma luta**: os atingidos pela barragem de Salto Caxias/PR. Tempo da Ciência, Cascavel, v. 13, n. 26, p. 107-123, 2º sem. 2006.

PORTELLI, Alessandro. **A filosofia e os fatos**: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Tempo. Rio de Janeiro, v. 1, n.2, p. 59-72, dez. 1996.

QUEIROZ, Daniela M. **Mulheres do campo, reconhecimento e trabalho na construção de outras economias em Porteirinha-MG**. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e

Território). Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Território. Universidade Federal de Minas Gerais/Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros. 2018.

SANTOS, Aline M. D. **Trajetória de mulheres agricultoras que se tornaram lideranças políticas: resistências e conquistas**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco. 2019.

SANTOS, Carlos Meneses de Sousa. **Trabalhadores em Movimento: Horizontes abertos em Marechal Cândido Rondon-PR: Segunda metade do século XX e início do XXI**. Paco Editorial: Jundiá, 2016.

SCHREINER, Davi Felix. **Entre a exclusão e a utopia: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos e reassentamentos rurais (Região Oeste/Sudoeste do Paraná)**. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SILIPRANDI, Maria Emília M. L. **Modos de Vida: organização social e práticas políticas dos agricultores do Reassentamento São Francisco de Assis**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2009.

SILVÉRIO, Leandra D. **Reforma Agrária no Triângulo Mineiro: memórias, histórias e lutas de assentados(as) dos Projetos de Assentamento Emiliano Zapata e 21 de abril (1980-2012)**. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2012.

TEDESCHI, Losandro A. **Mulheres camponesas da região noroeste do Rio Grande do Sul: identidades e representações sociais (1970-1990)**. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo. 2006.

THOMPSON, E. P. **Os Românticos: a Inglaterra na era revolucionária**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VITTI, Fernanda Medina. **A presença de trabalhadores em Toledo a partir do Jardim Panorama: Histórias e Memórias**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2017.